

Público



Autárquicas

PS não desiste de Duarte Cordeiro e rejeita Siza para Lisboa

Política, 8



Tuk-tuks

Capital prepara regras para ordenar caos. Locais de paragem serão limitados

Local, 14

Museu do Tesouro Real

Atelier de D. Luís I fechado há anos devido às obras do restaurante

Cultura, 24/25

Procuradoria calcula que até Março prescrevem 30 crimes do caso BES

As contas do Ministério Público são feitas em relação a um rol total de crimes que ultrapassa os 300

Dez anos após o colapso do Banco Espírito Santo (BES) – que se assinala no sábado –, o julgamento ainda não tem data definitiva para arran-

car. Tudo indica que será a 15 de Outubro, já que o processo está para-

do até Setembro por não ter estatuto de urgente. Segundo o Ministério Público, até Março de 2025, mais de

30 crimes (cerca de 10% do total) vão prescrever. Em causa estão crimes de falsificação de documento e de

infidelidade. O julgamento tem sessões marcadas até Julho do próximo ano

Sociedade, 10/11

Venezuela

Oposição recusa vitória “irreversível” de Maduro e diz que o país “tem um novo Presidente eleito”

Destaque, 2/3 e Editorial



Concorrência

Poder da Meo, Nos e Vodafone está a salvo da Digi no imediato

A Autoridade da Concorrência considera que a chegada do operador romeno pode abanar o mercado, mas não para já

Economia, 20/21

Suplemento de risco

Governo sem data para começar a pagar aos polícias

Sociedade, 12

Ex-autarca contesta

Medina vai ser arguido no processo Tutti-Frutti

Seis anos após as buscas ao seu gabinete em Lisboa, o ex-ministro e agora deputado será arguido por alega-da troca de favores

Política, 9



QUEBRAMAR

QUEBRAMAR.COM

ISSN-0872-1548

Destaque Eleições presidenciais na Venezuela

FAUSTO TORREALBA/REUTERS

Nicolás Maduro diz que as acusações de “fraude” eleitoral são um “filme da extrema-direita”



Oposição recusa vitória de Maduro: ‘A Venezuela tem um novo Presidente’

CNE dá vitória ao chavista com 51% dos votos, contrariando as sondagens, mas a oposição não a reconhece. EUA, UE e Portugal exigem “transparência” à autoridade eleitoral

António Saraiva Lima

A Venezuela mergulhou de cabeça num penhasco de enorme incerteza e de máxima tensão, com consequências políticas e sociais imprevisíveis, depois de o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), controlado pelo chavismo, ter atribuído a vitória nas eleições presidenciais de domingo ao Presidente, Nicolás Maduro, quando as sondagens, antes e após o acto eleitoral, apontavam para um triunfo do candidato da oposição, Edmundo González Urrutia.

De acordo com os números divulgados pelo CNE durante a madrugada de ontem, Maduro recolheu 51,2% dos votos com 80% dos boletins contabilizados. Um “resultado irreversível”, atalhou Elvis Amoroso, presidente da autoridade eleitoral e figura próxima do Presidente chavista, que, segundo este, demorou a ser divulgado devido a uma tentativa de “hacking” ao sistema de voto.

Ontem à tarde, Amoroso e o CNE confirmaram a vitória de Maduro, ainda antes da contagem de todos os votos, abrindo caminho para mais seis anos de Governo do dirigente político do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV).

O inquérito à boca da urna levado a cabo pela empresa norte-americana Edison Research previa que González Urrutia, da Plataforma Unitária, iria vencer a eleição com 65% dos votos, contra apenas 31% do Presidente e candidato da coligação Grande Pólo Patriótico, que inclui o PSUV. Na mesma linha, a empresa venezuelana Meganalisis atribuiu 65% a González Urrutia e apenas 14% a Maduro. “Os resultados oficiais são disparatados”, garantiu à Reuters Rob Farberman, vice-presidente da Edison Research.

A oposição venezuelana foi mais longe e, pela voz da ex-deputada e líder do movimento oposicionista ao chavismo, María Corina Machado, declarou mesmo González Urrutia, um antigo diplomata, de perfil discreto, vencedor da contenda. “A Venezuela tem um novo Presidente eleito e é Edmundo González Urrutia. Vencemos! E o mundo inteiro sabe disso. [O resultado] foi tão avassalador e grande que vencemos em todos os sectores do país”, afirmou.

Segundo a líder da oposição, a Plataforma Unitária teve acesso a cerca de 40% dos registos oficiais vindos das mesas de voto, transmitidos pelo CNE, que mostram que o seu candidato “obteve 70% dos votos nesta eleição [e] Maduro [obteve] 30%”.

Citada pelo *El País*, a ex-deputada diz que a oposição “monitorizou a participação hora a hora” no domingo e que as “quatro contagens rápidas autónomas e independentes” que realizou “deram os mesmos resultados das sondagens”. González Urrutia, por seu lado, pediu aos seus apoiantes para não saírem à rua ou cometerem actos de violência.

Ecos de 2019?

Resta, agora, saber como é que a oposição vai materializar a alegação de que “a Venezuela tem um novo Presidente eleito”. O candidato e a líder da oposição compareceram em nova conferência de imprensa ontem à tarde (final da noite ou madrugada de hoje em Portugal continental, depois do fecho desta edição) para levantarem o véu sobre o caminho a seguir.

Na memória de todos está bem fresco o braço-de-ferro constitucional entre Maduro e Juan Guaidó, em 2019, quando este último se autoproclamou Presidente interino e anunciou um “Governo de transição” na Venezuela, tendo sido reconhecido nessa demanda pelos Estados Unidos e por grande parte dos Estados-membros da UE, incluindo Portugal.

No cargo desde 2013, depois de suceder a Hugo Chávez, figura histórica do movimento bolivariano e do PSUV, no poder desde 1999, Nicolás Maduro é acusado pelos críticos de violações grosseiras de direitos humanos, de restringir a liberdade de expressão e de imprensa e de usar o aparelho de Estado para perseguir e silenciar opositores e dissidentes e para impedir a realização de eleições livres e justas. O chavismo rejeita estas denúncias e rebate as críticas acusando Washington de asfixiar a economia venezuelana. Certo é que o Presidente socialista chegou a estas eleições com níveis de impopularidade historicamente baixos e num contexto de profunda crise económica.

Entre os países que congratularam o Presidente pela reeleição estão, por exemplo, a Rússia, a China, a Guiné-Bissau, a Bolívia e Cuba. Já EUA, UE, Portugal, entre outros, exigiram “transparência” ao CNE no processo eleitoral e na contagem dos votos. À Antena 1, Paulo Rangel, ministro dos Negócios Estrangeiros, pediu uma “verificação imparcial” dos votos. Já Antony Blinken, secretário de Estado norte-americano, afirmou que a Casa Branca tem “sérias preocupações” de que “os resultados anunciados não reflectam a vontade ou os votos do povo venezuelano”.

Entre os vizinhos da Venezuela, houve reacções díspares. O Presidente Javier Milei disse que a Argentina “espera que as Forças Armadas defendam a democracia e a vontade popular”. O Brasil foi dos últimos a quebrar um longo silêncio, solicitando a “publicação dos dados desagregados por mesa de votação, passo indispensável para a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado”.

Desilusão

Eleição foi “chapada” capaz de matar a esperança

Carolina Amado

Simão Rocha não dormiu depois das eleições. Português a viver na Venezuela há 43 anos, conhece bem os contornos da política no país e sabia os desfechos possíveis das presidenciais de domingo, mas mantinha alguma esperança. “Pensei que ia celebrar o primeiro dia do resto da minha vida em democracia na Venezuela”, lamenta. “Sinto muita raiva, muita impotência. Já esperava que o sistema não entregasse o poder, mas havia muita fé do povo da Venezuela”, conta Simão Rocha. Em Caracas, a partir de onde fala com o PÚBLICO, vai-se ouvindo um som estridente de tachos a bater vindo de muitas janelas e varandas — o protesto possível quando as Forças Armadas foram mobilizadas para reprimir manifestações nas ruas.

Alejandro Reyes-Lucero chegou a Portugal em 2017, depois de assistir a tentativas de sequestro de amigos, ver os pais ficarem sem emprego, “sentir que sair de casa era arriscar a própria vida”. Hoje com 29 anos, acompanha a milhares de quilómetros de distância as notícias que chegam de casa e que “doem muito”.

“Aqueles resultados são fabricados e são uma chapada para todos os venezuelanos”, diz, admitindo que os números não foram uma surpresa.

sa. “O que me preocupa é que as pessoas saiam à rua para contestar esses resultados e o Governo reprimia as manifestações de forma violenta e existam mortes.”

Ao longo da última década, a Venezuela viu mais de 70% do PIB nacional ser destruído e assistiu à fuga de milhões de cidadãos para o estrangeiro. Foi o caso de Alejandro, que veio para Portugal com os pais; de Valeria Guevara, que chegou a Lisboa aos 16 anos; e de outros 7,7 milhões de venezuelanos.

Até há pouco tempo, Valeria Guevara não acreditava numa mudança no seu país, mas uma visita à Venezuela ao fim de oito anos em Portugal, há cerca de um mês, fê-la mudar de perspectiva. Esperança era a palavra contagiante repetida por todos.

“Eu e a minha família estávamos cheios de esperança. Por volta das 5h saíram os resultados e foi muito forte. Hoje está a ser um dia muito triste, muito pesado. Por alguma razão, senti que desta vez seria diferente”, confessa.

Ontem conversou ao telefone com a mãe, ainda na Venezuela, que lhe falou na enorme tristeza com que o país acordou. “Também há quem diga que esta era só a primeira parte da luta e que temos de continuar a acreditar. Agora o mundo sabe o que acontece quando o resultado nas urnas não é o que o Governo esperava.”



Protestos pelos resultados das eleições anunciados pelo CNE

Fernando Campos Topa, conselheiro das comunidades portuguesas na Venezuela, ouve todos os dias as frustrações e temores da população, razão pela qual é tão difícil acreditar nos números anunciados pelo CNE e numa vitória de Maduro.

Há poucos dias, também em entrevista ao PÚBLICO, Fernando Campos Topa ainda confiava nestas eleições para marcar “um ponto de inflexão” que chamasse de volta os que saíram da Venezuela nos últimos anos. Conhecido o desfecho, a previsão é agora oposta. “Vamos voltar a assistir a um êxodo em massa. Há muita decepção e preocupação, as novas

gerações vão continuar a emigrar”, considera, lembrando o que aconteceu na última década no país que conhece há 45 anos, governado pelo chavismo há mais de 25.

Quando a família de Alejandro Reyes-Lucero decidiu emigrar, deixaram para trás um Estado onde se cozinhava um futuro desastroso. Em Abril passado, quando o doutorando em Musicologia Histórica viajou para a Venezuela pela primeira vez desde 2017, encontrou, como temia, “um país quebrado a tentar ficar de pé”. Se na capital, Caracas, existia uma aparente normalidade, no interior do país era impossível ignorar a miséria em que caiu a economia.

De visita à casa da avó, em San Cristóbal, a poucos quilómetros da fronteira com a Colômbia, percebeu que não estavam garantidos serviços básicos como água, electricidade ou gás. “Chegávamos a ter só uma hora de água por dia ou a cada dois dias, é uma realidade muito precária que realça desigualdades sociais”, recorda. “Quem pode pagar pode fazer face a essa realidade. Quem não pode aguenta oito horas por dia sem electricidade.”

“Estas eleições eram um ponto de viragem para muitas pessoas”, diz. Para si, esta foi apenas a confirmação de que não quer regressar ao “regime antidemocrático” da Venezuela, liderado por “um autocrata e ditador”, Nicolás Maduro.

Reacções de Portugal

Governo e BE pedem “transparência”. PCP saúda eleição de Maduro

Ana Bacelar Begonha

Tal como estão a dividir os países, também em Portugal as eleições na Venezuela estão a provocar diferentes reacções. Se o Governo, a Iniciativa Liberal e o Bloco de Esquerda consideram que é necessária “transparência” sobre os resultados eleitorais, para o PCP, a vontade do povo foi expressa “livre e democraticamente”.

O Governo português defendeu ser “necessária a verificação imparcial dos resultados eleitorais”. “Só a transparência garantirá a legitimidade; apelamos à lisura democrática e ao espírito de diálogo”, afirmou o Ministério dos Negócios Estrangeiros na rede social X, em que garantiu que acompanha “sempre a comunidade portuguesa” e saudou a “participação popular” nas eleições.

Já o anterior ministro dos Negócios

Estrangeiros, do PS, considerou mesmo que “o Conselho Nacional Eleitoral [CNE], controlado pelo governo venezuelano, não é uma fonte imparcial e credível”, defendendo, por isso, que “é fundamental conhecer os resultados específicos de cada mesa e círculo eleitoral”. “O povo venezuelano tem o direito de conhecer os resultados reais”, disse João Gomes Cravinho, também no X.

Foi um apelo ainda do presidente da Iniciativa Liberal, que acusa a comissão de não ser “credível” por estar “dominada por Nicolás Maduro”. “É, por isso, absolutamente indispensável que se conheçam os resultados das eleições mesa a mesa por todo o país. Não deve avançar qualquer reconhecimento desses resultados com base nas informações oficiais da CNE de Maduro”,

defendeu Rui Rocha, num vídeo publicado nas redes sociais.

O Bloco de Esquerda, por sua vez, recuperou a “crítica” feita pelos presidentes do Chile e da Colômbia de que “o governo de Maduro não cumpriu os mínimos de transparência de um processo eleitoral democrático”, assinalando que são figuras “progressistas que não se confundem com posições de Washington ou do Presidente argentino de extrema-direita, Javier Milei”.

Num publicação no X, o partido considerou ainda que o “afastamento pelo regime de várias candidaturas de esquerda contribuiu para que a alternativa a Maduro seja uma frente neoliberal que quer privatizar os recursos do país”. E citou o Presidente do Brasil, Lula da Silva, que disse

“ou você ganha e fica ou você perde e sai”, concluindo que “falta transparência para se conhecer a resposta”.

Em sentido contrário, o PCP saudou a eleição de Nicolás Maduro, considerando que as “forças progressistas, democráticas e patriotas venezuelanas” alcançaram “mais uma importante vitória, com esta eleição”, contra “o projecto reacçãoário, antidemocrático e de abdicação nacional”.

Num comunicado, o partido de Paulo Raimundo critica ainda as “manobras de ingerência, que foram amplamente propagandeadas”, e “denuncia as acções internas e externas que visem pôr em causa a sua legitimidade” e o “processo eleitoral e os seus resultados”. As críticas dos comunistas estendem-se também ao Governo português, cuja reacção o PCP “condena”, por considerar que está “alinhada com a política de ingerência” dos EUA e da UE.



Porque é difícil acreditar na vitória de Maduro

Editorial



David Pontes



Só os ingénuos acreditam que um regime muda a sua faceta autoritária de boa vontade

O resultado do sufrágio anunciado pela Comissão Nacional Eleitoral venezuelana era, por um lado, o resultado mais previsível e, por outro lado, o menos expectável? Confuso? Talvez não, a não ser que esteja completamente integrado num dos dois clubes em que o mundo facilmente se divide, trajando um lado equipamento a preto e o outro lado equipamento a branco.

Num mundo mais matizado, mesmo os que acreditam no milagre da redistribuição de riqueza protagonizado por Hugo Chávez, muito graças ao petróleo, poderiam perceber que a prolongada crise económica que o país vive ditaria certamente, em eleições livres, o fim de um regime de mais de 20 anos. Mas para quem vive em fé, como o PCP, Nicolás Maduro seria o mais que previsível vencedor.

O resultado talvez fosse também o

mais previsível para quem não vive em estado de fé e olha com cepticismo para um regime que, tendo só em conta o processo eleitoral, dá muitos sinais de não conviver bem com a liberdade – a principal candidata da oposição não foi autorizada a concorrer, qualquer associação à oposição era punida... Só os ingénuos acreditam que um regime muda a sua faceta autoritária de boa vontade. Maduro foi empurrado para eleições, numa tentativa de conseguir adquirir respeitabilidade internacional para o regime que lhe permita o levantamento das sanções a que está sujeito, mas isso não quereria dizer que estivesse disponível para abandonar o poder, como aliás foi avisando previamente.

Mas se a vitória de Maduro era o mais previsível, o entusiasmo em torno de María Corina Machado e do seu candidato Edmundo González foi algo tão real, tão

palpável, que o que estava previsto se tornou menos expectável. Será que desta vez poderia ser diferente? O entusiasmo com que as pessoas acorreram em massa no domingo aos centros eleitorais tinha esse sabor da mudança e a paz com que decorreu o sufrágio pôde ser vista como um presságio de alguma normalidade. Confirmar-se-iam as sondagens à boca da urna que davam uma vitória distanciada da oposição?

Tudo isto torna os 51% atribuídos a Nicolás Maduro de muito difícil digestão e os próximos dias mostrarão até que ponto o país pode mergulhar no caos e na incerteza. Mas há ainda uma outra boa razão para ser tão difícil acreditar numa vitória limpa de Maduro. Um país que viu emigrar um quarto da sua população nos últimos anos é um país que grita por mudança. E até agora não parece que tenha sido ouvido.

CARTAS AO DIRECTOR

Sebastião come tudo, tudo, tudo

De todas as notícias que vi/ouvi sobre a “expulsão” da delegação de eurodeputados do Partido Popular Europeu que se dirigiu à Venezuela para “observar” as eleições, nenhuma foi além do facto em si. Felizmente, ouvi de Marcos Farias Ferreira, comentador da RTP3, um único comentário que adiantou alguma coisa. Em primeiro lugar, que a expulsão ou, se quisermos ser mais precisos, a não autorização de entrada no país não foi surpresa nenhuma, atendendo a que o mesmo já se tinha passado, em 2019, com outra delegação chefiada pelo mesmíssimo Sr. Esteban González, distinto membro do PP espanhol, que não perde oportunidade de acoplar a Venezuela de Maduro a Pedro Sánchez.

Depois, que a iniciativa da delegação dos eurodeputados, maioritariamente espanhóis, sabendo, à partida de Madrid, que lhes seria barrada a entrada na Venezuela não passava de um

artifício para uso interno, em prol da política do Sr. Feijóo. Talvez por se aperceber disso nos aparece, nas imagens televisivas, um Bugalho como que escondido atrás da delegação, a modos que envergonhado do logro em que caiu. Ou quis cair, vá-se lá saber... José A. Rodrigues, Vila Nova de Gaia

Subserviência e desinformação

No domingo, o PÚBLICO publicou uma entrevista com um inglês propagandista da alimentação *vegan* e que, sem qualquer fundamentação científica, afirmou que a criação de bovinos e ovinos em pastoreio tem um impacto ambiental superior ao da queima de combustíveis fósseis! Todas as declarações foram aceites sem contraditório, nem exigência de qualquer base científica que sustente os seus interesses a favor de dietas sem proteína animal. Há poucos dias, tinha o PÚBLICO criticado muito justamente os defensores da dieta carnívora – outros radicais no domínio da

alimentação humana e igualmente sem conhecimentos científicos nesta disciplina. Manuel Chaveiro Soares, São Martinho do Porto

Mais um acidente por falta de raile de segurança

Na A2, no sentido N-S, ocorreu em 28 de Julho de 2024 ao quilómetro 175,9 mais um acidente com consequências graves por falta de raile de segurança. Recordo os acidentes que vitimaram em Dezembro de 2022 a cantora Claudisabel na A2 ao quilómetro 85 e uma senhora em Janeiro de 2024 na A1 ao quilómetro 167. Em todos os casos, o despiste poderia ter sido evitado se estivesse instalado o raile de segurança (o qual deverá ter protecção contra despiste de motociclistas). Na ausência do raile, o automóvel bate no talude, cuja inclinação é demasiada para poder orientá-lo, como deveria, paralelamente à auto-estrada, e agrava o acidente por imobilização brusca. Esta é outra inconformida-

de para além da falta do raile. São inadmissíveis estas duas inconformidades e a ANSR deveria promover e divulgar os resultados de inquéritos rigorosos e independentes a estes acidentes. Talvez isso contribuísse para reduzir o índice de sinistralidade de Portugal segundo os padrões da UE. Fernando Santos e Silva, Lisboa

Boys e girls, já, já

Todos os governos aproveitam o fim dos mandatos dos dirigentes de instituições públicas para proceder à nomeação de pessoas da sua confiança. Pode ser criticável, em particular quando nomeiam pessoas com baixa competência (técnica e política) para exercer os referidos cargos. Mas também será democraticamente compreensível, se admitirmos que a concretização das políticas governamentais (sufragadas em eleições) depende muito, na prática, da convicção e do empenho desses dirigentes na aplicação das medidas aprovadas. A “novidade” que o actual Governo trouxe consiste na “limpeza a

jacto” que pratica: não há semana em que não seja nomeado mais um *boy* ou *girl*, sempre depois de criar factos mediáticos que denigrem a imagem de capacidade profissional e até de honestidade dos que ainda estão a meio dos seus mandatos em funções no Estado. Alguém já teve a paciência de contar o número de apaniguados nomeados em três meses de governação? Luís Taylor, Porto

PÚBLICOERROU

No texto “Em Portugal, os rapazes votam mais à direita e as raparigas mais à esquerda?”, publicado no domingo no caderno P2, o gráfico “Voto dos jovens nas eleições legislativas 2022” saiu com os valores relativos ao PSD errados. Os valores correctos são estes: Homens dos 18-34 anos: 30% – Mulheres dos 18-34 anos: 25%; Homens dos 35-54 anos: 32% – Mulheres dos 35-54 anos: 29%; Homens com 55 ou mais anos: 29% – Mulheres com 55 ou mais anos: 28%.

ESCRITO NA PEDRA

A maior miséria da vida humana (outros dirão outra), eu digo que é não haver neste mundo de quem fia Padre António Vieira

ONÚMERO

1
Queixa-se um agricultor, na mesa de um café que faz de central de queixas agrícolas da freguesia, que os filhos já não querem pegar nas hortas dos pais, mas depois queixam-se quando são vendidas aos lisboetas e outros estrangeiros acometidos pela febre do bio.

Em seis comissários europeus, Portugal só teve uma mulher (Elisa Ferreira). Portugal tem até 30 de Agosto para indicar dois candidatos (uma mulher e um homem) para o cargo

As queixas dos agricultores

Ainda ontem



Miguel Esteves Cardoso

Gosto de ouvir as queixas dos agricultores. Fazem-me lembrar os seminários de filosofia política em Oxford H e até os prolongam, ajudando-me a desenvolver o espírito crítico. Queixa-se um agricultor, na mesa de um café que faz de central de queixas agrícolas da freguesia, que os filhos já não querem pegar nas hortas dos pais, mas depois queixam-se quando são vendidas aos lisboetas e outros estrangeiros acometidos pela febre do bio. “Ainda por cima”, queixa-se o (excelente) agricultor, “vêm para cá fazer como já os meus avós não faziam”. E depois pergunta-me: “Faz algum sentido?” Mas faz. Há aqui um verbo que tudo explica: é “escolher”. Escolher, escolher, escolher: vale a pena repetir, porque é através da liberdade para escolher que se define a

modernidade. O filho cujo pai quer que ele pegue na horta, ou noutro ofício qualquer, não é convidado a escolher nada. Só pode escolher dizer que sim ou que não. Como é novidade poder dizer que não, e mandar a vontade do pai às urtigas, diz que não, que não quer seguir aquele destino. Para mais, escolhendo recusar aquela herança, ganha o direito de escolher a profissão que quer seguir. O filho diz que não à escolha do pai, para dizer que sim, que quer ser ele a escolher o que faz com a vida. Os novos donos da horta, os meninos barbudos de Lisboa, escolheram ser agricultores. Escolher é o melhor combustível para andar para a frente. E escolhem usar os métodos que se usavam antes da moda dos adubos, dos pesticidas e dos herbicidas. Escolhem deixar crescer a barba e as suíças. Escolhem: é no verbo escolher que está a explicação. É no verbo escolher que está a responsabilidade. É com o verbo escolher que se define o ser adulto. Desde pequenos, quando não mandamos nada, que tentamos ir escolhendo – não gostar de ervilhas, chorar quando põem aquela música – para podermos ir definindo as nossas diferenças, a nossa personalidade, as coisas que são só nossas. E o resto é paisagem.

ZOOMFILIPINAS



Fotografia disponibilizada pela Greenpeace mostra o derrame de petróleo do petroleiro MT Terranova, que transportava 1,4 milhões de litros de petróleo, que ocorreu a cerca de 4km da costa de Hagonoy, província de Bulacan



publico.pt



Lisboa (sede: editor e redacção) Porto
Edifício Diogo Cão, Rua Júlio Dinis,
Doca de Alcântara Norte n.º 270 Bloco A 3.º
1350-352 Lisboa 4050-318 Porto
Tel. 210 111 000 Tel. 226 151 000

DIRECTOR
David Pontes
Directores adjuntos
Andreia Sanches, Marta Moitinho Oliveira,
Sónia Sapage, Tiago Luz Pedro
Directora de arte
Sónia Matos
Directora de design de produto digital
Inês Oliveira
Editoras executivas
Helena Pereira, Patrícia Jesus
Editor de fecho
José J. Mateus

Editor de Opinião Álvaro Vieira Editor P2 Sérgio B. Gomes Online Ana Maria Henriques, Mariana Adam, Pedro Esteves, Pedro Guerreiro, Pedro Sales Dias (editores), Amílcar Correia (redactor principal), Carolina Amado, João Pedro Pincha, José Volta e Pinto, Marta Leite Ferreira, Miguel Dantas, Sofia Neves (última hora); Rui Barros (jornalista de dados), Ruben Martins, Inês Rocha (áudio); Joana Bougard (editora multimédia), Carlos Alberto Lopes, Joana Gonçalves, Mariana Godet, Teresa Miranda (multimédia); Amanda Ribeiro (editora de redes sociais), Ana Zayara, Michelle Coelho, Patrícia Campos (redes sociais) Política David Santiago (editor), Susete Francisco (subeditora), Ana Sá Lopes, São José Almeida (redactores principais), Ana Bacelar Begonha, Liliana Borges, Margarida Gomes, Maria Lopes, Nuno Ribeiro Mundo Ivo Neto, Paulo Narição Reis (editores), Bárbara Reis, Jorge Almeida Fernandes, Teresa de Sousa (redactores principais), Rita Siza (correspondente em Bruxelas), Alexandre Martins, António Rodrigues, António Saraiva Lima, João Ruela Ribeiro, Leonete Botelho (grande repórter), Maria João Guimarães, Sofia Lorena Sociedade Natália Faria, Gina Pereira (editoras), Clara Viana (grande repórter), Alexandra Campos, Ana Cristina Pereira, Ana Dias Cordeiro, Ana Henriques, Ana Maia, Cristiana Faria Moreira, Daniela Carmo, Joana Gorjão Henriques, Mariana Oliveira, Patrícia Carvalho, Samuel Silva, Sónia Trigueirão Local Ana Fernandes (editora), Luciano Alvarez (grande repórter), André Borges Vieira, Camilo Soldado, Mariana Correia Pinto, Samuel Alemão, Teresa Serafim Economia Pedro Ferreira Esteves, Isabel Aveiro (editores), Manuel Carvalho (redactor principal), Cristina Ferreira, Sérgio Anibal (grandes repórteres), Ana Brito, Luís Villalobos, Pedro Crisóstomo, Rafaela Burd Relvas, Raquel Martins, Rosa Soares, Victor Ferreira Ciência Teresa Firmino (editora), Filipa Almeida Mendes, Tiago Ramalho Azul Andrea Cunha Freitas (editora), Claudia Carvalho Silva (subeditora), Aline Flor, Andréia Azevedo Soares, Clara Barata, Nicolau Ferreira, Tiago Bernardo Lopes (multimédia), Gabriela Gómez (infografia), Rodrigo Julião (webdesign) Cultura/ípsilon Paula Barreiros, Inês Nadaís (editoras), Pedro Rios (editor ípsilon), Isabel Coutinho (subeditora), Nuno Pacheco, Vasco Câmara (redactores principais), Isabel Salema, Sérgio C. Andrade (grandes repórteres), Daniel Dias, Joana Amaral Cardoso, Lucinda Canelas, Luís Miguel Queirós, Mariana Duarte, Mário Lopes Desporto Jorge Miguel Matias, Nuno Sousa (editores), Augusto Bernardino, David Andrade, Diogo Cardoso Oliveira, Marco Vaza, Paulo Curado Fugas Sandra Silva Costa, Luís J. Santos (editores), Alexandra Prado Coelho (grande repórter), Luís Octávio Costa, Mara Gonçalves Guia do Lazer Sílvia Pereira (coordenadora), Cláudia Alpendre, Sílvia Gap de Sousa Ímpar Bárbara Wong (editora), Carla B. Ribeiro, Inês Duarte de Freitas P3 Inês Chaíça, Renata Monteiro (subeditoras), Mariana Durães Terroir Ana Isabel Pereira Newsletters e Projectos digitais João Pedro Pereira Projectos editoriais João Mestre Fotografia Miguel Manso, Manuel Roberto (editores), Adriano Miranda, Daniel Rocha, Nelson Garrido, Nuno Ferreira Santos, Paulo Pimenta, Rui Gaudêncio, Alexandra Domingos (digitalização), Isabel Amorim Ferreira (documentalista) Paginação José Souto (editor de fecho), Marco Ferreira (subeditor), Ana Carvalho, Cláudio Silva, Joana Lima, José Soares, Nuno Costa, Sandra Silva; Paulo Lopes, Valter Oliveira (produção) Copy-desks Aurélio Moreira, Florbela Barreto, Joana Quaresma Gonçalves, João Miranda, Manuela Barreto, Rita Pimenta Design Digital Alex Santos, Ana Xavier, Nuno Moura Infografia Célia Rodrigues (coordenadora), Cátia Mendonça, Francisco Lopes, Gabriela Pedro, José Alves Comunicação Editorial Inês Bernardo (coordenadora), João Mota, Ruben Matos Secretariado Isabel Anselmo, Lucinda Vasconcelos Documentação Leonor Sousa

Publicado por PÚBLICO, Comunicação Social, SA.
Presidente Ângelo Paupério
Vogais Cláudia Azevedo, Ana Cristina Soares e João Günther Amaral
Área Financeira e Circulação Nuno Garcia RH Maria José Palmeirim
Direcção Comercial João Pereira Direcção de Assinaturas e Apoio ao Cliente Leonor Soczka Análise de Dados Bruno Valinhas Marketing de Produto Alexandrina Carvalho Área de Novos Negócios Mário Jorge Maia
NIF 502265094 | Depósito legal n.º 45458/91 | Registo ERC n.º 114410
Proprietário PÚBLICO, Comunicação Social, SA | Sede: Lugar do Espido, Via Norte, Maia | Capital Social €8.550.000,00 | Detentor de 100% de capital: Sonaeocom, SGPS, S.A. | Publicidade comunique.publico.pt/publicidade | comunique@publico.pt | Tel. 210 111 353 / 210 111 338 / 226 151 067 | Impressão Unipress, Tv. de Anselmo Braancamp, 220, 4410-350 Arcozelo, Valadares; Empresa Gráfica Funchalense, SA, Rua da Capela de Nossa Senhora da Conceição, 50, 2715-029 Pêro Pinheiro | Distribuição VASP – Distrib. de Publicações, Quinta do Grajal – Venda Seca, 2739-511, Agualva-Cacém | geral@vasp.pt
Membro da APCT Tiragem média total de Junho 18.738 exemplares
O PÚBLICO e o seu jornalismo estão sujeitos a um regime de auto-regulação expresso no seu Estatuto Editorial publico.pt/nos/estatuto-editorial Reclamações, correcções e sugestões editoriais podem ser enviadas para leitores@publico.pt
ASSINATURAS Linha azul 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h) publico.pt/assinaturas • assinaturas@publico.pt

Qual é o papel da China no Médio Oriente?

A coluna vertebral



Amílcar Correia

Benjamin Netanyahu foi aplaudido no Congresso dos EUA, apesar de não ter assumido qualquer responsabilidade nos ataques de 7 de Outubro, de não ter demonstrado qualquer interesse em chegar a um acordo que ponha termo ao massacre em curso em Gaza e de ter negado que existem vítimas civis entre os palestinianos do enclave.

Contrariamente ao que disse em Washington, não se trata de um combate entre a civilização e a barbárie, mas entre dois tipos de barbárie. O facto de ter tentado um golpe de Estado constitucional ou de ser suspeito da prática de crimes de guerra também está longe de comover os congressistas republicanos.

Netanyahu está na corda bamba e não se tem dado mal com isso. Um acordo só o fragilizaria aos olhos dos seus aliados mais fanáticos no Governo. Netanyahu, nunca é demais recordá-lo, depende dos votos dos supremacistas judeus, dirigidos por Bezalel Smotrich e Ben-Gvir, dois

residentes na Cisjordânia, que lutam “para que Israel se torne um Estado teocrático”.

Como escreve Gilles Kepel em *Holocaustos*, recentemente publicado em Portugal, o objectivo dos dois ministros é criar um Estado regido em exclusivo pela “lei bíblica e pela anexação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, mesmo que isso implique a expulsão dos palestinianos”.

O primeiro-ministro israelita vai querer lidar da forma mais habilidosa que sabe com os dois inquilinos da Casa Branca e com aquele que pretende voltar a habitá-la. Netanyahu quer expandir até onde conseguir a intervenção militar na Faixa de Gaza, porque isso é um balão de oxigénio para a sua sobrevivência política, e assim evitar o desmoronamento do seu governo radical, e esperar pela vitória de Donald Trump em Novembro.

Joe Biden não quer ficar nos anais da história do país como o Presidente que não se recandidatou porque toda a gente tinha dúvidas sobre as suas capacidades cognitivas. Um acordo entre Israel e o Hamas, para além da consciência altruísta tardia, seria a sua coroa de glória em final de mandato e desarmava o fanfarronismo de Trump.

Mas não é crível que Biden se consiga despedir das suas funções com um feito que não conseguiu nestes meses todos. Não só porque Netanyahu não estará disposto a oferecê-lo, como a gestão de Biden nesta guerra foi uma das principais

pechas da sua política externa.

Os EUA nunca foram suficientemente diligentes para convencer Israel a parar os ataques, a concentrar-se na troca de reféns ou a abrir os obrigatórios canais de assistência humanitária a um enclave no qual se morre de fome, de doenças ou nos bombardeamentos.

O porto improvisado que os EUA construíram para abastecer Gaza não serviu de nada. Acabou por ser desmantelado por inoperância. Este porto ou foi um erro crasso ou uma encenação inadmissível. Seja uma ou outra, fica como a metáfora do *flop* da intervenção dos EUA nesta guerra.

Kamala Harris, casada com um judeu e envolvida em campanhas contra o anti-semitismo, sempre foi mais determinada neste tema e teve o condão de o partilhar com o primeiro-ministro de Israel num breve encontro de cinco minutos, no qual sublinhou a necessidade de dois Estados, o que nunca será possível com Netanyahu. Fê-lo com toda a coerência e legitimidade.

Harris recuperou os termos do acordo que deveria ter sido discutido neste fim-de-semana em Roma. Netanyahu sabe o que quer. A exuberância com que Trump o recebeu na Florida contrasta com a frieza de tratamento da vice-presidente, que teve, contudo, o cuidado de dizer que as relações entre os dois países eram inquebrantáveis.

O ataque atribuído ao Hezbollah, que

matou 12 crianças e adolescentes nos montes Golã, é mais um pretexto para adiar qualquer acordo. E a crónica parcialidade dos EUA mina os esforços de paz de terceiros.

Há uma dupla intervenção sobre o Hamas: o Qatar exerce a sua influência sobre a componente política radicada em Doha e o Irão a sua influência sobre a componente militar em Gaza.

Neste contexto actual, o facto de a China ter conseguido um acordo para o pós-guerra, entre as várias correntes palestinianas, eternamente rivais e fratricidas, não é um pormenor de somenos. Uma união nacional, que incluía Hamas e Fatah, é um bom princípio para terminar com as próprias guerras intestinas entre palestinianos e contribuir para o fortalecimento de uma liderança do islamismo político sunita.

A China tem procurado obter ganhos diplomáticos, como se depreende da aproximação histórica conseguida entre a Arábia Saudita e o Irão, correspondendo às intenções de afirmação do que se apelida de “Sul global”. Sozinho, Biden dificilmente conseguirá ultrapassar as resistências israelitas e iranianas e chegar a um acordo entre um aliado histórico e um inimigo de sempre. Qual é o papel que a China quer para si no Médio Oriente? Os dados estão lançados.

Jornalista

Os “imigrantes de luxo” no ensino universitário do Direito



Helena Pereira de Melo

“É assim”, como dizem os nossos alunos: imaginem que contratamos uma professora grega doutorada na Alemanha que fale Inglês com sotaque alemão, como o Herr Flick do *Allo, Allo!*. Se for doutora em Direito Penal leccionará Direito Penal Especial. Sim, o Direito Penal é o último reduto da expressão da soberania dos Estados e, por isso, tem em regra especificidades de que o legislador nacional não abre mão. Sim, implica o domínio de uma filigrana jurídica com conceitos intrincados e não facilmente traduzíveis para Inglês sem esvaziamento do seu conteúdo essencial. Pois. Mas quem disse que traz felicidade aos alunos de Direito aprender esses conceitos? Pelo contrário, estraga a experiência inesquecível que

significam quatro anos de universidade aberta, arejada, com múltiplas atividades extracurriculares que tornam qualquer tradicional passeio pela serra da Estrela obsoleto e sem graça.

Do ponto de vista de gestão de uma faculdade, há o maior interesse em contratar professores estrangeiros e em dar-lhes assento no Conselho Científico, que controla a política científica e, indiretamente, através da eleição de membros do Conselho da Faculdade, a gestão desta. Aqueles são imigrantes, ainda que de luxo. Não querem, de todo, perder o seu emprego. Claro que é necessário, como em regra não dominam bem o Português, acordar em que sentido devem votar antes das reuniões daquele órgão que funciona nesta idioma e, sobretudo, não alterar a ordem de trabalhos antes da sua realização, para não se correr o risco de se ter uma votação favorável, por ex., à discriminação em razão da raça dos estudantes internacionais, porque pensavam que se estava a votar a abertura do concurso público de recrutamento internacional para um amigo da direção.

Há inegável vantagem em ter alguns professores estrangeiros, fluentes na língua inglesa, para lecionarem disciplinas cujo

programa possa ser harmonizado a nível europeu, como seja o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Mas o tempo despendido na leção destas disciplinas não poderá prejudicar o *curriculum* básico de qualquer curso jurídico, atendendo ao encurtamento que os diversos ciclos de estudos sofreram na sequência do Processo de Bolonha. Não será, por hipótese, aceitável que os alunos estudem temas como “a política *queer*-religiosa do Direito da Família” e não adquiram conhecimentos centrais do Direito da Família Português. Ou, pelo contrário, poderemos considerar que essa vantagem existirá, se a frequência de um curso superior se tornar um momento lúdico das vidas dos estudantes-utentes-clientes, que pagarão propinas, levarão o diploma ao fim de alguns anos, sendo-lhes facultada uma formação jurídica global que lhes permitirá, por ex. e na falta de emprego melhor, resolver questões jurídicas ao telefone ou *online* em qualquer *call center* situado em Portugal ou no Dubai. A escolha da localização do trabalho futuro dependerá de seguirem o que tiverem na cabeça, de forma autónoma e independente, ainda que seja – no limite dos limites – títica de galinha.

A nova saloioce legal traduzida na aceitação

indiscutível da bondade do ensino do Direito em Inglês em universidades cujo funcionamento é pago pelos impostos de todos nós não deverá ser acriticamente considerada boa. Deverá, sim, ser sujeita a um debate prévio e sério, sobre se prejudicará ou não sucessivas gerações de estudantes que nela confiarem com base em publicidades institucionais que poderão ser agressivas e subliminares, por vezes até próximas das campanhas primaveris de lançamento de perfumes das grandes marcas parisienses.

“Matricula-te, oferecemos-te uma formação excepcional que te trará a felicidade de seres um jurista que lê o Código Civil em Inglês em cima de uma prancha de surf numa qualquer praia portuguesa. Não serás um burocrata, nem sequer entrarás num escritório (*bureau*), essa divisão antiquada onde há teias de aranha. Já se estão a produzir Códigos adequados a este objetivo, semelhantes aos livros de plástico dos bebés para serem lidos no banho.”

Claro que nada disto se passa, nem passará. Vivemos, ainda e felizmente, no país das maravilhas. *Nem os estudantes do ensino superior o permitiriam.*

Professora de Direito

Biden, poder, envelhecimento e outras reflexões



Pedro Norton

Se é verdade que o curso da natureza é inexorável, nada deve significar que devamos dispensar o contributo que podem dar os mais velhos

A desistência de Joe Biden da corrida à Casa Branca parece ter-nos dado razões para renovar a esperança. Um dos grandes riscos deste processo sempre foi o de o Partido Democrata, profundamente dividido entre a sua ala mais centrista e o seu bloco mais progressista, se lançar numa guerra intestina a poucos meses das eleições. Esse risco, ao contrário do que eu próprio intuía, parece agora mais distante. Não só Kamala Harris tem dado boa conta de si nestes primeiros dias de campanha, como a rapidez com que somou importantes apoios nas horas imediatamente a seguir ao seu *endorsement* por Biden tornou mais difícil o aparecimento de uma candidatura rival. Pena é que o casal Obama tenha parecido tão timorato. Era, afinal de contas, a voz que todos queriam ouvir. Justa ou injustamente, vai ser difícil apagar a ideia de que houve calculismo a mais e coragem de menos.

Mas não é exatamente da situação política nos Estados Unidos de que quero falar-vos. A desistência convoca-nos para um conjunto de reflexões laterais que gostava de tentar explorar.

A primeira, particularmente perturbadora, está relacionada com a “espiral de silêncio” que, durante demasiado tempo, parece ter-se levantado em torno da saúde de Biden. Olhando para todo este caso em retrospectiva, é cada vez mais difícil acreditar que as debilidades cognitivas do Presidente não fossem do conhecimento de um grupo muito alargado de seus familiares, amigos e colaboradores. As palavras de George Clooney, um amigo e apoiante de longa data, foram, a esse respeito, particularmente eloquentes: “É devastador dizê-lo, mas o Joe Biden com quem estive há três semanas na angariação de fundos não era o Joe *‘big F-ing deal’* Biden de 2010. Nem sequer era o Joe Biden de 2020. Ele era o mesmo homem que todos nós testemunhámos no debate.” Ora, será plausível que isto mesmo não fosse evidente para dezenas ou centenas de colaboradores e conselheiros que quotidianamente se cruzam e trabalham com o Presidente? Por maioria de razão, será plausível que tudo isto não fosse evidente para um círculo

próximo de amigos e família? Naturalmente que não. E isso só pode levar-nos a concluir que durante muito tempo, durante demasiado tempo, muita gente tentou – e conseguiu – deliberadamente iludir-nos.

Esta constatação remete-nos para uma lição secular sobre o poder: não só é muito doloroso e difícil largá-lo, mesmo quando não existem já quaisquer condições objetivas para o exercer, como não podemos contar com a corte dos poderosos para os convencer a fazê-lo, ainda que se torne evidente que essa é a única decisão razoável. E tudo isto já para não falar dos próprios. Mas se não podemos exigir que em cada homem político palpitem as virtudes de um Cincinato, não deixa de ser perturbador observar a falta de coragem e de integridade dos que habitualmente os rodeiam. É certo que alguns terão agido por razões nobres, preocupados com a luta existencial pela democracia nos Estados Unidos, mas é provável que a grande maioria tenha sobretudo pensado no seu futuro profissional e político. É essa, afinal, a natureza dos cortesãos e dos “*yes men*”.

E é porque é essa a natureza humana, é porque não podemos contar, na hora de abandoná-lo, com a clarividência de quem exerce o poder, é porque não podemos

contar com a coragem dos bajuladores, que é particularmente importante que levemos a sério, no Estado, bem como nas empresas, associações ou outras instituições da sociedade civil, as regras de bom governo. Sejam elas a limitação de mandatos, a imposição de limites de idade para o exercício das funções mais exigentes ou quaisquer outras que nos protejam a todos da doença do doentio apego ao poder.

Receio bem que, em Portugal, estejamos



Precisamos de refletir num modelo de vida em comum que glorifica o muito que os mais novos têm para oferecer esquecendo por completo o papel que os mais sábios podem ter



SAMUEL CORUM / POOL/EPA

ainda a léguas deste debate.

A segunda reflexão, igualmente perturbadora, está relacionada com o papel dos jornalistas em todo este processo. Também aqui é legítimo perguntar: será plausível que a degradação acelerada das capacidades cognitivas de Biden não fosse evidente para as dezenas de jornalistas destacados para a Casa Branca? Será plausível acreditar que o assunto não fosse tema de conversa recorrente no círculo dos “*insiders*” em Washington? Mais uma vez, estou também disponível para acreditar que muitos destes jornalistas que não quiseram ver ou que deliberadamente optaram por esconder estavam animados pelos mais nobres dos instintos. Mas será que o jornalismo presta um bom serviço a si próprio (e à democracia) ao trocar a busca sempre imperfeita pela verdade e pela objetividade por um ativismo de causas? Tenho poucas dúvidas de que não o faz. E receio que, também entre nós, existam cada vez mais jornalistas que confundem o seu papel com o de simples ativistas. Ao fazê-lo, por mais “justas” que sejam as suas causas (e sou capaz de aderir a muitas), descredibilizam toda uma profissão, fornecem armas a todos quantos prefeririam ser poupados aos “incómodos” que o jornalismo livre sempre provoca e deixam sobretudo por cumprir o seu dever fundamental para com uma sociedade democrática.

A terceira e última reflexão que gostaria de suscitar está relacionada com o tema sensível do envelhecimento nas nossas sociedades modernas. Se é verdade que o curso da natureza é inexorável, se é inevitável que todos teremos de aceitar os seus termos, se é realista impor limites para o exercício de cargos de enorme responsabilidade e exigência, nada disto deve significar que devamos dispensar o enorme contributo que podem dar os mais velhos das nossas comunidades, seja na política, nas empresas ou na sociedade em geral. Não se trata, notem, de caridade ou de solidariedade. Não se trata de cumprir o imperativo ético de não deixar ninguém sem um permanente sonho de um qualquer futuro (o verdadeiro envelhecimento é, afinal, perder essa capacidade de sonhá-lo). Trata-se de reconhecer o extraordinário capital de experiência, de sabedoria e de sageza que acumularam os mais velhos de entre nós. Sendo que esse reconhecimento não é incompatível com a constatação de que é aos mais jovens que teremos sempre de recorrer para alimentar a energia vital, a vontade de arriscar ou de inovar nas nossas sociedades.

Aquilo em que precisamos de refletir é num modelo de vida em comum que glorifica em exclusivo o muito que os mais novos têm para oferecer, esquecendo por completo o papel que os mais sábios podem ter. Ou alguém verdadeiramente tem dúvidas de que, apesar de toda a sua imensa fragilidade agora cruelmente exposta, a experiência, a sabedoria e a decência de Joe Biden continuam a fazer muita falta aos Estados Unidos?

PS não desiste de ter Duarte Cordeiro como candidato a Lisboa

Nesta fase, Alexandra Leitão e Mariana Vieira da Silva são os nomes mais prováveis, mas tanto o secretariado socialista como o PS-Lisboa querem aguardar para ter o ex-ministro contra Carlos Moedas

David Santiago e Ana Sá Lopes

Duarte Cordeiro já disse e repetiu querer continuar afastado, pelo menos no horizonte próximo, de cargos públicos, mas tanto a direcção nacional do PS como a concelhia de Lisboa não tencionam desistir, para já, de ter o ex-ministro como candidato à câmara da capital nas eleições autárquicas previstas para Setembro/Outubro de 2025.

As informações recolhidas pelo PÚBLICO junto de fontes da direcção nacional do partido e da nova direcção do PS-Lisboa – no início do mês, Davide Amado regressou à liderança da concelhia lisboeta – vão no sentido de que os socialistas ainda não vão deixar cair a possibilidade de ter Duarte Cordeiro, ex-vereador na autarquia da capital, a concorrer contra Carlos Moedas.

Na sequência da *Operação Influencer*, e já depois de ter sido visado nos casos *Linklaters* (já arquivado) e *Tutti Frutti*, o ex-ministro do Ambiente decidiu excluir-se de um cargo executivo se o PS formasse governo na sequência das legislativas de 10 de Março, para logo se pôr também de fora das listas de deputados às eleições antecipadas.

O dirigente socialista, que é o mais antigo e próximo aliado político do actual secretário-geral do PS, decidiu afastar-se, não só até que quaisquer suspeitas no processo que ditou a demissão de António Costa sejam dissipadas, mas também para proteger a família. Já em Maio, ainda antes de o ex-primeiro-ministro ser ouvido pelo Ministério Público, Cordeiro garantiu à revista *Sábado* que não será o adversário de Carlos Moedas.

Apesar desta posição de Duarte Cordeiro, a direcção do PS e a concelhia lisboeta continuam apostadas em convencer o também presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa socialista a protagonizar a candidatura ao principal município do país.

Para isso esperam que o Ministério Público possa libertar Cordeiro de quaisquer suspeitas na *Operação Influencer*, uma esperança reforçada pela forma como António Costa, depois de ouvido na qualidade de declarante, se sentiu livre para avançar para a presidência do Conselho Europeu, isto depois de também o ex-primeiro-ministro ter afastado



Duarte Cordeiro é há largos anos o principal aliado político do agora secretário-geral Pedro Nuno Santos

Pedro Siza Vieira não é hipótese dos socialistas

O advogado Pedro Siza Vieira, antigo ministro de Estado e da Economia, não é um nome que neste momento seja considerado pela direcção do PS para a Câmara de Lisboa, apurou o PÚBLICO.

Uma razão de peso é que Siza Vieira nunca seria aceite pelos chamados “parceiros” de esquerda (o nome que lhes era dado no tempo da “geringonça”) com que o PS tenciona aliar-se numa futura coligação pré-eleitoral para a Câmara Municipal de Lisboa.

Apesar de o PCP se ter colocado de fora de uma espécie de “Nova Frente Popular” autárquica, tanto o Bloco de Esquerda como o Livre estão, tal como o PS, interessados em que o projecto vá para a frente. E nem o Bloco nem o Livre aceitariam o nome de Siza Vieira

para liderar uma lista de unidade de esquerda ao estilo daquela que Jorge Sampaio encabeçou em 1989.

Uma aliança alargada de esquerda é vista pelos partidos envolvidos nas conversações como a melhor garantia de que este espaço político tenha reais possibilidades de derrotar a candidatura de direita protagonizada pelo actual presidente do município, Carlos Moedas.

No entanto, Pedro Siza Vieira contava com alguns apoios entre os antigos responsáveis do executivo camarário. Manuel Salgado, o arquitecto que foi responsável pelo urbanismo da Câmara de Lisboa quando António Costa

era presidente da autarquia, disse ao semanário *Nascer do Sol* que o nome de Siza Vieira, se fosse o escolhido, “seria uma óptima hipótese”.

Salgado lembrou também que o advogado, que foi número dois de António Costa no Governo (e é agora sócio da poderosa sociedade de advogados PLMJ), já tinha trabalhado na Câmara de Lisboa no tempo em que a presidência era de Jorge Sampaio. O antigo vereador todo-poderoso do



urbanismo de Lisboa disse ainda ao *Nascer do Sol* que “o Pedro é uma pessoa com a cabeça muito bem arrumada, muito inteligente e conhece muito bem a cidade”.
A.S.L. e D.S.

qualquer possibilidade de desempenhar cargos públicos enquanto persistissem suspeitas sobre si.

Nomes mais fortes

Sendo certo que Duarte Cordeiro continua a ser o trunfo do baralho socialista para Lisboa, por agora, as duas cartas consideradas mais prováveis para poderem liderar a candidatura do PS são as ex-ministras e actuais dirigentes Alexandra Leitão e Mariana Vieira da Silva. São dois nomes consensuais no partido, ainda que a líder parlamentar e a deputada surjam atrás de Cordeiro na lista de favoritos, por serem consideradas candidatas com menor empatia para liderarem uma campanha que passa muito pelos contactos de rua – aliás, esse é mesmo o ponto

A Alexandra Leitão e Mariana Vieira da Silva é apontada a menor capacidade para gerar empatia junto dos eleitores

forte de Carlos Moedas, que aposta numa lógica de proximidade com constantes incursões no terreno.

Actualmente, a esquerda está a dialogar para constituir uma frente capaz de derrotar Carlos Moedas, com PS, Bloco de Esquerda, Livre e PAN – o PCP já se pôs fora de qualquer tipo de aliança pré-eleitoral para lá da tradicional coligação com o PEV –, havendo abertura para apoiarem a mesma candidatura.

Alexandra Leitão e Vieira da Silva são vistas com bons olhos pelo Bloco e pelo Livre, apurou o PÚBLICO, ainda que estes dois partidos, tal como o PS, preferissem apoiar uma candidatura de Duarte Cordeiro, a quem reconhecem não só capacidade para federar um amplo movimento de esquerda, como competência e experiência a nível autárquico.

Até ao momento, sabe o PÚBLICO, nas aproximações ensaiadas pelos encontros à esquerda promovidos pelo Livre, ainda não foram discutidos nomes, apenas projectos e os contornos que seria necessário limar para garantir a tal frente popular que muitos consideram determinante para retirar a direita da Praça do Município.



Medina diz que o MP incorre em “erro grosseiro e inexplicável” ao imputar-lhe responsabilidades no caso

Seis anos depois, Medina vai ser arguido no processo *Tutti-Frutti*

Ana Henriques

Processo nasceu em 2015 e tem 50 arguidos. Suspeitas relacionam-se com financiamento de parque de rãguebi do Belenenses

Seis anos depois de o seu gabinete na Câmara de Lisboa ter sido alvo de buscas, o ex-presidente da autarquia Fernando Medina vai ser constituído arguido no âmbito do processo *Tutti-Frutti*.

De 2018 para cá, muito mudou na vida do socialista, que deixou de ser autarca para se tornar ministro das Finanças e recentemente deputado. Mas só ontem se soube, e pelo próprio, que a justiça pediu ao Parlamento o levantamento da sua imunidade, para se tornar arguido num caso que visa alegadas trocas de favores entre autarcas sociais-democratas e socialistas à custa do erário público.

No que a Medina diz respeito, está em causa a concessão, em 2017, de um apoio municipal de 200 mil euros destinado à construção de um parque de rãguebi para o Belenenses na zona de Monsanto. Parte da obra foi entregue pelo clube a uma empresa que pertencia a um dos principais arguidos do *Tutti-Frutti*, a Ambigold, do deputado social-democrata Carlos Eduardo Reis. Segundo os investigadores, o negócio terá sido intermediado pelo ex-vice-presidente da banca da laranja Sérgio Azevedo. Mas está igualmente sob investigação uma fase

mais recuada do empreendimento: em 2013, era ainda António Costa quem dirigia a autarquia, a câmara cedeu gratuitamente à associação XV – Amigos do Rugby do Belém, ligada àquele clube, e à Federação Portuguesa de Rugby o direito de superfície dos terrenos para o projecto durante 50 anos.

Numa nota enviada à comunicação social, Medina explica ser suspeito da prática “de um alegado crime de prevaricação”. Para em seguida atacar os investigadores: “Vi, com perplexidade, que a fundamentação do Ministério Público assenta num erro grosseiro e inexplicável (...). De acordo com a lei, os presidentes de câmara não podem atribuir apoio a clubes, associações e outras entidades deste género. Esta competência é exclusiva (...) do colectivo dos vereadores eleitos pelos diversos partidos políticos. Foi o caso do apoio concedido à Associação Amigos do Rugby do Belém. Qual o sentido de constituir alguém arguido por um acto que, reconhecidamente, não pode praticar?”, interroga.

E garante que nesse mesmo período, e no contexto da preparação da iniciativa Lisboa, Capital Europeia do Desporto, “foram atribuídos apoios a vários outros clubes e associações de rugby da cidade, designadamente Direito, CDUL e Rugby São Miguel”.

As escutas feitas pela Polícia Judiciária (PJ) neste caso são consideradas pelos investigadores indícios fortes da prática de crimes, até porque Sérgio Azevedo terá sido ouvido a vangloriar-se de ter promovido uma reunião

entre Fernando Medina e o Belenenses, ainda em 2016.

Medina não deixa passar em branco o facto de terem decorrido mais de sete anos desde o início da investigação, suscitada por denúncia anónima feita em 2015, sem que as autoridades tivessem até agora acedido a ouvi-lo. “Fá-lo agora, desta forma”, lamenta Medina, acrescentando ter pedido ao Parlamento que lhe levante a imunidade o mais depressa possível, para que possa esclarecer, “pela primeira vez em tantos anos, as dúvidas que o Ministério Público tem”.

Perante o impasse nesta investigação, supostamente por falta de meios humanos, há um ano a procuradora-geral da República, Lucília Gago, anunciou a criação de uma equipa totalmente dedicada ao caso, constituída por cinco magistrados do Ministério Público e cinco inspectores da PJ, todos em regime de exclusividade. Só recentemente foram constituídos os primeiros arguidos.

O inquérito, que conta hoje com meia centena de suspeitos, visa a celebração de avenças fictícias e contratos públicos de favor com militantes dos dois partidos, que poderão consubstanciar corrupção passiva, tráfico de influência, participação económica em negócio e financiamento proibido. Dois actuais vereadores da Câmara de Lisboa, Inês Drummond (PS) e Ângelo Pereira (PSD), que continua a governar os pelouros da Higiene Urbana, Protecção Civil, Estrutura Verde e Desporto, estão entre os arguidos.

Governo nomeia ex-secretário de Estado de Vítor Gaspar para a administração do BdP

Rafaela Burd Relvas

Luís Morais Sarmiento é a primeira de uma série de nomeações que o executivo está a preparar

O Governo nomeou Luís Morais Sarmiento, antigo secretário de Estado do ex-ministro das Finanças Vítor Gaspar, como membro do conselho de administração do Banco de Portugal (BdP). A notícia foi avançada pelo *Eco* e confirmada pelo PÚBLICO junto de fonte governamental, que esclarece que a intenção do Governo passa por fazer uma série de nomeações para os conselhos de administração de entidades reguladoras que tenham lugares ainda por preencher, como a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

A nomeação já foi comunicada ao governador do BdP, mas depende de alguns passos para ser efectiva. Antes de assumir o cargo, Luís Morais Sarmiento terá de passar pela comissão parlamentar de orçamento, finanças e administração pública, que emitirá parecer sobre o nome. Só depois de um parecer positivo é que o Conselho de Ministros poderá designar, por via de resolução, o novo administrador. Uma vez que decorrem agora as férias parlamentares, o processo só deverá ficar concluído em Setembro.

A justificar a decisão do Governo está o facto de o regulador da banca não ter preenchido, actualmente, o número máximo de cargos de administração previstos por lei. De acordo com a Lei Orgânica do Banco de Portugal, o conselho de administração desta entidade é composto pelo governador, um a dois vice-governadores e três a cinco administradores,

totalizando oito administradores.

Actualmente, o conselho de administração do BdP conta com sete membros: além do governador, Mário Centeno, este órgão é composto por Luís Máximo dos Santos, Clara Raposo (ambos vice-governadores), Hélder Rosalino, Helena Adegas, Rui Pinto e Francisca Guedes de Oliveira.

Nascido em 1962, em Coimbra, e formado em economia, Morais Sarmiento foi secretário de Estado do Orçamento na equipa de Vítor Gaspar quando este foi ministro das Finanças do Governo de Passos Coelho. Abandonou o cargo em 2013, quando Gaspar apresentou a demissão. Regressou, então, ao BdP, por onde já tinha passado e onde se manteve até hoje, actualmente como director adjunto do departamento de Estatística.

Para além de Luís Morais Sarmiento, o Governo prepara-se para avançar com outras nomeações para lugares em conselhos de administração de entidades reguladoras, confirma a mesma fonte governamental.

Em causa, o facto de o Governo entender que o número máximo de cargos de administração, previsto por lei para cada entidade reguladora, deve ser preenchido na totalidade. Dessa forma, considera o executivo, evitar-se-ão, por exemplo, situações em que os administradores se mantêm no cargo para lá do final do mandato por falta de outros membros.

A ASF, que regula o sector de seguros, está na calha para novas nomeações. É hoje presidida por Margarida Corrêa de Aguiar, a ASF conta, ainda, com Adelaide Cavaleiro, Diogo Alarcão e Manuel Caldeira Cabral como administradores. Mas os estatutos deste regulador prevêem um número máximo de cinco administradores, que o Governo pretende preencher.

PUBLICIDADE



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Aviso

Recrutamento – Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica

Dá-se conhecimento que foi publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 142, de 24 de julho, o Aviso n.º 15265/2024/2, relativo a recrutamento para cargo de direção intermédia de 1.º grau, para o Núcleo de Apoio Documental e Informação Jurídica, do mapa de pessoal do Tribunal Constitucional.

Palácio Ratton, 26 de julho de 2024

Secretário-Geral do Tribunal Constitucional
Victor Mendes



Julgamento do caso BES ainda não arrancou e já há crimes a prescrever

Dez anos após o colapso do Banco Espírito Santo, o julgamento ainda não tem data definitiva para arrancar, mas tudo indica que será a 15 de Outubro. Sessões marcadas até Julho de 2025

Mariana Oliveira

O julgamento do caso que apura responsabilidades criminais no colapso do universo Espírito Santo ainda não tem data definitiva para arrancar, mas, pelas contas do próprio Ministério Público, até final de Março do próximo ano vão prescrever mais de 30 crimes num rol de mais de 300. Uma parte deles irá prescrever (num caso até já prescreveu) antes mesmo da data previsível para o julgamento avançar, no próximo dia 15 de Outubro.

A primeira audiência irá acontecer mais de 10 anos após a queda do Banco Espírito Santo (BES), cuja resolução foi decretada pelo Banco de Portugal a 3 de Agosto de 2014.

Neste momento, todos os arguidos que ainda permanecem no caso já foram notificados da acusação, terminando em Setembro o prazo para apresentarem as respectivas contestações. Tudo parece assim a postos para o arranque do julgamento em Outubro, que, segundo um calendário feito pela juíza Helena Susano, que vai presidir ao julgamento, decorrerá a um ritmo de quatro sessões numa semana, intercaladas por uma semana com apenas uma audiência. Essa será a regra até final do ano, passando em 2025 a vigorar um sistema diferente: uma semana com cinco sessões, intercalada com outra sem audiências. Há já 93 sessões marcadas até ao dia 9 de Julho do próximo ano.

Os crimes que correm o risco de prescrever — um já prescreveu em Abril passado, segundo o próprio Ministério Público, ainda que as defesas considerem mais ilícitos prescritos — são todos de falsificação de

documento e de infidelidade, punidos com um máximo de pena de prisão até três anos e, por isso, com prazos de prescrição mais curtos.

Entre os ilícitos cuja prescrição será inevitável está a falsificação das contas da Espírito Santo Internacional (ESI), a *holdings* de topo do Grupo Espírito Santo, que reunia a parte financeira e não-financeira. Segundo o Ministério Público, no final de 2009 a ESI já se encontrava em bancarota, com capitais próprios negativos de pelo menos 962 milhões de euros.

No final de 2012, escrevem os procuradores na acusação do caso BES, esta situação agravou-se para, pelo menos, 1610 milhões de euros de capitais próprios negativos. “Diversamente da realidade, as contas da ESI entre 2009 e 2012, depositadas publicamente no registo de comércio luxemburguês, evidenciaram, sucessivamente, capitais próprios positivos, sendo o valor destes, a 31 de Dezembro de 2012, de 777 milhões de euros”, lê-se na acusação. O Ministério Público diz que foi Ricardo Salgado quem ordenou, entre Abril de 2009 e Dezembro de 2013, a manipulação das contas da ESI ao contabilista Francisco Machado da Cruz e a um controlador financeiro do GES, que não chegou a ser acusado porque morreu em Fevereiro de 2020, alguns meses antes de ser concluída a acusação deste caso.

Foi já em Janeiro de 2022 que o Ministério Público alertava para o perigo de alguns ilícitos se extinguirem por efeito da prescrição. Nessa altura, os procuradores apresentavam uma lista dos 38 crimes que estavam em risco de prescrever relativamente a 13 arguidos e da data que consideravam em que tal ocorreria.



NUNO FERREIRA SANTOS





NELSON GARRIDO

O simples decurso do tempo faria apagar todos estes crimes entre 7 de Agosto deste ano e 28 de Março de 2025. Só relativamente ao antigo banqueiro Ricardo Salgado estavam em causa 13 crimes, nove de falsificação de documento e quatro de infidelidade, num total de 65 de que foi acusado.

Defesas poderão recorrer

As datas de prescrição foram validadas pelo juiz Ivo Rosa num despacho em que rejeitou dar carácter de urgente à instrução do BES, uma decisão revertida mais tarde pela Relação de Lisboa. Nesse despacho, Ivo Rosa sublinhava que, “quanto aos demais crimes imputados aos arguidos, associação criminosa, burla qualificada, branqueamento e corrupção, tendo em conta as molduras penais, os mesmos estão longe de ver atingido o prazo de prescrição”.

Mas nem todos os 38 ilícitos contabilizados na lista do Ministério Público resistiram até agora. José Manuel Espírito Santo, que encabe-

Dez anos depois da queda do BES, muitos lesados continuam à espera de serem ressarcidos

93

é o número de sessões de julgamento marcadas até Julho de 2025

962

milhões de euros negativos faziam, segundo o Ministério Público, com que a Espírito Santo Internacional estivesse em bancarrota, já no final de 2009

çou um dos cinco ramos da família no conselho superior do Grupo Espírito Santo e foi administrador de várias das suas empresas, morreu em Fevereiro do ano passado, extinguindo-se assim a sua responsabilidade penal, incluindo um crime de infidelidade que constava neste rol.

O antigo director-geral da Sucursal Financeira Exterior do Funchal do BES, na Zona Franca da Madeira, que estava acusado de dois crimes de falsificação de documento no caso principal, evitou sentar-se no banco dos réus porque, na decisão instrutória, o juiz Pedro Santos Correia considerou que o gestor bancário não tinha sido devidamente confrontado com os factos de que era acusado.

O mesmo juiz declarou prescritos três crimes de infidelidade, dois imputados a Pedro Luís Costa (antigo director na área de desintermediação e na área de crédito do BES Vida e mais tarde parte do ESAF – Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliários) e um a Cláudia Boal Faria (directora adjunta do departamento financeiro do BES até 2013 e, logo a seguir, directora do departamento de Gestão de Poupança). O Ministério Público não se conformou com esta decisão e recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa, que há pouco tempo acabou por lhe dar razão, tendo decidido que o juiz de instrução teria de reformular a sua decisão, remetendo para julgamento os dois arguidos pelos três crimes de infidelidade.

Ironia é que, em Janeiro de 2022, o próprio Ministério Público alertava para que um dos crimes prescrevia em 28 de Agosto de 2024, ou seja, dentro de um mês, e os outros dois em Março de 2025. Mas essa decisão implicava fazer regressar todo o processo à fase de instrução?

A juíza Helena Susano considerou, num despacho proferido no mês passado, que, aquando do recurso, estes três crimes tinham sido autonomizados num novo processo e que agora não fazia sentido voltar a integrá-los no caso principal. Até porque tal implicaria anular todos os actos que a magistrada já praticara na fase de julgamento e fazer o processo regressar à fase de instrução. Tal, escreveu Helena Susano, poderia atrasar o caso um ano. A decisão não agradou a algumas defesas, que poderão recorrer desse despacho.

Muito antes disso, já quatro das sete sociedades acusadas (a Espírito Santo International S.A., Espírito Santo Tourism Europe, Espírito Santo Resources Limited e Espírito Santo Resources Portugal) tinham visto a acusação ser considerada nula pelo juiz Ivo Rosa, após se ter detectado que certos actos processuais não tinham sido praticados pelos respectivos representantes legais, o que determinou o afastamento destas empresas deste processo. Um caso cuja dimensão e complexidade trazem constantes desafios à justiça.

Durante as férias judiciais

Processo BES está parado até Setembro porque não tem estatuto de urgente

Mariana Oliveira

A fase de julgamento do processo que apura responsabilidades no colapso do universo Espírito Santo, já considerado o maior da justiça portuguesa, está actualmente parada, uma vez que estão a decorrer até ao final de Agosto férias judiciais e o caso, não tem, neste momento, carácter de urgente.

Um advogado que representa centenas de lesados pediu no final do ano passado ao Juízo Central Criminal de Lisboa, onde o caso vai ser julgado, que atribuísse o estatuto de urgente ao processo, o que faria com que pudessem ser marcadas audiências durante os dois meses anuais, ao todo, em que decorrem as férias judiciais (Verão, Natal e Páscoa) e evitaria que a contagem de prazos não ficasse congelada durante esse período.

Mas a juíza Helena Susano, a titular do processo, rejeitou o pedido, considerando que “não traria qualquer benefício a qualquer dos sujeitos processuais” que houvesse sessões todos os dias da semana ou em férias judiciais, no que chama “uma incompreensível e desnecessária maratona”.

A magistrada reconhece que há risco de prescreverem os crimes de infidelidade e de falsificação de documentos, mas diz que tal não se evitaria com, no máximo, mais duas semanas por ano de produção de prova, possíveis se o processo andasse durante as férias judiciais.

“A celeridade processual atinge-se, a nosso ver, não com uma corrida contra o tempo, mas com uma marcha consistente que os passos sustentados oferecem a todos os sujeitos processuais”, escreveu a juíza no seu despacho, em Fevereiro passado.

Antes, a magistrada recordou que os juízes têm obrigatoriamente de gozar as férias pessoais durante as férias judiciais e que, sendo este um tribunal colectivo, tal obrigaria os três juízes a sobreporem esse período de descanso, uma situação que considerou “constrangedora do ponto de vista pessoal e familiar”. “Cremos que também para os demais intervenientes processuais tal situação acarretaria sérios inconvenientes, impossibilitando ou o gozo das suas férias ou conduzindo à respectiva substituição no decurso do respectivo gozo, o que poderia causar constrangimentos à defesa

dos arguidos”, acrescentou.

Apesar de indeferir a pretensão dos lesados do Banco Espírito Santo (BES), a juíza diz que o “tribunal está ciente da necessidade de tudo fazer para que o julgamento decorra com a celeridade possível, o que será desejável e útil para todos, acusação e defesa, atendendo ao tempo já decorrido desde o início da fase de inquérito e data dos factos”.

Em 2022, um outro assistente, o BES em Liquidação (o banco “mau”, que está em falência), tinha feito um pedido semelhante ao então juiz de instrução, Ivo Rosa, que também indeferiu o requerimento. Nessa altura, o Ministério Público – que este ano não se opôs ao pedido dos lesados e remeteu para a sua posição de 2022 – recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa, que, em Novembro desse ano, decidiu que a instrução passaria a decorrer com carácter de urgente.

Três juízas da Relação consideraram que a interrupção da instrução nas férias judiciais era “susceptível de protelar esta fase processual e violar o direito à obtenção de decisão judicial em prazo razoável” nos



O ex-banqueiro Ricardo Salgado é arguido em vários processos ligados ao colapso do BES

termos previstos quer na Convenção Europeia dos Direitos Humanos, quer na Constituição da República Portuguesa.

Como esse acórdão só tinha validade para a fase de instrução, seria necessária uma nova decisão judicial para que o processo não parasse durante as férias judiciais na fase de julgamento. Foi isso que os lesados tentaram fazer, sem sucesso. Tal não impede que outra parte venha a fazer o mesmo pedido noutra altura, nem que recorra para a Relação se a decisão da juíza for a mesma.

O carácter de urgente é a regra para processos com arguidos privados da liberdade, o que não acontece no caso BES, que só teve em 2015 o ex-presidente executivo do Banco, Ricardo Salgado, três meses em prisão domiciliária, e mais tarde, com a mesma medida, o antigo director da discreta Sucursal Financeira Exterior do BES, localizada na Zona Franca da Madeira.

Sociedade

Ministério não fixa data para pagar aumento do suplemento aos polícias

Sónia Trigueirão

Governo diz que só vai começar os pagamentos “quando estiverem criadas as condições técnicas para o seu processamento”

O acordo para o pagamento do suplemento de risco aos agentes da PSP e militares da GNR de 300 euros pagos em três tranches já foi assinado a 9 de Julho, mas o Ministério da Administração Interna (MAI) continua sem precisar quando irá chegar ao bolso dos polícias.

Questionado pelo PÚBLICO, o MAI só diz que “a actualização do suplemento irá ser paga às forças de segurança, com retroactivos a 1 de Julho, logo que estejam criadas as condições técnicas para o seu processamento” e quando “o processo legislativo que leva à sua concretização e possibilidade de execução esteja concluído – nomeadamente a publicação em Diário da República –, o que se aguarda para breve”.

O certo é que esta questão ainda não foi levada a Conselho de Ministros, mas as medidas de “valorização e dignificação” da carreira das Forças Armadas, que incluem um aumento de 300 euros no suplemento de condição militar, isto é, a mesma valorização mensal que foi conferida às forças de segurança, já foram. E a sua divulgação pública foi quanto bastou para voltar a desencadear uma onda de protestos dos sindicatos das polícias, que consideraram “absolutamente gravosas as declarações do ministro da Defesa Nacional” quando este disse que, “em 1 de Janeiro de 2025, nenhum militar receberá menos do que um GNR ou PSP”.

Margarida Blasco, em declarações à SIC, disse que, quanto ao suplemento, considerava as negociações encerradas, uma vez que já estava firmado um acordo. Já quanto à revisão das carreiras, a ministra garantiu que também é para cumprir, mas mais uma vez não falou em datas.

A Associação Nacional dos Sargentos da Guarda, a Associação Sócio-profissional Independente da Guarda Nacional Republicana, a Associação Nacional Autónoma de Guardas e o Sindicato Independente de Agentes de Polícia já vieram dizer que consideravam o “acordo desastroso” e que vão continuar a lutar para conseguir o suplemento igual ao da Polícia Judiciária. Juntos anunciaram que tinham pedido reuniões a todas as forças políticas com representação parlamentar,

tendo, entretanto, sido recebidos pelo Chega.

Deixando claro que não está contra os militares – que diz achar que devem ser aumentados –, mas contra o Governo, o presidente do Sindicato Nacional da Polícia (Sinapol), Armando Ferreira, adiantou ao PÚBLICO que pretendia ontem formalizar, juntamente com o Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPP/PSP), um pedido de reunião ao Presidente da República. Além disso, vão pedir reuniões aos partidos no Parlamento. “Neste momento é o que se pode fazer, uma vez que os polícias estão reféns de um acordo que foi assinado por apenas três estruturas sindicais da PSP”, sublinhou, acrescentando que, quanto à revisão das carreiras remuneratórias, espera que o Governo abra as negociações já em Setembro, garantindo que o Sinapol avançará com acções de protesto na rua.

“Dizem-nos que não há dinheiro e afinal ele existe”, afirmou, sublinhando que considera as medidas anunciadas pelo Governo para os militares “um insulto” para os polícias.

Já o presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais de Polícia, Bruno Pereira, que assinou o acordo dos 300 euros, considera que, perante estas medidas para os militares, o Governo



Sindicatos dos polícias deixam no ar ameaça de voltarem aos protestos em Setembro

deve abrir as negociações salariais para os polícias também já em Setembro. “Era importante reatar as negociações imediatamente para que essas futuras alterações nas estruturas salariais e nos outros suplementos possam ver a luz do dia a partir de 1 de Janeiro de 2025”, afirmou.

“No final de contas, de nada valeu estarmos a protestar, a contestar e a negociar, porque tudo isto permitiu que outros, sem terem que o fazer, conseguissem tanto ou neste caso mais”, acrescentou, para, ressaltando que não está a desvalorizar o papel das Forças Armadas, concluir que, afinal, “não era uma questão de dinheiro, mas sim de prioridades”.

Questionado sobre se se sente enganado por ter assinado o acordo, disse sentir-se “desalentado”. E voltava a assinar o acordo? “Já pensei nisso. À data, se estivesse mais seguro e consciente, dir-lhe-ia que iria revistar a minha decisão”, respondeu.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DO PATRIMÓNIO

EDITAL N.º 3/2024/DRPA

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DAS PARCELAS DE TERRENO NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DA OBRA NOVA LIGAÇÃO QUEBRADAS/AMPARO – 1.ª FASE – TÚNEIS

Em cumprimento do estatuído no n.º 2 do artigo 17.º, em cotejo com o n.º 4 do artigo 11.º, ambos do Código das Expropriações, informa-se que, através da Resolução n.º 1460/2023, tomada em reunião do Conselho do Governo, de 14 de dezembro, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 231, de 18/12/2023, foi declarada de utilidade pública a expropriação das parcelas de terreno necessárias à realização da obra de “Nova Ligação Quebradas/Amparo - 1.ª Fase - Túneis”.

Torna-se pública a existência da proposta de expropriação por via amigável, da(s) parcela(s) de terreno identificada(s) nos anexos I e II do presente edital, aplicáveis aos expropriados e demais interessados não conhecidos e àqueles cujo ofício, enviado sob registo com aviso de receção, foi devolvido.

Pelo presente edital informa-se ainda que, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º do citado código, os expropriados e demais interessados nas condições acima indicadas dispõem do prazo de 15 dias para responder, podendo fundamentar a sua contraproposta em valor constante de relatório elaborado por perito da sua escolha e obter informações contactando com a Direção Regional do Património, sita à Rua Alferes Veiga Pestana, 3D, 9050-079 Funchal.

Funchal, 24 de julho de 2024

O Diretor Regional, Rui Cortez

Anexo I

Obra de Nova Ligação Quebradas/Amparo – 1.ª Fase – Túneis
Lista com a identificação dos proprietários/interessados aparentes

Parcela	Proprietários e demais interessados			Prédio Rústico		Freguesia/Concelho	Área a expropriar (m2)
	Nome	Morada	Código Postal	Artigo	Secção		
1	Luís Gomes Tolentino da Costa João Joaquim Henriques	Estrada Monumental, n.º 207 Píornais	9000-100 Funchal 9000-000 Funchal	94	AD	São Martinho Funchal	138,72
6	António Gomes de Gouveia	Ajuda- São Martinho	Ajuda- São Martinho	11/7	AD	São Martinho Funchal	158,33



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS
DIREÇÃO REGIONAL DO PATRIMÓNIO

EDITAL N.º 4/2024/DRPA

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DAS PARCELAS DE TERRENO NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DA OBRA REQUALIFICAÇÃO DA ER 204 ENTRE A BOA NOVA E A ASSOMADA

Em cumprimento do estatuído no n.º 2 do artigo 17.º, em cotejo com o n.º 4 do artigo 11.º, ambos do Código das Expropriações, informa-se que, através da Resolução n.º 1459/2023, tomada em reunião do Conselho do Governo, de 14 de dezembro, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, I Série, n.º 231, de 18/12/2023, foi declarada de utilidade pública a expropriação das parcelas de terreno necessárias à realização da obra de “Requalificação da ER 204 entre a Boa Nova e a Assomada”.

Torna-se pública a existência da proposta de expropriação por via amigável, da(s) parcela(s) de terreno identificada(s) nos anexos I e II do presente edital, aplicáveis aos expropriados e demais interessados não conhecidos.

Pelo presente edital informa-se ainda que, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º do citado código, os expropriados e demais interessados nas condições acima indicadas dispõem do prazo de 15 dias para responder, podendo fundamentar a sua contraproposta em valor constante de relatório elaborado por perito da sua escolha e obter informações contactando com a Direção Regional do Património, sita à Rua Alferes Veiga Pestana, 3D, 9050-079 Funchal.

Funchal, 24 de julho de 2024

O Diretor Regional, Rui Cortez

Anexo I

Obra de Requalificação da ER 204 entre a Boa Nova e a Assomada
Lista com a identificação dos prédios e dos proprietários/interessados aparentes

Parcela	Proprietários e demais interessados			Prédio Rústico / Urbano		Freguesia/Concelho	Área a expropriar (m2)
	Nome	Morada	Código Postal	Artigo	Secção		
23	Sem elementos	Desconhecida	Desconhecido	3	CC	Canico Santa Cruz	36,10
27	Sem elementos	Desconhecida	Desconhecido	Desconhecido	CC1	Canico Santa Cruz	1,20



Gestação de substituição ainda por regulamentar. Governo está a avaliar

Ana Maia

Lei foi aprovada no fim de 2021, mas a ausência de regulamentação não permite aos casais avançarem com o processo

Sete anos depois, a lei que abre a porta da gestação de substituição às mulheres que, por doença ou ausência de útero, não conseguem engravidar continua a marcar passo. A lei e respectiva regulamentação têm sofrido avanços e recuos. E, numa altura em que as associações que representam estes casais exigem uma resposta urgente” do Governo, porque, apesar de haver uma lei aprovada, muitos destes casais continuam a ter de recorrer ao estrangeiro para conseguirem ser pais, o Ministério da Saúde apenas adiantou ao PÚBLICO que está “a avaliar a proposta de regulamentação” deixada pelo anterior executivo, “no sentido de regulamentar a matéria em causa”.

A primeira regulamentação da gestação de substituição, recorde-se, entrou em vigor a 1 de Agosto de 2017. Mas, um ano depois, o chumbo de algumas normas por parte do Tribunal Constitucional suspendeu essa possibilidade. Uma nova lei acabaria por ser aprovada no final de 2021, prevendo-se que entraria em vigor no mês subsequente. Mas, mais uma vez, a regulamentação esteve longe de ser pacífica, com as várias versões de propostas feitas pelo anterior Governo a merecerem reparos e críticas. A última versão, aprovada em Conselho de Ministros em Novembro de 2023, foi vetada pelo Presidente da República em Janeiro. Antes de abandonar funções, o anterior executivo deixou ao novo Governo, que tomou posse a 2 de Abril, um projecto de decreto-lei para regulamentar a gestação de substituição.

Preocupada, a directora-geral da Associação Portuguesa de Fertilidade (APFertilidade), Joana Freire, questionou no dia 16 de Julho a secretária de Estado da Saúde, Ana Povo, mas saiu do encontro sem respostas. “A secretária de Estado disse que ia ver o que tinha transitado [do anterior executivo]. Sabemos que este é um tema sensível, que precisa de grande reflexão, mas também queremos uma resposta”, diz Joana Freire.

Na prática, “continua tudo parado” e quem consegue “continua a ir para fora” procurar uma resposta. “É triste continuarmos a ter uma sociedade em que quem tem capacidade financeira consegue avançar com o seu



Em Setembro, a gestação de substituição deverá voltar à actualidade, para a regulamentação da lei

projecto e que quem não tem fica sem nada”, lamenta.

Já o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA) diz pretender abordar o tema da regulamentação da gestação de substituição na reunião que terá com a secretária de Estado da Saúde no início de Setembro. Carla Rodrigues, presidente do CNPMA, reconhece que no início de mandato do Governo foi preciso dar resposta a temas urgentes na saúde, mas afirma que “isso não pode ser uma desculpa” para não se avançar com esta questão.

“Existem sempre emergências e a procriação medicamente assistida [PMA] tem sido uma vítima das emergências”, lamenta, referindo que o CNPMA quer “levar ao Governo a necessidade urgente de se debruçar sobre o assunto”. Carla Rodrigues adianta que o CNPMA e o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) vão reunir-se no início de Setembro para, em conjunto, tentarem ajudar o Governo a chegar a uma resolução.

O CNECV, que ao longo dos anos emitiu vários pareceres sobre o tema, reuniu-se com a ministra da Saúde no dia 22. A presidente, Maria do Céu Patrão Neves, refere que fizeram “uma revisão dos vários temas” que se interligam com a missão do CNECV e que a regulamentação da gestação de substituição “foi um dos temas em cima da mesa”.

No que diz respeito à PMA, a regulamentação em falta para a gestação

de substituição não é a única preocupação. Na reunião com a secretária de Estado da Saúde, e também com quatro partidos com assento parlamentar, a APFertilidade alertou para outras dificuldades sentidas pelos beneficiários das diversas técnicas. Entre estas estão a comparticipação da medicação para preservação da fertilidade - que ultrapassa os 400 euros mensais, referiu Joana Freire -, a ausência de centros públicos de PMA nas zonas sul e interior do país e nos Açores, a falta de recursos humanos e de melhoria das infra-estruturas nos centros públicos e os longos tempos de espera para a realização de tratamentos, que podem chegar aos três anos no caso de serem necessários gâmetas doados.

“Preocupa-nos que não existam medidas com impacto imediato para que as pessoas consigam aceder aos tratamentos”, refere Joana Freire,

salientando o impacto que a baixa taxa de natalidade no país terá no futuro.

A preocupação é partilhada pelo CNPMA, que lembra que Portugal e Itália são os dois países europeus com taxas de natalidade mais baixas. “Ao dotar a PMA de recursos, estamos a combater vários problemas - de saúde, a não renovação de gerações, o envelhecimento...”, reforçou a presidente, Carla Rodrigues, referindo que 4,5% da taxa bruta de natalidade resultou de tratamentos de PMA. “Mas podia ser muito mais”, diz.

A responsável refere que o Banco Público de Gâmetas - no Porto e com filiais em Lisboa e Coimbra - está actualmente a dar resposta a “pedidos de gâmetas masculinos de Janeiro de 2021 e de gâmetas femininos de Março de 2021”. Esta é uma das preocupações que os responsáveis do CNPMA deverão expressar à secretária de Estado da Saúde.

Carla Rodrigues salienta a necessidade de se “dar autonomia ao Banco Público de Gâmetas, com dotação de recursos próprios e a realização “urgente” de uma campanha pública de recrutamento de dadores para o SNS. Mas são precisas também “medidas urgentes” que tenham “impacto imediato” na redução das listas de espera e, para isso, “só há uma solução”: “O recurso a privados com excedente de gâmetas ou a importação de gâmetas de bancos internacionais”, como fazem os privados quando é necessário.

Escolas públicas têm 1,1 alunos por computador

Daniela Carmo

Filinto Lima aponta o número elevado de computadores “encostados nas arrecadações” à espera de serem arranjados

A média de alunos por computador nas escolas públicas fixou-se em 1,1 no ano lectivo 2022/2023. Os dados constam do relatório relativo aos *Recursos Tecnológicos das Escolas*, da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), que revela que há mais alunos por computador no ensino privado do que no público. O mesmo se pode dizer do total de computadores com ligação à Internet: no ensino básico e secundário públicos, o rácio foi de 1,1 alunos por equipamento, mas quando a análise se foca apenas no privado a média dispara para os 3,3 alunos por computador.

O parque informático das escolas é constituído por 1.028.215 computadores, 92% dos quais estão nas escolas públicas. Porém, ao PÚBLICO, o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas (Andaep), Filinto Lima, diz que os números não se traduzem numa realidade visível nos estabelecimentos de ensino do sector público, já que, recorda, 13 mil alunos do 9.º ano de escolaridade, em Maio de 2023, continuavam a aguardar por um *kit* digital. “O compromisso do Governo anterior, e também deste, passava por atribuir a todos os alunos um *kit* digital. E, focando os dados do 9.º ano do ano passado, em Maio, mais de 13 mil alunos, só do 9.º ano, não tinham o *kit* digital”, atesta.

Filinto Lima lembra ainda que há um número elevado de computadores que estão “encostados nas arrecadações das escolas à espera” de serem arranjados. Recorde-se que em Março havia mais de um milhão de computadores nas escolas disponibilizados no âmbito do programa Escola Digital, mas o número daqueles que se encontravam avariados também crescia sem que existissem recursos para o seu arranjo, dado que os prazos de garantia expiravam. Na passada semana, o secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa, Pedro Dantas da Cunha, disse que houve uma reversão da estratégia de manutenção dos computadores, que estava centralizada em Lisboa e que agora passa a estar distribuída, dando uma verba às escolas para a reparação do material.



A procriação medicamente assistida tem sido vítima das emergências

Carla Rodrigues
Presidente do CNPMA

Lisboa está finalmente a preparar regras para ordenar caos nos *tuk-tuks*

Reunião com empresários do sector, polícia e EMEL tentará criar regras para “melhor gestão do espaço urbano e fluidez do tráfego nas zonas de maior afluência”. E redefinirá áreas de paragem

Samuel Alemão

A Câmara de Lisboa está a preparar a criação de um novo regulamento da actividade dos veículos de animação turística que circulam na capital, em particular os *tuk-tuks*. Será dado um enfoque no estabelecimento de um regime mais disciplinado, visando corrigir as situações de maior conflitualidade com a circulação rodoviária e também na “convivência com a comunidade”. Mas será também dada atenção à reorganização dos locais de paragem e estacionamento destes veículos, que serão limitados.

A informação é confirmada ao PÚBLICO pela autarquia, que, amanhã, ao final da manhã, promoverá uma primeira reunião para trabalhar este assunto, com várias entidades, entre as quais a Associação Nacional dos Condutores de Animação Turística (ANCAT). O dirigente de uma das principais entidades representativas do sector, em declarações ao PÚBLICO, qualifica mesmo esta reunião como uma das “mais importantes realizadas até hoje”, na cidade, envolvendo agentes do sector turístico.

“A Câmara de Lisboa está a trabalhar na reconfiguração dos locais de paragem e estacionamento destinados aos veículos ligeiros de transporte turístico. O foco é aumentar de forma ordenada e restringir o estacionamento face ao número de locais que existem actualmente e que foram determinados pelo anterior executivo em 2015”, refere fonte camarária, explicando que a edilidade deseja promover uma “maior disciplina na circulação e paragem destes veículos”, evitando assim a saturação nas áreas mais frequentadas.

A mesma fonte diz que a autarquia está ainda “a trabalhar no regulamento que vai estabelecer um conjunto de regras para a operação dos veículos, promovendo uma melhor gestão do espaço urbano e fluidez do tráfego nas zonas de maior afluência”. Para conseguir tais objectivos, na reunião de amanhã com o vice-presidente da Câmara de Lisboa, Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP), que tem o pelouro da Mobilidade, participarão representantes da Associação Nacional dos Condutores de Animação Turística (ANCAT), bem como da Polícia Municipal, da EMEL e da PSP.

A presença conjunta de todas estas entidades, considera Frederico Duarte de Carvalho, presidente

da ANCAT, “demonstra bem que há, finalmente, vontade da câmara em encontrar soluções viáveis e que vão ao encontro das necessidades da cidade citadas pela associação desde a sua fundação, em 2017, ainda no tempo do executivo de Fernando Medina”. A expectativa é de tal ordem que o dirigente considera “esta reunião como uma ‘cimeira’ das mais importantes, realizadas até hoje, em Lisboa, na área da animação turística”.

A ANCAT, diz Frederico Duarte de Carvalho, irá “dialogar de forma positiva” com a autarquia e apresentar propostas que “vão ao encontro dos objectivos no que diz respeito a regras, disciplina de ocupação do espaço urbano e mobilidade”. A ideia principal da reunião é a de regular a actividade, sem prejudicar a actividade económica das empresas. “Somos os embaixadores da cidade, cidadãos de Lisboa, e pertencemos a um grupo

de pessoas que promovem a cultura e dinamizam a economia”, diz o presidente da associação, referindo que a mesma “quer fazer parte da solução e não do problema”.

Zonas de conflitualidade

A iniciativa da edilidade lisboeta surge como resposta aos crescentes apelos da comunidade para que se resolvam situações de conflitualidade resultantes da sobrecarga de *tuk-tuks* em certos locais, como recentemente denunciado pelos moradores em redor do Miradouro da Senhora do Monte, na zona da Graça, na freguesia de São Vicente. As tensões resultantes da actividade destes veículos são sentidas também noutras zonas da cidade demandadas pelos turistas, como no Rossio, no Miradouro das Portas do Sol, em Belém ou no Terreiro do Paço. Este local foi palco, em 30 de Maio, de uma agressão de um agente da polícia municipal, com duas cabe-

çadas, a um condutor de *tuk-tuk*.

As diligências agora encetadas pela CML surgem no momento em que o Porto se prepara também para pôr em marcha um conjunto de medidas visando ordenar o funcionamento da actividade deste género de veículos. Na semana passada, a autarquia de Rui Moreira anunciou a criação de uma zona de restrição a circuitos turísticos não autorizados e transportes ocasionais entre a Alfândega e a Praça da República e entre a Rua de Cedofeita e a Rua de Dom João IV, só poderão entrar os veículos turísticos com licença. No máximo, poderão aí circular 40 *tuk-tuks* e 24 autocarro turísticos.

Um caminho que a autarquia liderada por Carlos Moedas pretende agora encetar também, no que se refere aos *tuk-tuks*. E fá-lo quando, há muito, se aguarda a criação de um regulamento para o sector, cujo licenciamento dos veículos em circulação

é responsabilidade do Turismo de Portugal. Além disso, as únicas regras em vigor são as referentes às zonas com restrições na circulação e o estacionamento dentro das freguesias de Misericórdia, Santo António e Santa Maria Maior, estabelecidas pela Câmara de Lisboa, em Novembro de 2015.

Naquela altura, foi colocada sinalética nos locais onde a circulação estava proibida, privilegiando-se o estabelecimento de corredores de circulação através das vias mais importantes do centro histórico, como a Avenida da Liberdade e suas laterais, Calçada do Combro, bem como pelas avenidas 24 de Julho, Infante D. Henrique e Almirante Reis, para se evitar o tráfego destes veículos dentro dos bairros. O despacho determinava ainda um horário de circulação entre as 9h e as 21h e a criação de 116 lugares de paragem. Disposições que, em grande medida, têm sido incumpridas.

RUI GAUDÊNCIO



Reunião para estabelecer bases para o regulamento está marcada para amanhã



Memorial às vítimas de ataque em Majdal Shams, que matou 12 crianças e adolescentes

Netanyahu promete de novo “resposta dura” a ataque nos Golã

Fontes israelitas falam da possibilidade de um ataque “limitado mas significativo”, já que uma guerra não é do interesse de Israel (nem do Hezbollah)

Maria João Guimarães

O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, repetiu ontem que uma resposta “dura” ao ataque atribuído ao Hezbollah que matou 12 crianças e adolescentes nos Montes Golã era “inevitável”. Que era inevitável era certo. Quão dura será, está a ser alvo de muita especulação.

A tensão levou a medidas que mostram o temor na região, como o cancelamento de voos para Beirute por companhias como a Lufthansa ou a Royal Jordanian ou o apelo de países para que os seus cidadãos saiam do Líbano (como a Alemanha).

Antes, ataques com drones durante o dia de ontem deixaram dois mortos e cinco feridos no Sul do Líbano, com o Hezbollah a dizer que os mortos eram membros do movimento.

Vários analistas sublinhavam que uma guerra directa não é do interesse nem de Israel nem do Hezbollah (nem do Irão, que apoia o movimen-

to xiita libanês) e, a coberto do anonimato, fontes israelitas diziam o mesmo. “Não estimamos que a resposta leve a uma guerra total – isso não seria do nosso interesse neste ponto”, declarou uma delas, citada pela Reuters.

O jornalista especialista em segurança e defesa Amos Harel, do diário israelita *Haaretz*, dizia que, apesar da retórica, muitos dos responsáveis israelitas a ameaçar “guerra total” estão “bem conscientes dos limites de qualquer acção das IDF [Forças de Defesa de Israel]”, como “a demora da chegada de armas de precisão dos EUA, a sobrecarga nos soldados de combate, tanto a fazer serviço obrigatório como reservistas, e as dificuldades de uma incursão no Sul do Líbano”, enumera.

A guerra de 2006, a última vez em que houve uma incursão terrestre israelita no Sul do Líbano, terminou com pesadas consequências para Israel e para o Líbano (e com o fortalecimento do Hezbollah, que acabou

por ser visto como sendo capaz de enfrentar o mais poderoso Exército da região).

O diário de grande circulação *Yediot Ahronot* citava, pelo seu lado, responsáveis dizendo que a resposta israelita seria “limitada mas significativa”.

Alvos civis?

As fontes ouvidas pela Reuters disseram que entre as opções de acção estavam um ataque limitado a infra-estruturas, incluindo pontes, centrais eléctricas ou portos, ataques contra locais de armazenamento de armas do Hezbollah ou ataques contra comandantes do Hezbollah.

Na análise no *Haaretz*, Harel escrevia, no entanto, que o bombardeamento de infra-estrutura civil, proposta como “solução mágica” por algumas pessoas, “não deveria ajudar, já que o governo libanês não tem praticamente influência sobre as decisões do Hezbollah”.

O movimento xiita libanês lançou

projecteis contra Israel na sequência da resposta do Estado hebraico ao ataque do Hamas de 7 de Outubro, levando o Governo israelita a ordenar a retirada das populações que vivem mais perto da fronteira, pessoas que estão, tal como as das comunidades atacadas a 7 de Outubro no sul, alojadas temporariamente em hotéis. Ainda assim, a resposta do Hezbollah ficou longe de um ataque em larga escala, como teria chegado a esperar o Hamas.

O ataque do fim-de-semana (que o Hezbollah nega ser da sua autoria, dizendo que estes drusos não são “um alvo”; Israel e os EUA dizem que foi) atingiu uma localidade drusa nos Montes Golã, território sírio que Israel ocupou na sequência da guerra de 1967 e anexou em 1981, com habitantes que, de modo geral, não quiseram obter a cidadania israelita, ao contrário da maioria dos drusos de Israel, que são encarados como muito leais ao Estado, servindo por exemplo no Exército.

Multidão entra em base militar israelita

Uma multidão em que estavam deputados ultranacionalistas, reservistas armados e pelo menos um ministro entrou à força numa base militar de Israel, um protesto que aconteceu depois da notícia de que a polícia militar estava no local para investigar um grupo de reservistas por suspeitas de abuso grave de um detido palestino.

A base de Sde Teiman, no deserto do Negev, é o primeiro local de interrogatório feito aos palestinos que o Exército israelita prendeu na Faixa de Gaza desde 7 de Outubro. Os reservistas são suspeitos de abuso com gravidade, segundo a procuradoria militar.

Nove de um grupo de dez suspeitos foram detidos no que, segundo vários *media* israelitas, terá sido um ataque sexual. O diário *The New York Times* diz que vários vídeos publicados nas redes sociais mostram reservistas a gritar contra a operação, numa rara ocasião de confronto de soldados contra outros soldados. Havia ainda um vídeo que mostrava a entrada do ministro do Património Amihai Eliyahu na base.

A vítima, que terá ficado em estado crítico, era um elemento de uma unidade de elite do Hamas, indicava a Reuters. O ataque ocorreu há cerca de três semanas, segundo o diário *Times of Israel*, e o detido, hospitalizado e sujeito a uma cirurgia, já está fora de perigo de vida.

O gabinete do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu emitiu um comunicado apelando à calma e condenando a entrada forçada, assim como o ministro da Defesa Yoav Gallant, que lembrou que, “mesmo em tempos difíceis, a lei aplica-se a toda a gente”.

O caso, comenta Barak Ravid, do *site* Axios, “é mais um sinal da desintegração da cadeia de comando das IDF e da lei e ordem com o encorajamento dos políticos ultranacionalistas”.

O *New York Times* publicou, no início de Junho, uma reportagem sobre casos de maus tratos em Sde Teiman, e de a localização dos detidos não ser comunicada a qualquer entidade. **M.J.G.**

Ex-ministros conservadores lançam-se na corrida à sucessão de Rishi Sunak

António Saraiva Lima

Processo de escolha do próximo líder do Partido Conservador e da oposição no Parlamento britânico só termina em Novembro

A corrida à liderança do Partido Conservador e à sucessão do ex-primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, convocada após a pior derrota de sempre do partido de centro-direita nas eleições legislativas disputadas no início do mês, vencidas pelo Partido Trabalhista, vai ter seis candidatos, incluindo duas mulheres, que têm em comum o facto de serem todos antigos detentores de cargos governamentais.

Depois de garantirem o apoio de pelo menos dez dos 121 deputados eleitos pelos *tories* na votação de 4 de Julho e recolhido 200 mil libras (cerca de 237 mil euros), os ex-ministros Jeremy Cleverly (Interior), Kemi Badenoch (Comércio), Mel Stride (Trabalho) e Priti Patel (Interior), e os ex-secretários de Estado Robert Jenrick (Imigração) e Tom Tugendhat (Segurança) foram oficializados ontem como concorrentes.

De acordo com as regras definidas pelo Comité 1922, o grupo que representa todos os deputados conservadores na Câmara dos Comuns do Parlamento de Westminster, o processo eleitoral terá várias fases

e o nome do vencedor só será conhecido no dia 2 de Novembro.

Durante o mês de Setembro, haverá sucessivas rondas de votações em que só participam os deputados eleitos. Em todas elas, o candidato menos votado será eliminado.

De acordo com o calendário, os quatro candidatos que ultrapassarem as primeiras votações terão a oportunidade de discursar perante os militantes no congresso anual do partido, que decorrerá entre 29 de Setembro e 2 de Outubro, na cidade inglesa de Birmingham.

Os dois concorrentes finais terão, depois, de convencer os cerca de 170 mil militantes inscritos, numa votação *online* convocada após o congresso e que vai decorrer até ao dia 31 de Outubro.

Partido fragilizado

O vencedor da contenda herdará um Partido Conservador muito fragilizado, não apenas por ter perdido mais de 250 deputados, em comparação com o resultado obtido nas eleições legislativas de 2019, ou por ter sido afastado do poder ao fim de 14 anos de governação, mas também por estar a viver um período de grande turbulência interna e de muitas dúvidas sobre o rumo ideológico a seguir.

Acresce ainda o facto de ter pela frente, até 2029, um supermotivado Partido Trabalhista, que, com os seus 411 deputados, goza de uma maioria confortável para governar e,



Rishi Sunak permanece na liderança do partido até Novembro

sobretudo, para definir os termos da agenda e do debate político no Parlamento.

Cleverly, que também foi ministro dos Negócios Estrangeiros no Governo Sunak, e Tugendhat representam uma facção mais moderada dos *tories* e devem defender um regresso ao centro político, aquele que, por causa das características muito próprias do sistema eleitoral britânico, parece ser o que oferece melhores perspectivas de vitória num quadro de eleições legislativas.

Badenoch, Patel e Jenrick fazem parte da ala mais *brexiteer* e neoliberal do Partido Conservador e, nas apresentações das respectivas candidaturas, insistiram na necessidade de redução da imigração para o Reino Unido.

A ex-ministra das Empresas e do Comércio foi a última a apresentar a sua candidatura. Num artigo de opinião publicado no *Times*, Badenoch defendeu a retirada do país da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e de outros tratados

humanitários e de apoio aos refugiados.

Kemi Badenoch disse ainda que é necessária uma “renovação do capitalismo”, criticou os últimos governos conservadores (dos quais fez parte) por terem “falado à direita e governado à esquerda” e afirmou que o Partido Conservador “mereceu perder” as últimas eleições.

“As pessoas sentiram-se manipuladas”, denunciou a ex-ministra, que ganhou grande protagonismo nos últimos anos devido às suas posições críticas sobre os direitos da comunidade transgénero e que, segundo as sondagens, é uma das favoritas entre os militantes *tories*.

Um inquérito realizado pela Queen Mary University (Londres) e pela Sussex University (Brighton) pouco depois das eleições atribuía 31% das preferências dos militantes a Badenoch. Contabilizando apenas as intenções de voto nos candidatos oficiais, surgiam, depois, Tom Tugendhat (15%), James Cleverly (10%), Robert Jenrick (7%) e Priti Patel (6%).

Fora da corrida, por opção própria, ficou Suella Braverman, outra antiga ministra do Interior, que defendeu abertamente acordos com o Reform UK, o partido populista de direita radical que “roubou” milhões de votos ao Partido Conservador, e que se estreia no Parlamento com cinco deputados, incluindo o político eurocéptico e nacionalista Nigel Farage.

Antigo Presidente sul-africano Jacob Zuma expulso do Congresso Nacional Africano

André Certá

Jacob Zuma foi expulso do partido do qual fazia parte desde 1959, depois de ter fundado e liderado outro partido

O ex-Presidente da África do Sul Jacob Zuma foi oficialmente expulso do Congresso Nacional Africano (ANC, em inglês), anunciou ontem o partido, depois das críticas lançadas ao partido por Zuma, que fundou um novo partido rival, o uMkhonto weSizwe (conhecido como MK).

A decisão foi anunciada pelo secretário-geral do ANC, Fikile Mbalula, que afirma que a expulsão de Jacob

Zuma se deve a ter posto “activamente em causa a integridade do ANC e fez campanha para retirar o ANC do poder, alegando que não tinha cortado a sua filiação”, tendo acrescentado que esta conduta era “irreconciliável com o espírito de disciplina organizacional e com a letra da Constituição do ANC”.

Zuma já tinha sido suspenso em Janeiro, citando “ataques vitriólicos” durante a campanha para as eleições legislativas de 2024, realizadas no dia 29 de Junho.

O MK, partido fundado e liderado por Zuma desde 2023, foi um dos principais responsáveis pela perda da maioria absoluta do ANC pela primeira vez, tendo o partido governado a África do Sul desde o fim do *apartheid*



Jacob Zuma foi Presidente entre 2009 e 2018

em 1994 com maioria absoluta.

Nas eleições, o MK, partido com o nome da antiga ala paramilitar do ANC durante o *apartheid*, foi o terceiro partido com mais deputados nas eleições, tendo obtido 58 lugares na Assembleia Nacional da África do Sul e vencido na província de KwaZulu-Natal. Aquando da fundação do partido MK, Zuma afirmara que queria continuar membro do ANC “para a vida” e que um dos objectivos era “salvar” o partido da liderança de Cyril Ramaphosa, o sucessor de Jacob Zuma na Presidência e no ANC.

Em reacção à expulsão, o MK, em comunicado, afirmou que não iriam “olhar passivamente para as injustiças graves” contra o seu líder e que Zuma iria reunir-se com a sua equipa

legal para perceber qual seria o seu próximo passo.

Jacob Zuma era membro do partido há 65 anos, estando filiado desde 1959 e tendo sido um activista anti-*apartheid* e membro da sua ala paramilitar. O ex-Presidente esteve também dez anos preso em Robben Island, ao mesmo tempo que Nelson Mandela.

Foi Presidente da África do Sul entre 2009 e 2018, ano em que se demitiu devido a derrotas internas no partido, e pressionado por acusações de corrupção.

No âmbito do processo na comissão judicial criada pelo próprio ex-Presidente, Zuma foi condenado a dois anos de prisão por desobediência de uma ordem de comparência.

“A Rússia quer que a Geórgia seja um Estado falhado e com um governo antiocidental”

Entrevista

Amílcar Correia

Lasha Bakradze O georgiano está convencido de que a “Rússia vai interferir, maciçamente, nas próximas eleições”

O escritor, actor e professor diz que o país “está num estado de guerra permanente com a Rússia desde que tomou o caminho da independência”.

O Parlamento do país aprovou, em Maio, uma lei conhecida como a dos agentes estrangeiros, que provocou uma onda prolongada de manifestações e que levou a União Europeia a suspender, este mês, o financiamento do país e o seu processo de adesão. Esta legislação vai obrigar todas as organizações não governamentais que recebam, pelo menos, 20% de financiamento externo a registarem-se como grupos “ao serviço dos interesses de uma potência estrangeira”.

Ficam, assim, sob vigilância do Ministério da Justiça. Existem fortes receios de que esta medida seja o princípio da perseguição a grupos críticos do Governo e à imprensa independente. A “lei russa”, como ficou conhecida, terá sido inspirada por legislação aprovada por Moscovo, há mais de uma década, e tem sido utilizada para perseguir e extinguir organizações da sociedade civil.

O Sonho Georgiano, o partido no poder na Geórgia, diz que quer aderir à União Europeia e à NATO, mas, ao mesmo tempo, aprovou uma lei muito restritiva que parece ter sido herdada do regime de Vladimir Putin, que esteve na origem de muitas manifestações nos últimos meses. Será que o Sonho Georgiano acredita que é possível estar de boas relações com Bruxelas, Washington e Moscovo ao mesmo tempo?

O Sonho Georgiano pode ser acusado de ter perdido o sentido da realidade. Não se trata apenas da lei sobre agentes estrangeiros, agora chamada “lei sobre a influência estrangeira”, mas também de algumas outras leis que a Geórgia adoptou. Desde o início da guerra na Ucrânia, a crescente retórica antiocidental tem-se tornado cada vez mais forte. Estão a espalhar teorias da conspiração –



como a de um “partido da guerra global” que quer envolver a Geórgia na guerra contra a Rússia –, todo o arsenal de propaganda copiado de Moscovo. Actualmente, esperam a vitória de Donald Trump nas presidenciais dos EUA e acreditam que a sua administração irá construir melhores relações com a Geórgia. O que alimenta esta esperança não é totalmente claro.

Existe um conflito geracional entre os mais jovens, mais favoráveis à integração europeia, e os mais velhos, que mantêm uma nostalgia da URSS e querem preservar os laços históricos com a Rússia?

Os jovens da Geórgia são muito pró-europeus; beneficiam da isenção de vistos para a União Europeia (UE), do intercâmbio de estudantes e do programa Erasmus, que abriu as portas das universidades europeias a muitos deles. Ao mesmo tempo, os mais velhos não são pró-russos. Além disso, a nostalgia do passado soviético é, na minha opinião, menos presente na Geórgia, em comparação com outros países pós-soviéticos. Na Geórgia, é muito difícil ser abertamente pró-russo. A Geórgia está num estado de guerra permanente com a Rússia desde que tomou o caminho da independência. A Rússia ocupa 20% do território do país. Todos os

dias, a linha de demarcação na Geórgia, a que os russos chamam fronteira, é deslocada por eles. Há centenas de milhares de refugiados internos na Geórgia desde que a Rússia efectuou uma limpeza étnica nos territórios ocupados. Para além de grupos marginalizados, ninguém se atreve a ser pró-russo. Até o Sonho Georgiano (na verdade, um nome muito engraçado para um partido) rejeita qualquer simpatia pela Rússia.

Em que fase se encontra esta lei, neste momento?

A Presidente [Salome] Zurabishvili acaba de intentar uma acção judicial contra a lei sobre a influência estrangeira no Tribunal Constitucional. Mais de cem meios de comunicação social e organizações estão também a mover uma acção contra esta lei. Infelizmente, todos os tribunais da Geórgia estão sob a influência do Sonho Georgiano. No entanto, é interessante ver qual será a reacção do Tribunal Constitucional.

O primeiro-ministro afirmou que a não aprovação da lei permitiria à Geórgia perder a sua soberania e aproximaria o país “do destino da Ucrânia”. Considera que a pressão dos protestos poderá levar o Governo a recuar?

O Sonho Georgiano mantém-se

firme em relação à lei sobre a influência estrangeira e não vai desistir porque, com a sua ajuda, espera manter-se no poder e restringir qualquer crítica ao seu Governo. O primeiro-ministro [Irakli] Kobakhidze quase anunciou o terror contra os dissidentes e a oposição, que classificou de “fascistas liberais”. Para o Sonho Georgiano, “liberalismo” tornou-se uma palavra tão insultuosa como na Rússia. Por conseguinte, a única forma de salvar a Geórgia de um autoritarismo crescente é votar na saída dos actuais governantes.

Que consequências poderá ter a insistência nesta “lei russa” para as eleições de Outubro?

Apesar das promessas feitas no ano passado de que a lei nunca seria

“A única forma de salvar a Geórgia de um autoritarismo crescente é votar na saída dos actuais governantes”

reintroduzida, o Sonho Georgiano trouxe-a de volta este ano com um título diferente. O partido no poder espera limpar o campo político antes das eleições. Infelizmente, estas eleições não serão nem livres nem justas. O Sonho Georgiano mente ao povo, dizendo que 60% da população os apoia. Utilizarão todos os seus recursos para o provar nos resultados vencedores.

Existe alguma hipótese de a oposição se manter unida nestas eleições?

Não haverá uma grande unificação, mas os principais partidos da oposição assinaram uma carta proposta pela Presidente Zurabishvili. Nessa carta, comprometem-se a formar um governo de coligação e a reconduzir a Geórgia a uma orientação pró-ocidental, suspendendo esta e outras leis imediatamente após as eleições.

Existe a possibilidade de os resultados destas eleições serem manipulados?

É claro que haverá manipulações. Infelizmente, como já disse, esperar que estas eleições sejam justas e livres é irrealista.

O que pode a União Europeia fazer para evitar uma maior aproximação entre a Geórgia e a federação russa?

A União Europeia deve exercer mais pressão sobre o Governo georgiano, que utiliza uma retórica tão antiocidental, e isolá-lo, para que fique claro para todos na Geórgia que não há futuro europeu possível com este Governo. E apoiar o povo georgiano que luta com firmeza pelo futuro europeu.

A Rússia invadiu a Geórgia em 2008. Estaria Putin interessado em voltar a fazê-lo ou a Geórgia não tem qualquer interesse estratégico para os russos? Em suma, a Geórgia poderia ser uma segunda Ucrânia?

Os recursos da Rússia estão a esgotar-se. A Rússia está imersa na guerra com a Ucrânia. A sua invasão militar na Geórgia é muito improvável. No entanto, a Rússia vai interferir, maciçamente, nas próximas eleições e fazer tudo o que puder para manter o seu Governo favorito no poder. A Rússia quer que a Geórgia seja um Estado falhado, imerso num pântano de corrupção, com um governo autoritário, antidemocrático e antiocidental, que não é um parceiro seguro para o mundo livre.

Com o propósito de promover o debate e a reflexão sobre a Sustentabilidade, o PÚBLICO e a REN organizam um ciclo de três talks em torno dos pilares do ESG. Nesta 2ª edição dos **Encontros com Futuro**, o objectivo é dar continuidade ao debate iniciado em 2023 e levar a discussão até outro nível.

INSCRIÇÕES
OBRIGATÓRIAS
AQUI

SIGA O QR CODE
ATRAVÉS DO SEU SMARTPHONE



16 de Setembro



Centro Cultural de Belém, Lisboa

QUAL O FUTURO DO ESG?

Nos últimos meses, muito se tem discutido sobre a evolução e o futuro do ESG. Nesse sentido, o primeiro encontro deste ciclo deverá incidir sobre esse tema – o futuro do ESG. Neste primeiro evento, será ainda desenvolvido um breve resumo das conclusões e ideias da edição de 2023, que servirão de mote ao debate.



JORGE MOREIRA DA SILVA

DIRECTOR-EXECUTIVO DO ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA SERVIÇOS DE PROJECTOS (UNOPS),
SUBSECRETÁRIO-GERAL ONU

KEYNOTE SPEAKER



PEDRO CRUZ

ESG COORDINATOR PARTNER DA KPMG

COMENTÁRIO

9H00 RECEPÇÃO

9H30 INTRO 2ª edição Encontros com Futuro – **Fernanda Freitas**

9H45 KEYNOTE SPEAKER

Jorge Moreira da Silva, Director-executivo do Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projectos (UNOPS), ex-ministro do Ambiente e da Energia

10H15 COMENTÁRIO

Pedro Cruz, ESG Coordinator Partner da KPMG

10H30 COFFEE BREAK

10H45 DEBATE

Filipa Pantaleão, Secretária-geral BCSD Portugal

André Themudo, Blackrock Europe

Representante EIB*

12H15 ENCERRAMENTO

Moderação: **Fernanda Freitas**

* NOME A CONFIRMAR

CONFIRME A SUA PRESENÇA PARA O E-MAIL: EVENTOS@PUBLICO.PT

TALK

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL COM PESO E MEDIDA

 17 de Setembro

 Centro Cultural de Belém, Lisboa

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL COM PESO E MEDIDA

Este painel tem como foco os indicadores Social e Ambiental, com o intuito de no debate cruzar diferentes perspectivas de inovação, formação para empresas e projectos que impactem directamente os cidadãos. O painel também irá abordar temas como a regulamentação da União Europeia para estas disciplinas, a avaliação de objectivos mensuráveis e realistas, assim como o *greenwashing*.



MARIA JOSÉ FERREIRA

DIRECTORA DE INVESTIGAÇÃO DO CENTRO TECNOLÓGICO DO CALÇADO DE PORTUGAL (CTCP)

KEYNOTE SPEAKER



RICK RIDGEWAY

MONTANHISTA, AMBIENTALISTA, EX-PATAGONIA

COMENTÁRIO ESPECIAL

9H00 RECEPÇÃO

9H30 KEYNOTE SPEAKER

Maria José Ferreira, Directora de Investigação do Centro Tecnológico do Calçado de Portugal (CTCP)

10H00 COMENTÁRIO

Duarte Cordeiro, Partner da consultora de sustentabilidade Shiftify, ex-ministro do Ambiente e Acção Climática

10H15 COMENTÁRIO ESPECIAL

Rick Ridgeway, Montanhista, ambientalista, ex-Patagonia

10H30 COFFEE BREAK

10H45 DEBATE

Mariana Banazol, Too Good to Go

Inês Oom de Sousa, Fundação Santander

João Pedro Neto, Thingle

12H15 ENCERRAMENTO

Moderação: **Fernanda Freitas**

TALK

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: O FUTURO É CIRCULAR?

 25 de Setembro

 Fundação de Serralves, Porto

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: O FUTURO É CIRCULAR?

Dia Nacional da Sustentabilidade

Numa perspectiva mais ampla do ESG, olhamos para a sustentabilidade corporativa e avaliamos o papel essencial e transversal da economia circular no ESG.



FIONN FERREIRA

EMPREENDEDOR, FORBES 30 UNDER 30

KEYNOTE SPEAKER



MAFALDA SARMENTO

INVESTIGADORA DA ÁREA DA SUSTENTABILIDADE, UCP

COMENTÁRIO

9H00 RECEPÇÃO

9H30 KEYNOTE SPEAKER

Fionn Ferreira, Empreendedor, Forbes 30 under 30

10H00 COMENTÁRIO

Mafalda Sarmento, Investigadora da área da Sustentabilidade, UCP

10H15 COFFEE BREAK

10H30 DEBATE

Pedro Norton de Matos, Founder Greenfest, Bluefest Portugal and Academia G

Alice Khouri, Head of Legal Helexia Portugal. Fundadora Women in ESG Portugal

Bruno Esgalhado, Partner at McKinsey & Company

12H00 ENCERRAMENTO

Moderação: **David Pontes**, director do PÚBLICO

ORGANIZAÇÃO

Poder da Meo, Nos e Vodafone está a salvo da Digi no “curto prazo”, diz Concorrência

Os benefícios da chegada da Digi serão maiores porque a Vodafone não eliminou a Nowo, mas, “no curto prazo”, a empresa romena não conseguirá uma quota que afecte “o poder de mercado” dos três principais operadores

Ana Brito

A Autoridade da Concorrência (AdC), que neste Verão chumbou a possibilidade de a Vodafone comprar a Nowo – eliminando um concorrente num mercado em que os operadores actuam de forma alinhada em termos de ofertas e preços –, reconhece que a entrada da romena Digi no mercado português (que passará a ter cinco operadores) pode abanar este equilíbrio entre Meo, Nos e Vodafone, mas não terá efeitos disruptivos imediatos.

“Não é expectável que a Digi venha a deter, num prazo razoavelmente curto (isto é, no horizonte de análise típico de uma avaliação jusconcorrencial de três a cinco anos), uma quota de mercado que possa colocar em causa o poder de mercado colectivo dos três principais operadores” e a capacidade de coordenação de comportamentos entre eles, refere a AdC na versão pública da decisão de proibição da concentração Vodafone/Nowo, a que o PÚBLICO teve acesso.

Segundo as regras do leilão 5G, a Digi tem até ao final deste ano para se lançar comercialmente, mas não há data oficial de arranque das operações, apesar de o regulador das comunicações, a Anacom, garantir que a empresa (que em mercados como o espanhol e romeno é conhecida por uma concorrência agressiva no fixo e móvel) está a efectuar investimentos em infra-estrutura própria de fibra.

“Em primeiro lugar, do ponto de vista de infra-estruturas, o *deployment* [desenvolvimento] da sua infra-estrutura fixa demorará alguns anos e o seu portfólio de espectro radioelétrico é inferior aos restantes operadores”, explica a AdC. Por outro lado, o mercado português caracteriza-se pela existência de “elevadas barreiras à entrada e à expansão” de concorrentes, tornan-

do a mobilidade dos clientes “baixa, fruto das políticas de fidelizações sucessivas” desenvolvidas pela actuação da Meo, Nos (controlada pelo grupo Sonae, dono do PÚBLICO) e Vodafone.

Além do mais, estas empresas já estão a introduzir “estratégias de resposta à entrada [da Digi] que podem condicionar significativamente a capacidade de desestabilização” do mercado por parte da Digi.

O regulador da concorrência destaca que, se a Vodafone tivesse conseguido comprar a Nowo, seriam prováveis “aumentos significativos de preços, reforço do poder de mercado [do Meo, Nos e Vodafone], reforço das barreiras à entrada [de novos concorrentes] e reforço das condições de equilíbrio cooperativo da indústria”, o que na prática traduz um “significativo alinhamento das tipologias e preços das ofertas entre os três principais operadores”.

Se a compra avançasse, não só “seria reforçado o poder de mercado” dos três operadores, como diminuiriam “os impactos positivos esperados” pela entrada da Digi, concluiu a AdC. Por exemplo, no desenvolvimento inicial da rede de fibra, a Digi não irá privilegiar as zonas onde já existe rede da Nowo (e em que esta já exerce pressão concorrencial face às outras empresas), levando por isso uma oferta diferenciada a outras zonas do país (a decisão não revela qual é a pegada geográfica da Nowo, nem qual será a da Digi, por se tratar de “informação sensível”).

“Por via do alinhamento de preços e das tipologias de produtos oferecidos, em conjunto com as políticas de fidelização (e refidelização) de clientes e ofertas em pacote, os operadores têm a capacidade para cristalizar a sua base de clientes, permitindo-lhes uma manutenção de quotas de mercado sensivelmente inalteradas.” Isto faz, segundo o regulador, as

empresas concentrarem os seus esforços na rentabilização da actual base de clientes, “em detrimento do investimento na aquisição de novos clientes”.

Este “comportamento estratégico” das empresas “dificulta a captação de uma base de clientes por parte de novos potenciais entrantes no mercado” e é este contexto que a Digi (e a Nowo, que supostamente deverá desenvolver e expandir uma operação móvel própria) tem de enfrentar.

Não só a Meo, Nos e Vodafone “têm incentivo económico para não se desviarem dos termos de coordenação”, como a AdC refere que “a transparência de mercado permite uma monitorização efectiva” da actuação da concorrência e foi identificado “um mecanismo de retaliação eficaz e credível face a eventuais incumprimentos dos termos da coordenação”, o que assegura a estabilidade deste comportamento coordenado.

Low cost ao ataque

A AdC comprovou que “os operadores implementam estratégias comerciais diferenciadas no território, nomeadamente, através de campanhas promocionais explícitas e/ou através de contactos com os clientes em campanhas de refidelização, ou em reacção a contactos de clientes que comunicam a intenção de saída”.

Assim, da mesma maneira que os combustíveis são mais baratos junto às zonas de fronteira com Espanha, também nas zonas onde a Nowo tem operações, os “dados relativos às receitas por cliente e à facturação permitiram verificar que existem diferenças estatisticamente significativas entre os preços efectivamente praticados nas zonas do *footprint* [presença] da Nowo face às restantes”. Isso significa que, se a Digi entrar no mercado com ofertas mais

As regras do leilão 5G dizem que a Digi tem até ao final do ano para se lançar comercialmente no mercado

FOTOGRAFIAS: MANUEL ROBERTO



Concorrência Regulador versus ex-regulador

Ana Brito

Para demonstrar que a existência da Nowo no mercado não significa concorrência acrescida, a Vodafone contratou a consultora económica Compass Lexecon (CL) que, “a partir de uma base de dados disponibilizada pela Vodafone” para o processo, “estimou a diferença entre os preços da Vodafone nos concelhos onde a Nowo está presente [a rede de fibra da Nowo não tem cobertura total] e os preços da Vodafone nos concelhos onde a Nowo não está presente”.

O escritório de Lisboa desta consultora é liderado pelo professor de economia da Universidade do Porto, Hélder Vasconcelos, que foi administrador da Anacom, entre 2012 e 2017, e consultor da Autoridade da Concorrência (AdC), entre 2007 e 2011.

Na análise à operação de concentração, a AdC concluiu que “a Nowo exerce uma pressão concorrencial sobre, pelo menos, a Vodafone, originando uma redução nos preços praticados por esta ou, pelo menos, uma subida inferior à que se verificaria na sua ausência” e que esta pressão concorrencial seria eliminada se a Nowo fosse comprada. Por exemplo, no caso dos pacotes de serviços 4P (móvel, banda larga fixa, televisão e telefone fixo), a presença da Nowo foi “associada a uma redução dos preços das ofertas 4P da Vodafone de 6,5 euros por mês – o Efeito Nowo”. Na prática, “os clientes 4P da Vodafone localizados nos concelhos Nowo pagam, em média”, por ofertas que sejam iguais, “menos que os clientes 4P da Vodafone nos concelhos onde a Nowo não está presente”.

Já o estudo económico desenvolvido pela CL considera que “não há evidência de um Efeito Nowo”, ou seja, não fica demonstrada a pressão concorrencial exercida pelas ofertas da Nowo sobre as da Vodafone. Esta é, segundo a AdC, uma conclusão incorrecta: “A metodologia implementada pela CL carece de suporte técnico, tendo a CL optado por excluir, de forma aparentemente arbitrária, um grande conjunto de observações, o que enviesou o resultado da sua análise”. A AdC diz que o estudo lhe suscita “sérias dúvidas” em matérias como a representatividade da amostra e a análise das receitas por cliente dos dois operadores nas zonas de sobreposição geográfica: assim, as conclusões da CL, “porque manifestamente incorrectas, devem ser desconsideradas”.

agressivas que a concorrência, mas não nas mesmas zonas em que está a Nowo, os três operadores serão duplamente desafiados a melhorar as suas ofertas.

Os “planos de defesa” contra o novo concorrente assentam num princípio de duplo *ringfencing*, ou delimitação. Uma delimitação de zonas geográficas onde existe maior concorrência (o que a AdC baptizou como o “efeito Nowo” e o “efeito Digi”), mas também entre o que é a marca principal e a marca secundária, ou *low cost*, de cada uma das empresas.

“Na sua análise, a Vodafone projecta que os restantes operadores Meo e Nos utilizarão, à semelhança do seu plano, as respectivas marcas secundárias para responder à entrada” de novos concorrentes, lê-se na decisão. “Não é de excluir que os preços divulgados pela marca secundária da Vodafone (Amigo), entretanto lançada, constituam uma sinalização para este efeito, uma vez que alinham com os preços das marcas secundárias da Meo (Uzo) e da Nos (Woo)”, refere o documento.

Também nas marcas *low cost* há simetria em “parâmetros de conduta como o *timing* das decisões de alterações das ofertas, promoções, entre outros”. Fazendo uma pesquisa rápida num motor de busca, é

possível verificar que “o Amigo da carteira”, como lhe chama a Vodafone, traz aquilo que o regulador das comunicações vem pedindo há anos aos operadores, ou seja, ofertas isoladas de Internet móvel a preços mais competitivos, sem fidelização, para quem só quer dados móveis ou dispensa ofertas de televisão com centenas de canais.

Este “preço baixo e sem surpresas”, como define a própria Vodafone, inclui 10GB de tráfego por dez euros por mês, numa oferta que é idêntica à da Woo, mas inferior à da Nowo, que consegue um tarifário de 15GB por 10 euros/mês, apesar de ter de operar em cima da rede da Meo e pagar por isso.

Obstáculos no caminho

As políticas comerciais das empresas têm incentivado a subscrição de pacotes em detrimento de ofertas de um só serviço, que são comparativamente mais caras e têm períodos de fidelização longos e com custos de mudança elevados durante estes períodos, o que “desincentiva e condiciona a mudança de operador”.

“Dado o exposto, considera-se que, nem a Nowo, nem a Digi, por si só, têm uma capacidade significativa de colocar em causa a sustentabilidade externa da coordenação [entre operadores no que diz respeito a preços e características das ofertas], não obstante a sua entrada ser o suficiente para espoliar um conjunto de respostas direccionadas por parte dos restantes operadores”, explica a AdC.

E “não se pode excluir definitivamente” a possibilidade de que a Nowo não tenha capacidade de “expandir e alavancar” os direitos de utilização de frequências móveis que comprou no leilão 5G (tendo em conta que o seu accionista, a Lorca JVCO Limited, já deixou claro o interesse em desfazer-se do negócio). Da mesma forma, não há garantias de que a Digi não enfrente “atrasos significativos na implementação do seu plano de investimentos/negócios ou insucessos na sua capacidade de penetração do mercado”, nota o regulador.

10

A marca secundária da Vodafone, que inclui 10GB de tráfego por dez euros por mês, é citada na análise da Autoridade da Concorrência

5G

Foi no leilão de licenças 5G que se criaram as condições para a entrada de novos concorrentes no mercado português de telecomunicações

Cartel da banca: instituições envolvidas seguem em desvantagem para a sentença

Pedro Crisóstomo

Para o Tribunal de Justiça da UE, a troca de dados mantida pelos bancos durante uma década visou “falsear a concorrência”

Os principais bancos portugueses – da CGD ao antigo BES “mau”, passando pelo BCP, BPI, Montepio e Crédito Agrícola – deverão ficar a conhecer em Setembro, depois das férias judiciais, se a troca de informação comercial que mantiveram durante mais de dez anos sobre os *spreads* que iriam praticar nos créditos aos particulares e às empresas falseou, ou não, a concorrência no mercado bancário.

Cabe agora ao Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão (TCRS) decidir. O caso está a ser julgado no tribunal de primeira instância, onde o “conluio” já foi dado como provado, mas falta conhecer a segunda parte da sentença, a parte central em que se fica a saber se esses factos representaram, ou não, uma violação da concorrência “por objecto”, isto é, se a troca de informação foi, à partida, uma prática restritiva da concorrência.

Foi esse o entendimento da Autoridade da Concorrência (AdC) quando, em Setembro de 2019, condenou 14 bancos a coimas de 225 milhões de euros pela “prática concertada de troca de informação comercial sensível” de 2002 a 2013. E, ontem, foi publicado um acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) com um entendimento desfavorável à argumentação dos bancos.

Ao fim de dois anos, o TJUE enviou para Santarém o esclarecimento solicitado pelo Tribunal da Concorrência ao abrigo de uma figura do direito europeu chamada “reenvio prejudicial”. Os tribunais nacionais podem pedir clarificações sobre como interpretar uma determinada norma em função dos factos que estão a ser apreciados. E, neste caso, agora que o tribunal sediado no Luxemburgo deu a conhecer o acórdão, os bancos partem em desvantagem para o momento da leitura da sentença, porque o Tribunal de Justiça considera que, à luz dos factos já dados como provados em Portugal pelo próprio tribunal nacional, o conluio dos bancos tem contornos que permitem classificá-lo como uma prática ilegal, restritiva da “concorrência por objecto”.

Ao todo, 14 bancos partilharam dados comerciais internos com os concorrentes durante mais de dez



Sentença na primeira instância sobre cartel da banca deve ser lida em Setembro

anos de forma regular (de *emails* de banco para banco e, de forma regular, em *emails* multilaterais, com vários bancos como destinatários), dando a conhecer aos concorrentes directos que *spreads* (margem de lucro) iriam aplicar dias depois. Também trocavam informações sobre os volumes de financiamento já concedidos nos contratos de crédito à habitação, ao consumo e às empresas.

Das 14 instituições financeiras acusadas, 11 contestaram as contra-ordenações aplicadas pela Autoridade da Concorrência. A sentença começou a ser lida em Abril de 2022 e, nesse mesmo dia, depois de fixar os factos provados e não provados, mas antes de apreciar se eles constituem uma violação das regras da concorrência, a juíza Mariana Gomes Machado chamou o TJUE para este verificar se, tendo o conluio “aumentado artificialmente a transparência e reduzido a incerteza sobre o funcionamento do mercado” bancário, há, ou não, uma violação da concorrência “por objecto” (ou seja, para saber se, logo à partida, pelo simples facto de ter existido uma coordenação entre os bancos, houve uma restrição da concorrência, mesmo sem

ser preciso medir os efeitos produzidos por essa acção).

Foi o que alegou a Autoridade da Concorrência quando condenou os bancos. E é essa mesma interpretação que faz o Tribunal de Justiça da UE. O acórdão é, por isso, um revés para os bancos, uma vez que os juízes consideram que a prática, tal como é descrita pelo tribunal português, “pode constituir uma restrição à concorrência por objecto”.

Os argumentos do tribunal

Segundo o acórdão, “uma troca de informações isolada entre concorrentes pode constituir uma restrição da concorrência por objecto”, bastando que haja “uma forma de coordenação que, pela sua própria natureza, seja necessariamente, num contexto como aquele que envolve a troca, prejudicial ao correcto e normal funcionamento da concorrência”, por permitir eliminar a incerteza no mercado. É o que sucede quando as informações trocadas são “confidenciais e estratégicas”, por revelarem o “comportamento futuro de um concorrente nos mercados em causa”. E, para o tribunal europeu, “tal poderá ocorrer no caso concreto”, porque da

descrição dos factos feita pelo tribunal português “parece resultar que as informações trocadas diziam nomeadamente respeito às intenções de alteração futura dos *spreads* dos participantes na troca”. Outro argumento: “Se assim for, uma vez que os *spreads* constituem um dos parâmetros à luz dos quais a concorrência se estabelece num mercado, semelhante troca só poderá ter tido por objectivo falsear a concorrência.”

Depois de receber esta resposta (uma espécie de parecer), o tribunal português irá retomar a sentença após o fim das férias judiciais e, aí, poderá ter em conta a interpretação feita no Luxemburgo, uma vez que foi o próprio tribunal que a solicitou e o TJUE assegura a correcta interpretação do direito europeu.

Sendo o acórdão desfavorável às

instituições financeiras, tal como já fora a opinião do advogado-geral que acompanhou o processo no TJUE, Athanasios Rantos, não será uma surpresa se, em Setembro, o tribunal confirmar a condenação decidida pela Autoridade da Concorrência. Resta saber se, nesse cenário de condenação, as coimas se mantêm ou se são alteradas pelo tribunal para cada um dos bancos (para baixo ou para cima) em relação às coimas aplicadas pela AdC.

As entidades financeiras acusadas pelo regulador são consideradas arguidas neste processo. Dos bancos acusados, os 11 que foram para tribunal são o BIC Português, o BBVA, o BPI, o BES em liquidação (o “banco mau”), o Santander, o Barclays, a Caixa Económica Montepio Geral, a Caixa Geral de Depósitos (CGD), a sucursal portuguesa da Unión de Créditos Inmobiliários (UCI), a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo e o BCP.

Quando entraram com as acções em tribunal, cada instituição teve de prestar uma caução com um valor correspondente a metade da coima aplicada. As quantias estão à ordem do Tribunal da Concorrência e superaram os 100 milhões de euros.

14

No caso que corre nos tribunais, 14 bancos partilharam dados comerciais internos com os concorrentes durante mais de dez anos de forma regular

RUI GAUDÊNCIO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**CONCURSO PARA RECRUTAMENTO
DE UM INVESTIGADOR AUXILIAR**

Encontra-se aberto, pelo prazo de trinta dias úteis a contar da publicação na BEP (**Bolsa de Emprego Público – www.bep.gov.pt**), um concurso externo para o recrutamento de um Investigador Auxiliar, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na área de **Antropologia Social e Cultural** (Código de Oferta: OE202407/1265).

As condições de candidatura e demais requisitos encontram-se publicitados quer na BEP quer no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 145, de 29 de julho de 2024.

Lisboa, 29 de julho de 2024

A Presidente do Júri
Professora Doutora *Marina Costa Lobo*

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**CONCURSO PARA RECRUTAMENTO
DE UM INVESTIGADOR AUXILIAR**

Encontra-se aberto, pelo prazo de trinta dias úteis a contar da publicação na BEP (**Bolsa de Emprego Público – www.bep.gov.pt**), um concurso externo para o recrutamento de um Investigador Auxiliar, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na área de **Geografia Humana** (Código de Oferta: OE202407/1269).

As condições de candidatura e demais requisitos encontram-se publicitados quer na BEP quer no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 145, de 29 de julho de 2024.

Lisboa, 29 de julho de 2024

A Presidente do Júri
Professora Doutora *Marina Costa Lobo*

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**CONCURSO PARA RECRUTAMENTO
DE UM INVESTIGADOR AUXILIAR**

Encontra-se aberto, pelo prazo de trinta dias úteis a contar da publicação na BEP (**Bolsa de Emprego Público – www.bep.gov.pt**), um concurso externo para o recrutamento de um Investigador Auxiliar, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na área de **Sociologia** (Código de Oferta: OE202407/1274).

As condições de candidatura e demais requisitos encontram-se publicitados quer na BEP quer no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 145, de 29 de julho de 2024.

Lisboa, 29 de julho de 2024

A Presidente do Júri
Professora Doutora *Marina Costa Lobo*

ANÚNCIO

Carlos Manuel Ramos dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe, torna público que:
A Câmara Municipal de Sernancelhe, na reunião ordinária realizada no dia 21 de março de 2024, retificada na reunião ordinária realizada no dia 28 de junho de 2024, deliberou nos termos e para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, requerer a utilidade pública e a posse administrativa da parcela a seguir identificada necessária à prossecução da obra “**Passadiços do Távora – 2ª fase**”
PARCELA N.º 2
Parcela com 2 145m² (dois mil cento e quarenta e cinco metros quadrados), a destacar do prédio rústico sito na Lameira da Corga, confrontado do norte com caminho, do sul com Barragem, de nascente com Barragem e do poente com Eletricidade de Portugal, com área de 1,750000ha, inscrito na matriz da freguesia da **União de Freguesias de Penso e Freixinho** sob o artigo 993, e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 344, da freguesia de Freixinho;
Ficando a parcela destacada a confrontar:
Norte com: António Saldanha Gomes Mota
Sul com: Barragem
Nascente com: Caminho
Poente com: Angélica da Fonseca (cabeça de casal da herança) e passadiço.
Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 10º do Código das Expropriações o previsto no Plano Diretor Municipal de Sernancelhe para a zona da localização da obra é o seguinte:
Solo rural – Espaços Agrícolas e Florestais – Espaços Florestais de Produção – (Área de 1170m²).
Reserva Ecológica Nacional – Faixa de Proteção à Albufeira – (Área de 975m²).
Nos termos do n.º 2 do artigo 11º do Código das Expropriações encontra-se patente nos serviços da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal uma proposta de aquisição da supra identificada parcela, fundamentada em relatório de avaliação efetuado por perito da lista oficial do Ministério da Justiça.
Encontra-se ainda para consulta:
- Ficha da identificação da parcela a expropriar e seus proprietários;
- Extrato da planta parcelar com a delimitação da área que se presente expropriar.
Registando-se a impossibilidade de aquisição da parcela por via do direito privado, conforme se refere no número 5º do artigo 10º e no n.º 1 do artigo 11º do Código das Expropriações, e por ser verdade, se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo do Município de Sernancelhe e da União de Freguesias de Penso e Freixinho.
Sernancelhe, 24 de julho de 2024

O Presidente da Câmara
Carlos Manuel Ramos dos Santos

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**CONCURSO PARA RECRUTAMENTO
DE UM INVESTIGADOR AUXILIAR**

Encontra-se aberto, pelo prazo de trinta dias úteis a contar da publicação na BEP (**Bolsa de Emprego Público – www.bep.gov.pt**), um concurso externo para o recrutamento de um Investigador Auxiliar, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na área de **Ciência Política** (Código de Oferta: OE202407/1268).

As condições de candidatura e demais requisitos encontram-se publicitados quer na BEP quer no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 145, de 29 de julho de 2024.

Lisboa, 29 de julho de 2024

A Presidente do Júri
Professora Doutora *Marina Costa Lobo*

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**CONCURSO PARA RECRUTAMENTO
DE UM INVESTIGADOR AUXILIAR**

Encontra-se aberto, pelo prazo de trinta dias úteis a contar da publicação na BEP (**Bolsa de Emprego Público – www.bep.gov.pt**), um concurso externo para o recrutamento de um Investigador Auxiliar, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, na área de **História** (Código de Oferta: OE202407/1273).

As condições de candidatura e demais requisitos encontram-se publicitados quer na BEP quer no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º 145, de 29 de julho de 2024.

Lisboa, 29 de julho de 2024

A Presidente do Júri
Professora Doutora *Marina Costa Lobo*

Fundada em 1988 pelo Professor Doutor Carlos Garcia, a Associação Portuguesa de Familiares e Amigos de Doentes de Alzheimer - Alzheimer Portugal é uma Instituição Particular de Solidariedade Social. É a única organização em Portugal, de âmbito nacional, constituída há mais de 30 anos especificamente para promover a qualidade de vida das pessoas com demência e dos seus familiares e cuidadores. Tem cerca de dez mil associados em todo o país.
Oferece Informação sobre a doença, Formação para cuidadores formais e informais, Apoio domiciliário, Apoio Social e Psicológico e Consultas Médicas da Especialidade.
Como membro da Alzheimer Europe, a Alzheimer Portugal participa ativamente no movimento mundial e europeu sobre as demências, procurando reunir e divulgar os conhecimentos mais recentes sobre a Doença de Alzheimer, promovendo o seu estudo, a investigação das suas causas, efeitos, profilaxia e tratamentos.

Contactos:
Sede: Av. de Ceuta Norte, Lote 15, Piso 3 Quinta do Loureiro, 1300-125 Lisboa
Telefones: 213 610 460 - Fax: 21 361 04 69 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Centro de Dia Prof. Doutor Carlos Garcia: Av. de Ceuta Norte, Lote 1, Loja 1 e 2 Quinta do Loureiro, 1350-410 Lisboa
Telefones: 213 609 300 - E-mail: geral@alzheimerportugal.org
Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário «Casa do Alcega», Rua Joaquim Miguel Serra Moura, n.º 256 - Alapraia 2765-029 Estoril - Telefone: 214 525 145 - E-mail: casadualcega@alzheimerportugal.org
Horário de Atendimento: Quarta e sexta, entre as 9h e as 13h
Núcleo do Rêbato do Alzheimer Portugal: R. Dom Gonçalo da Silveira n.º 31 -A, 2080-114 Almeirim - Telefone: 243 000 087 - E-mail: geral.rebato@alzheimerportugal.org
Delegação Norte do Alzheimer Portugal: Centro de Dia «Memória de Mim», Rua do Farol Nascente n.º 47A R/C, 4455-301 Lavra - Telefone: 229 260 912 | 226 066 863 - E-mail: geral.norte@alzheimerportugal.org
Delegação Centro do Alzheimer Portugal: Centro de Dia do Marquês, Urb. Casal Galego - Rua Raul Testa Fortunato n.º 17, 3100-523 Pombal - Telefone: 236 219 469 - E-mail: geral.centro@alzheimerportugal.org
Núcleo do Algarve do Alzheimer Portugal: Urbanização do Pimento, Lote 2, Cave, Gabinete 3, Três Bicos, 8500-776 Portimão - Telefone: 965 276 690 - E-mail: geral.algarve@alzheimerportugal.org
Delegação da Madeira do Alzheimer Portugal: Avenida do Colégio Militar, Complexo Habitacional da Nazaré, Cave do Bloco 21 - Sala E, 9000-135 Funchal, Telefone: 291 772 021 - Fax: 291 772 021 - E-mail: geral.madeira@alzheimerportugal.org

**TRIBUNAL JUDICIAL
DA COMARCA DE FARO**
Juízo Local Cível de Portimão - Juiz 1
Acompanhamento de Maior
2170/24.3T8PTM

ANÚNCIO
Requerente: Ministério Público
Beneficiário: Samuel Kenneth Pereira
FAZ-SE SABER que foi distribuído neste tribunal, o processo de Acompanhamento de Maior em que é requerido **Samuel Kenneth Pereira**, nascido em 10-09-1999, com domicílio: Rua Professor Doutor Montalvão Marques Lote 11, Apart. 2d, Portimão, 8500-722 Portimão, com vista à determinação de medidas adequadas.
Nº Referência: 133045191
Portimão, 12-07-2024
(Documento eletrónico elaborado pelo Oficial de Justiça Luís M.D. Rosa)
A Juíza de Direito
Dra. Lénia Rodrigues
Público, 30/07/2024

loja.publico.pt

**ANÚNCIO
REFª 47/DIR/2024
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE
INDIVIDUAL
COORDENADOR/A PARA UNIDADE
DE PROJETOS DO SERVIÇO
DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

Torna-se público que se encontra aberto, por um período de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, processo de Manifestação de Interesse Individual, para nomeação de Coordenador(a) para a Unidade de Projetos do Serviço de Sistemas de Informação, em regime de Comissão de Serviço.

Os requisitos, gerais e específicos, respetiva grelha com critérios e ponderações de avaliação, composição da Comissão de Avaliação e outras informações de interesse para apresentação de candidatura, encontram-se disponíveis em versão integral no anúncio de recrutamento disponível na página eletrónica da ULS Amadora/Sintra, EPE, em <https://hff.min-saude.pt/hospital/recrutamento>.

Amadora, 30 de julho de 2024

COMUNICADO

**Beneficiação do Pavimento
Águas Santas - Maia (A3)**

Durante os meses de agosto de 2024 a fevereiro de 2025

A Brisa Concessão Rodoviária (BCR) informa que irá efetuar obras de beneficiação do pavimento, no Sublano Águas Santas (A3/A4) – Maia, da A3-Auto-estrada Porto/Valença, pelo que irão existir constrangimentos, por meio de implementação de cortes de via e/ou basculamentos de tráfego, bem como cortes pontuais em ramos de nós de ligação, cujos desvios estarão devidamente identificados.

Os trabalhos ocorrerão durante seis meses.

A Brisa agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, estando certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de qualidade, segurança e conforto que resultam de uma auto-estrada melhor adaptada às necessidades de quem a utiliza.

Para informação de trânsito atualizada poderá consultar o site www.brisaconcessao.pt.

Atelier de D. Luís I está fechado há anos devido às obras do restaurante do Tesouro Real

Infiltrações afectaram chão e tecto de madeira e fizeram saltar parte do tecido das paredes da sala, cujo restauro é urgente. Palácio Nacional da Ajuda espera o elevador prometido

Lucinda Canelas

No lugar onde antes da criação do Museu do Tesouro Real havia um elevador monta-cargas que permitia o acesso a todo o Palácio Nacional da Ajuda, em particular às pessoas com mobilidade reduzida e a empresas de *catering* em dia de jantares de Estado ou de festas particulares, há agora um imenso buraco, um poço vazio.

O velho elevador foi retirado no decorrer das obras de remate do edifício para ali instalar o Tesouro Real, que começaram em 2018, e o seu substituto tarda a ser instalado, com prejuízos para os visitantes do palácio e o aluguer de espaços a privados.

O que também tarda, apesar de anunciado há anos, é o restaurante previsto para o último piso do palácio (quarto ou quinto, dependendo da planta), em espaço próximo do novo museu e a ele conceptualmente, mas não fisicamente, ligado.

O restaurante, que tal como o museu é da responsabilidade da Associação de Turismo de Lisboa (ATL), foi apresentado, também em 2018, como um dos elementos que justificariam a subida para os 21 milhões de euros do custo estimado do novo equipamento destinado a mostrar as jóias e pratarias da casa real portuguesa, mas acabaria por não estar pronto quando este foi inaugurado, em Junho de 2022, e por ficar, pelo menos em parte, fora do seu orçamento (acabamentos e equipamento não foram incluídos).

Restaurante e elevador estão ligados porque o segundo deverá servir o primeiro, mas também porque ambos estão por concretizar.

“O elevador 7 [designação oficial] será útil para o acesso técnico ao restaurante, mas não se destina apenas a servi-lo. Para este elevador e áreas adjacentes foi necessário elaborar um projecto de arquitectura que entre tanto está concluído”, disse ao PÚBLICO o director-geral da ATL, Vítor Costa, garantindo que a sua instalação será custeada pelo Plano de Recu-

peração e Resiliência (PRR).

Vítor Costa assegura que a substituição do antigo monta-cargas nunca esteve prevista no projecto do novo museu: “O Museu do Tesouro Real está completo e a funcionar em pleno (...). O restaurante, que não tem ligação física com o museu, irá ser concluído com investimento assegurado pela ATL. Neste momento, e ultrapassadas as vicissitudes técnicas, estamos a adjudicar a uma empresa externa a confirmação das medições, a fim de lançarmos a respectiva empreitada. O elevador e a ligação entre os corpos do edifício [a fachada sul do palácio e a ala poente, onde está o museu] serão executados no âmbito de uma empreitada incluída no PRR.”

José Alberto Ribeiro, director do Palácio Nacional da Ajuda e também responsável científico pelo Tesouro Real, espera ver o elevador instalado o quanto antes para deixar de ter um “buraco aberto” e de transportar visitantes com mobilidade reduzida no chamado elevador da rainha – um equipamento histórico e exíguo, que não foi pensado para cadeiras de rodas. “Se é com verbas do PRR ou não, não sei, mas conto com uma resolução célere porque é um problema que não tínhamos antes de começarem a construir o novo museu.”

Outro problema que o palácio não tinha era o das infiltrações no tecto do antigo atelier de pintura do rei D. Luís I. Aberta ao público desde 1968, esta sala integrou o circuito museológico do palácio até 2019, altura em que a equipa decidiu encerrá-la na sequência da primeira de uma série de infiltrações graves decorrentes das obras para a construção do restaurante e do Museu do Tesouro Real.

“Antes do novo museu, esta sala tinha um alçado que confinava com a Calçada da Ajuda onde havia pequenas infiltrações que já estávamos a acompanhar, mas que não punham em causa a abertura da sala ao público. Nunca tinha tido, como teve há quatro ou cinco anos, entradas de água através da cobertura, até porque

acima dela estava um piso de gabinetes e acima desse o telhado. E foram entradas de água muito intensas que a danificaram muitíssimo”, explica José Alberto Ribeiro.

O atelier de pintura do rei D. Luís I, dependência com tecto e chão em madeira e paredes cobertas de tecido vermelho com flores-de-lis douradas, fica no terceiro piso. Para além das duas grandes janelas viradas a sul, tinha também um janelão voltado a poente, hoje emparedado pelo Museu do Tesouro Real.

Os interiores neogóticos desta sala, assim como os objectos nela expostos, fazem dela uma das mais interessantes da casa onde D. Luís I e D. Maria Pia educaram os filhos. O rei gostava de ali se refugiar para ler, escrever e dedicar-se à música. É nela que é retratado com o seu violoncelo Stradivarius, uma peça de 1725 saída da oficina do célebre *luthier* italiano.

De acordo com documentos de que o PÚBLICO teve conhecimento, em 2019 e 2020 a sala sofreu fortes infiltrações a partir do tecto e da parede nascente, que ficou com marcas das escorrências. Em consequência dessas entradas abruptas de água, parte do tecto e do pavimento em *parquet* com motivos geométricos ficou em risco de apodrecer.

Em Fevereiro de 2022 houve novas infiltrações no atelier, com a água a voltar a escorrer através de vários pontos do tecto, em particular junto ao enorme lustre. Passados três anos após o primeiro incidente do género, eram já visíveis os danos sofridos no conjunto, nessa data agravados.

Segundo um dos relatórios sobre o estado de conservação desta sala, a humidade instalada nas madeiras levou à sua rápida deterioração, acentuada pela circulação das águas infiltradas, algumas contaminadas pela lavagem do betão, provavelmente usado na construção do restaurante. A essa humidade juntou-se a forte trepidação provocada pela maquinaria dos trabalhos de construção do museu. Os tecidos das paredes desta-





NUNO FERREIRA SANTOS

terá chegado à conclusão de que a entrada de água em Outubro de 2020 ficou a dever-se às furações feitas provavelmente para a laje do restaurante sem que se tivesse criado formas de recolher a água que poderia vir a entrar ao nível do atelier.

O Pórtico, que alerta ainda para possíveis danos futuros em salas contíguas, subscreve as preocupações do consórcio de conservação e restauro chamado a avaliar o impacto das infiltrações na sala onde D. Luís tocava.

É este grupo de três empresas que afirma sem reservas que o património do atelier carece de restauro urgente. Os especialistas que elaboraram uma proposta de intervenção já entregue ao Palácio Nacional da Ajuda garantem que as madeiras das escadas e do lambril, do tecto e do chão, estão deformadas e, por vezes, apodrecidas e fissuradas. Nas paredes, as telas de tecido também estão muito degradadas, havendo, nalguns troços, rasgos ou perdas de material.

“É preciso intervir antes que a degradação se acentue, mas intervir tendo a certeza de que a obra que falta do restaurante e do elevador não vai pôr em risco o que aqui temos de fazer”, diz o director, que não autorizou o PÚBLICO a visitar o atelier de pintura, menos ainda a fotografá-lo.

Vítor Costa parece não ter dúvidas de que a garantia da obra pagará o custo da intervenção, embora não saiba ainda qual é. Desconhece também quanto custará o elevador 7 e a ligação formal entre os dois corpos do conjunto: “Nunca esteve previsto que a ligação entre o palácio e o novo corpo fosse executada no âmbito do projecto de remate do palácio e de instalação do Museu do Tesouro Real. Sempre foi afirmado que o palácio necessitaria de mais intervenções para além dessas obras. Felizmente, foi possível contemplar mais melhorias no âmbito do PRR, incluindo as que já estão executadas, as que estão em execução e as que estão em lançamento. E continuarão a ser necessárias mais intervenções.”

O Património Cultural I.P., entidade que herdou o acompanhamento da obra da extinta Direcção-Geral do Património Cultural, remeteu a maior parte das perguntas do PÚBLICO para a ATL, não sem antes dizer que “o elevador e a zona contígua de ligação entre o corpo novo e a fachada sul deverão ser concluídos em breve”, o que parece estar longe de acontecer no que diz respeito ao primeiro. Quanto às infiltrações, atribui-as a “problemas de impermeabilização das coberturas que estão diagnosticados e deverão ser resolvidos a breve prazo para que se possa proceder à conservação no interior”.

José Alberto Ribeiro acredita que tudo acabará por se fazer, mas diz que é preciso agir depressa: “O atelier do rei também faz parte do retrato doméstico, íntimo, desta casa, a imagem que as pessoas procuram quando aqui vêm. Tem de estar aberto.”

caram-se nalguns locais e a alteração drástica das condições ambientais da sala (temperatura e humidade) viria a conduzir, no ano passado, a um grande ataque de insectos xilófagos (que comem madeira), a que a pronta intervenção dos laboratórios José de Figueiredo e Nacional de Engenharia Civil e o recurso a uma empresa especializada puseram fim.

“É preciso resolver com urgência os problemas no atelier do rei e também no quarto e toucador da rainha, imediatamente abaixo. A água acumulada nas madeiras do atelier já afectou o piso inferior”, revela o director do palácio.

Um atelier em mau estado

Confrontado com o sucedido, Vítor Costa rejeitou quaisquer responsabilidades da obra do restaurante e do museu no mau estado de conservação em que se encontra a dependência real: “A informação que a fiscalização da obra me transmite é de que o atelier já se encontrava encerrado devido a diversas patologias quando começou a obra. Durante a betonagem da laje do restaurante existiram mais algumas infiltrações, cujos danos pontuais estão abrangidos pela garantia da obra”, a cargo da Ferroval – Agroman S.A.

A informação do PÚBLICO parece ir em sentido contrário. O gabinete de engenharia que a fiscalizou, o Pórtico,



D. Luís I no seu atelier da Ajuda, por volta de 1888, e o atelier do rei numa aguarela do artista espanhol Enrique Casanova

“O atelier do rei faz parte do retrato doméstico, íntimo, desta casa. Tem de estar aberto”, diz o director do Palácio Nacional da Ajuda

Investigação ao director do Património Cultural acaba arquivada

Inspecção-Geral das Actividades Culturais não encontrou indícios de “qualquer acção ou orientação contrária à lei”

O pedido de averiguação à conduta laboral do director do instituto público Património Cultural, João Soalheiro, foi arquivado pela Inspecção-Geral das Actividades Culturais (IGAC), que concluiu pela inexistência de indícios de “qualquer acção ou orientação contrária à lei, no quadro das opções gestórias do novo conselho directivo”, revelou à Lusa o gabinete da ministra da Cultura. O IGAC sugeriu, porém, à direcção daquele organismo “maior investimento numa comunicação clara e assertiva de modo a evitar equívocos”.

A 3 de Julho último, em audição parlamentar, a ministra da Cultura, Dalila Rodrigues, anunciou ter mandado averiguar a conduta laboral do investigador João Soalheiro, nomeado em Maio para a direcção do instituto público Património Cultural.

O pedido de investigação ao IGAC surgiu na sequência de uma denúncia anónima enviada ao Ministério da Cultura e ao Parlamento, na qual trabalhadores daquele instituto público denunciavam comportamentos alegadamente autoritários por parte do recém-nomeado director.

Os signatários do documento descreviam como intimidatório o clima da reunião convocada por Soalheiro e realizada no dia 7 de Junho no Palacete de Vilar Allen, no Porto, sede do instituto, na qual estiveram presentes os cerca de 50 trabalhadores dos pólos do Porto e de Vila Real.

Nesse encontro, acusavam, o director do Património Cultural teria mostrado comportamentos autocráticos e de “bullying inaceitável”. Os denunciantes responsabilizavam-no ainda pela paralisação do Plano de Recuperação e Resiliência na Cultura e por manter o novo instituto “à deriva”. João Soalheiro teria também anunciado nessa ocasião a demissão das chefias então em funções, bem como a abertura de “processos disciplinares a quem não respondesse no âmbito das suas funções a qualquer requerimento”.

Na referida audição na Assembleia da República, Dalila Rodrigues disse “surpreendida” e condenou a metodologia relatada. “O que é descrito é grave, no sentido do excesso de palavras, de alguma atitude que não se articule com as condutas que

possamos reconhecer como adequadas”, disse a ministra da Cultura.

Na mesma sessão parlamentar, a deputada do Bloco de Esquerda Joana Mortágua considerou tratar-se de “denúncias graves, de substituição de chefias, de autoritarismo, de ameaças com procedimentos disciplinares, de intimidação”.

João Soalheiro foi nomeado em Maio para substituir o arquitecto João Carlos dos Santos na direcção do instituto público Património Cultural.

“João Soalheiro foi nomeado a partir do seu currículo. Interessava-me um profissional com esse perfil e experiência porque a exoneração do antigo director da DGPC e a sua substituição exigiam”, disse Dalila Rodrigues aos deputados. A ministra reconheceu, porém, ser “preciso assumir o princípio das averiguações” e frisou não admitir “a arrogância no exercício do poder político”.

João Soalheiro é doutorando em Letras na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e licenciado em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa, tendo sido director regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, subdirector-geral do Património Cultural e director do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja.

A 5 de Julho, dois dias depois do pedido de averiguação, a constituição do conselho directivo do Património Cultural foi publicada em *Diário da República*. Uma semana depois, o PÚBLICO dava conta de que Soalheiro tinha já exonerado quase todas as chefias intermédias, primeiro verbalmente, deixando-as sem saber se formalmente se mantinham ou não em funções, e extinguiu dez das 12 unidades orgânicas do instituto, criando outras dez. PÚBLICO/Lusa



João Soalheiro

Djokovic derrota Nadal na mais longa rivalidade do ténis mundial

O espanhol, antigo número um mundial, continua em Paris, mas a competir na prova de pares

Pedro Keul

Rafael Nadal voltou a não ser feliz em Roland-Garros, torneio onde conquistou 14 dos 22 títulos do Grand Slam. Nove semanas depois de ter sido eliminado na primeira ronda do *major* francês, o tenista espanhol voltou a sofrer nova derrota no *court* Philippe Chatrier, desta vez frente ao arqui-rival Novak Djokovic, na segunda ronda do torneio olímpico. Mas ainda será preciso esperar mais uns dias para se saber se foi ou não o último encontro oficial de singulares do tenista de 38 anos.

“Tento olhar para frente e, quando os Jogos Olímpicos terminarem, tomarei as decisões que tenho de tomar com base no desejo e nas sensações que tenho, embora, para muitos, isso faça pouco sentido. Estou a sofrer há dois anos, fiz uma cirurgia na anca, estou a recuperar há muito tempo, e agora sinto-me melhor fisicamente. Obviamente que, se sentir que não sou competitivo, tomarei a decisão de sair, mas a verdade é que joguei pouco. Não é fácil recuperar de uma cirurgia na anca”, afirmou Nadal, depois de perder com o sérvio de 37 anos, por 6-1, 6-4.

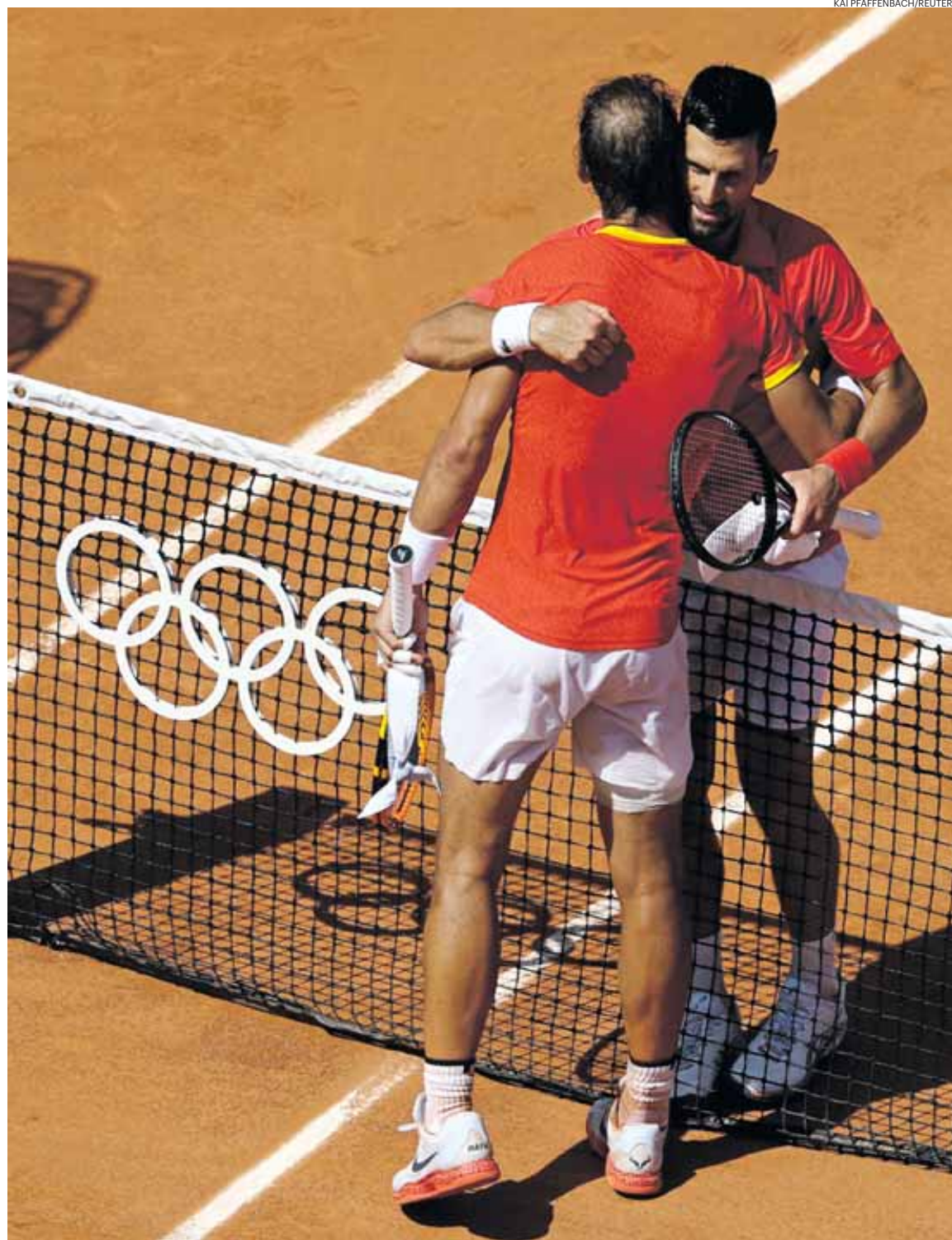
Tal como tinha acontecido no torneio francês do Grand Slam, o baixo ranking actual de Nadal deixou-o de fora da lista de cabeças de série e como possível adversário dos melhores jogadores do mundo nas rondas iniciais. No encontro com média etária mais alta desde a reintrodução do ténis no programa olímpico, em 1988, Djokovic impôs um ritmo muito forte desde o início, deixando clara a falta de competição do adversário nos últimos meses. Mas quando liderava por 6-1, 4-0, o tenista mais cotado do tor-

neio olímpico baixou o nível de concentração, sofreu um *break* e Nadal somou quatro jogos consecutivos, até que a quinta quebra de serviço do sérvio sentenciou o encontro.

“Um jogador foi muito melhor do que o outro e há que aceitá-lo. Durante uma hora foi duro digerir tudo o que se estava a passar, ainda que o tenha feito. Tentei manter a atitude e mentalidade adequadas para o aceitar, porque sabia que havia a possibilidade de que o duelo fosse assim. Não fui capaz de jogar ao nível que necessitava e ele também não me ofereceu nada. Sem a qualidade de bola nem as pernas de há 15 anos, não vou conseguir criar problemas ao melhor da história, certo? A partir daí é fácil analisar: não estive ao meu nível, ele sim, e a minha reacção não foi completa. Recuperei até ter oportunidades de fazer o 5-4, mas não fui capaz de as converter e acabou-se”, resumiu Nadal.

Esta foi a segunda vez que os dois se defrontaram nos Jogos Olímpicos, com Nadal a ganhar nas meias-finais do torneio de Pequim, em 2008. No total, Djokovic lidera por 31-29 a mais longa rivalidade da história do ténis, iniciada em 2006, em Roland-Garros. “Nessa altura, nenhum de nós pensou que iríamos estar a defrontar-nos 20 anos depois, no mesmo *court*, nos Jogos Olímpicos. Iremos apreciar este encontro mais tarde, porque foi bom para a nossa rivalidade, para o desporto, também para os Jogos Olímpicos, concentrámos muita atenção, o que beneficia todos. Infelizmente para ele, que não estava no seu melhor, mas eu fiz tudo o possível para que ele se sentisse desconfortável”, frisou Djokovic, o tenista com mais vitórias sobre o mesmo adversário na Era Open.

Nadal, que já colecionou duas medalhas de ouro olímpicas (singulares em 2008 e pares em 2016, com Marc Lopez), está inscrito no US Open, que terá início a 26 de Agosto, mas ainda não se sabe se estará pronto para competir ao melhor de cinco sets. Certas são as presenças em duas exibições: Laver Cup (20 a 22 de Setembro) e Six Kings Slam’ (meados de Outubro).



Novak Djokovic abraça Rafael Nadal depois de ter eliminado o tenista espanhol dos Jogos Olímpicos

“As decisões que venha a tomar serão tomadas depois. Não é o momento porque ainda me falta os pares e estou em competição. É o momento de aceitar uma derrota dura pela forma (mas também por isso é mais fácil aceitá-la), ter a mentalidade adequada, porque nisso não

vou falhar, e estar pronto para amanhã”, disse Nadal, referindo-se ao embate de pares, ao lado de Carlos Alcaraz, que terá lugar no *court* Suzanne Lenglen, frente aos holandeses Tallon Griekspoor (eliminado por Alcaraz em singulares) e Wesley Koolhof.

Também Nuno Borges e Francisco Cabral vão disputar a segunda ronda no *court* 9, às 14h00, frente aos alemães Dominik Koepfer e Jan-Lennard Struff, que eliminaram os croatas e cabeças de série n.º 7, Nikola Mektić e Mate Pavić, por 6-3, 6-7 (5/7) e 10/5.

60

O número de vezes que Novak Djokovic e Rafael Nadal já se defrontaram ao longo da carreira de ambos

Skate

“Se acordas num dia um pouco mais errado, as coisas não funcionam”

Marco Vaza, em Paris

Gustavo Ribeiro tinha um plano para chegar à final entre os três primeiros, mas ficou-se pelas eliminatórias em Paris 2024

O skate já faz parte da família olímpica e não parece que se vá embora tão cedo. Estreou-se em Tóquio, sem público, está a ter o seu segundo capítulo em Paris e tudo continua a fazer sentido. Atletas ágeis, carismáticos e descarados, uma banda sonora ecléctica (Joy Division, Judas Priest). Gustavo Ribeiro faz parte disto e vai continuar a fazer, mesmo depois de ter tido um dia mau, em que caiu mais vezes do que queria.

Depois do oitavo lugar na final em Tóquio, em que estava limitado por uma lesão num ombro, o *skater* de Almada apresentava-se em Paris de novo como um dos melhores do mundo e com aspirações. Mas a qualificação, que se previa ser uma formalidade, acabou por ser um pesadelo para ele, que competia no terceiro grupo de qualificação. Na primeira “run”, Ribeiro caiu e foi penalizado na nota (48,31).

Na segunda “run”, o português voltou a cair, mas teve uma nova oportunidade – a proximidade de uma câmara provocara-lhe a queda. Voltou a subir para o skate e parecia estar bem, mas, nos últimos segundos, voltou a cair e não melhorou a nota.

Quando chegou à parte dos “tricks”, a qualificação já era muito



Uma das várias quedas de Gustavo Ribeiro, que não conseguiu apurar-se para a final

difícil e o português, depois de um zero no primeiro, fez 93,83 no segundo. Uma nota semelhante numa das restantes três tentativas talvez desse para chegar ao oitavo e último lugar de classificação. Arriscou três vezes e caiu três vezes. A sua segunda viagem olímpica tinha terminado ali.

Mesmo que tivesse tido a nota máxima (100) no segundo “trick”, não daria para chegar ao oitavo apurado para a final – o eslovaco Richard Tury fez 257,99 pontos, Ribeiro, sem pontuação para o segundo “trick”,

ficou-se pelos 142,14, que lhe valeram um 17.º lugar entre os 22 *skaters*. Uma posição indigna para quem, em 2022, foi vice-campeão mundial e que já é há muito considerado um dos melhores. Ele sabia disso e, quando falou aos jornalistas portugueses, a última frase que proferiu foi um pedido de desculpa.

O que acabou mesmo com a sua prova foi aquele mau início, como reconheceu ao PÚBLICO Paulo Ribeiro, o pai e treinador de Gustavo. “Entrar nos jogos a falhar a ‘run’...

não é fácil gerir a pressão e notou-se que ele ficou afectado. Tínhamos de arriscar para conseguir chegar à final e não correu como estávamos à espera. O Gustavo veio cá para o pódio, não veio cá para marcar uma posição”, admitiu.

E essa pressão notou-se na linguagem corporal do português ao longo da prova. Confiante no início, depois afectado pelas primeiras quedas e a ter de se levantar para um último risco. Mas este não era mesmo o seu dia – que podia ter sido antes, não

fosse pela chuva que adiou a prova. Gustavo achava que ia conseguir uma medalha, mas o que ficou foi um sabor a desilusão.

“O skate é injusto, podes trabalhar durante anos, se acordas num dia um pouco mais errado, as coisas não funcionam. Senti que hoje era o meu dia, estava bastante preparado, mas infelizmente não consegui andar de skate da maneira que eu queria, tentei lutar até ao fim, mas às vezes as coisas não funcionam”, lamentou o português de 23 anos. “Não gosto de meter desculpas em nada, depois da minha segunda ‘run’, deram-me uma nova oportunidade, não completei. Senti-me um bocadinho pressionado, a minha cabeça não estava no sítio hoje [ontem], mas pronto.”

Gustavo Ribeiro explicou que tinha um plano para acabar a qualificação entre os melhores. “Entrei com tudo o que tinha, a minha ‘run’ era das mais técnicas. Se acertasse, ia para os três primeiros para a final. Os treinos correram bem, mas não completei o meu plano, e pronto...”

A próxima oportunidade olímpica poderá surgir a competir ao lado de Gabriel, o irmão gémeo que também é um *skater* de muitos méritos, em Los Angeles 2028, cumprindo um sonho do pai, Paulo, que tem alimentado a carreira de ambos desde que eles receberam, aos quatro anos, a mesma prenda no Natal: uma prancha de skate.

“Ele é novo, tem 23 anos, está longe de atingir o auge. Temos agora o campeonato mundial e para Los Angeles vamos ver se os dois conseguem qualificar-se.”

Qualidade da água

Poluição no Sena coloca em causa realização de prova de triatlo

Foi uma aposta de risco, que está a dar dores de cabeça ao comité organizador dos Jogos Olímpicos. Pelo segundo dia consecutivo, as sessões de treino de natação da prova de triatlo foram canceladas devido aos níveis de poluição no rio Sena, em Paris.

“Os níveis de qualidade da água não apresentam garantias suficientes”, informaram o comité organizador dos Jogos Olímpicos e os responsáveis pelo triatlo em comunicado. Em causa está a presença na análise das águas do rio de níveis elevados de duas bactérias: *E. coli* (*Escherichia*

coli) e *Enterococcus faecalis*.

Um Sena onde é possível nadar era um legado importante que os organizadores dos Jogos de Paris pretendiam deixar para os residentes da capital francesa e, para isso, o Governo gaulês e as autoridades parisienses investiram 1,4 mil milhões de euros para tornar o emblemático rio e o seu principal afluente, o Marne, com águas próprias para os banhos. Porém, para já, a aposta não está a ser bem-sucedida.

Apesar de entre 17 e 23 de Julho as análises efectuadas terem mostrado que o Sena estava adequado para

nadar, as chuvas fortes que caíram na sexta-feira e no sábado em Paris terão estado na origem do aumento dos níveis de bactérias presentes nas amostras de água do caudal do rio.

Os testes, que são efectuados diariamente, medem o nível de duas bactérias. A *E. coli*, habitualmente encontrada no intestino grosso dos humanos, pode causar doenças graves. Já a *Enterococcus faecalis* é uma bactéria fecal comum, também frequentemente usada como indicador da qualidade da água em piscinas e praias públicas.

Citado pela agência Reuters, Ben-

jamin Raigneau, responsável pelo controlo da qualidade da água da Câmara de Paris, explica que existem factores que têm impacto na poluição da água, como a temperatura: “Quanto mais alta for a temperatura, mais rapidamente a bactéria morre.” Igualmente importante é o fluxo do rio, sendo que, “quanto mais rápido for o fluxo, maior a poluição”. Após as chuvas das últimas semanas, o caudal actual do Sena é três vezes superior ao nível habitual nesta altura do ano.

A prova de triatlo é o primeiro evento olímpico previsto para o rio

Sena, tendo a competição masculina o seu início programado para as 9h00 de hoje. Na próxima semana, está previsto que o rio de Paris receba a prova de natação em águas abertas.

No entanto, se os níveis de qualidade da água continuarem a não apresentar garantias suficientes, existe um “plano B”: o triatlo será transformado em duatlo – é eliminada a prova de natação – e a competição de águas abertas será disputada na reserva de Vaires-sur-Marne, onde se realizam as provas de remo e de canoagem.

Arqueiro

Quando o assunto é tiro com arco, Gazoz não treme

Diogo Cardoso Oliveira, em Paris

Mete Gazoz, arqueiro turco, tem sabido intrometer-se numa modalidade que é pelouro dos sul-coreanos

Este era para ser um texto sobre Mete Gazoz, arqueiro turco que em Tóquio quebrou o vasto domínio da Coreia do Sul nesta modalidade – talvez não haja nenhuma outra com uma nação tão soberana. Só isso. Mas passou a ser um texto sobre Mete Gazoz, arqueiro turco que quebrou o vasto domínio da Coreia do Sul nesta modalidade e que, além disso, lida com síndrome de Tourette, mesmo que suave, e é campeão numa das modalidades que, em teoria, menos permitiria essa condição.

Ontem, quando falou com o PÚBLICO na zona mista de Invalides, em Paris, após a vitória nos oitavos-de-final da prova por equipas, Mete Gazoz evidenciou tiques invulgares no cidadão comum e mais improváveis ainda num atleta – e, acima disso, num atleta de uma

modalidade que requer precisão e controlo corporal tremendos, algo que, em tese, não se coaduna com os efeitos da Tourette.

Por um lado, isto expôs a parca competência do jornalista na investigação pré-entrevista. Por outro, mostra que, por vezes, as histórias “caem do céu”. Para bem do ego, vamos acreditar que é a segunda versão, até porque Gazoz, que se intitula famoso na Turquia, é de pouca fama internacional.

Num primeiro *tête-à-tête* com Gazoz, de manhã, houve pudor em questioná-lo sobre os tiques que, nesse momento, eram apenas isso: tiques. Mas uma pesquisa pouco depois, na imprensa turca, mostrou que o atleta tem a doença.

Na prova sente-se bem

Voltámos à competição à tarde, após a meia-final na qual conquistou o bronze pela Turquia, para voltar a falar com Gazoz, agora já sem pudor. O atleta de 25 anos diz-nos que no dia-a-dia de arqueiro nem considera bem uma doença, porque a sente mais na fala – e nos tiques e espasmos corporais que faz em discurso oral.

“O meu cérebro processa tão rapidamente que a boca não acompanha”, explica ao PÚBLICO. E sendo as manifestações mais ao nível de fala, está protegido: no tiro com arco... não tem de falar.

E não é difícil ver que é mesmo assim. Em competição, a concentração permite ao atleta manter-se firme – um pouco como pessoas que controlam gaguez e tiques a cantar ou a falar na rádio, por exemplo.

A extensão da Tourette de Mete Gazoz é mais ou menos essa. Talvez mais intensa nos tiques do que um mero gago, sim, mas pouco mais do que isso. “Eu tenho um nível mínimo e é controlável”, explica.

Famoso na Turquia

A rotina de Gazoz é sempre a mesma: silêncio total no recinto, transmissão televisiva com grande plano no rosto e nas mãos do atirador, concentração, mira apontada e... vum! Uma seta disparada e transmissão televisiva imediatamente a focar o alvo.

Está é das modalidades em que a transmissão melhor trabalha o detalhe, no início e no fim do acto técnico, mas também daquelas em que mais

pressão e exposição são colocadas no atleta, que tem milhões focados na sua expressão facial e no seu detalhe técnico a disparar.

Mas ele não sofre com a pressão, até porque, apesar de a nível internacional ser de fama muito reduzida, diz ser uma figura famosa na Turquia, até pela medalha conquistada nos últimos jogos Olímpicos.

“Às vezes, é difícil andar na rua ou ir a um restaurante, sobretudo depois do título olímpico em Tóquio. Não consigo comer. As pessoas param para fotografias”, conta, acrescentando que brincam muito com o apelido. “As pessoas metem-se comigo porque o meu apelido, em turco, significa gasosa. Conheces a Sprite, a bebida? Em turco, Gazoz significa isso. É engraçado.”

Diz-nos que dispara 400 setas por dia nos treinos em períodos de competição e 700 por dia em períodos fora de prova

“Campo de batalha mental”

Ontem, frente à Colômbia, começou com um tiro de 6 pontos, baixo para o objectivo do jogo – 9 e 10 são bons, 8 é aceitável, 7 e 6 são baixos. O 6 a abrir, e logo da parte da estrela turca, motivou um bruaá nas bancadas de Invalides, praticamente cheias numa manhã de sol e calor intensos.

Quase todos de chapéu, como os próprios atletas – Gazoz nunca abdicou do seu chapéu de pescador –, os espectadores assistiram à redenção do turco, que no último *set*, na ronda decisiva, disparou o 10 final que eliminou os sul-americanos. E ainda liderou a equipa até ao terceiro lugar, com medalha de bronze.

Após os “oitavos”, Gazoz explicou ao PÚBLICO que “começar com um 6 acontece às vezes e que o importante é repor a tranquilidade emocional”.

“Tens de ser disciplinado e muito forte mentalmente, porque aquela área de jogo que está ali atrás é uma guerra mental. É um campo de batalha mental. Não podemos bater os outros fisicamente, temos de os bater mentalmente. Tentas afectá-los pelas expressões e pelos esgares. E pelo talento, claro”, detalhou.

Quatrocentas setas por dia

E talento não lhe falta. Nem trabalho. Diz-nos que dispara 400 setas por dia nos treinos em períodos de competição e 700 por dia em períodos fora de prova. E este treino intensivo tem mais extensões. Além de um psicólogo, Mete Gazoz já se inscreveu em basquetebol para melhorar a coordenação, andou em cursos de pintura para melhorar a visão e atenção e num curso de piano durante dois anos para melhorar a coordenação entre olhos e mão.

Resultado: medalha olímpica em Tóquio, intrometendo-se no pelouro dos sul-coreanos, e já uma medalha nestes Jogos – o bronze na prova por equipas. Em Paris, pode tornar-se o primeiro arqueiro dos Jogos pós-1972 a defender o título. E pode ser apenas o quinto a ter mais do que uma medalha olímpica.

Como é que há registos individuais tão pobres na modalidade? Porque os sul-coreanos, os dominadores, são tão fortes e têm tantos atletas por onde escolher que o processo de selecção para os Jogos Olímpicos dificulta a repetição de atletas.

Como lembra um artigo do *Expresso*, An San, com três ouros em Tóquio, nem sequer conseguiu vaga na equipa para Paris. É dito que a prova de apuramento nacional, na Coreia do Sul, é tão ou mais difícil do que a prova olímpica. Isto se ignorarem Mete Gazoz.



Mete Gazoz conquistou o título olímpico em Tóquio apesar do favoritismo sul-coreano



UESLEI MARCELINO/REUTERS

Popovici foi o mais veloz na água da piscina olímpica nos 200m estilos masculinos

Natação

Popovici é mesmo “um gajo que nada depressa”

Marco Vaza

Quando alguém começa a ganhar aos 17 anos, espera-se uma longa carreira a ganhar, mas nem todos conseguem. Com essa idade, David Popovici já ganhava títulos mundiais e batia recordes, mas um hiato de um ano longe do topo foi o suficiente para se questionar a longevidade deste prodígio romeno da natação. Em Paris 2024, Popovici regressou em grande ao topo com uma medalha de ouro na final dos 200m estilos, confirmando na piscina olímpica o que disse há não muito tempo sobre si próprio: “Eu sou só um gajo que nada depressa.”

Essa era a narrativa para esta final no terceiro dia da natação olímpica em Paris. Iria Popovici elevar-se até ao ouro, ele que tinha sido quarto há três anos em Tóquio? Só um dos medalhados desses Jogos estava nesta final – o britânico Duncan Scott, prata em 2021. Seria um dos adversários do romeno, tal como o alemão Lukas Martens, já campeão em Paris nos 400m livres. E foi Martens quem dominou até aos 300m, virando em primeiro para os últimos 100m.

O romeno alternou entre o segundo e o terceiro, e teve de trabalhar para o ouro na aceleração final, com uma chegada decidida ao centésimo – Popovici fez 1m44,72s, o britânico Matthew Richards chegou 0,02s depois e o norte-americano Luke

Hobson ficou a 0,07s. Mas o romeno não terá muito tempo para saborear a medalha. A sua segunda campanha olímpica continua logo na manhã de hoje, nas eliminatórias dos 100m livres – vai nadar na nona série, ao lado do português Diogo Ribeiro, que fará a sua estreia na piscina de La Defense.

“Summer time”

Popovici chegou ao topo com 17 anos, mas há quem comece a ganhar ainda mais cedo. Summer McIntosh estreou-se nos Jogos Olímpicos com 14, ganhou títulos mundiais aos 15 e aos 16, e, aos 17, já tem um título olímpico (e uma medalha de prata). Depois de ter sido “vice” na corrida do século que consagrou Ariarne Titmus e deixou para trás Katie Ledecky, a canadiana foi a única protagonista na final dos 400m estilos.

Foi, de facto, “Summer time” em Paris, como se viu escrito em cartazes de adeptos canadianos.

McIntosh liderou aos 100m, aos 200m, aos 300m e ninguém a apanhou até aos 400m. Numa prova em que é recordista do mundo (4m24,38s), McIntosh até fez um tempo bem modesto, mas o seu razoável foi inalcançável para a concorrência, as norte-americanas Katie Grimes (a 5,69s) e Emma Weyant (a 7,22s). E com duas medalhas já no currículo, a adolescente canadiana ainda quer mais, estando ainda inscrita nos 200m estilos, 200m mariposa e na estafeta de 4x200m livres.

A final feminina mais aguardada da noite era a dos 200m livres, com uma batalha australiana entre Mollie O’Callaghan e Ariarne Titmus, que já tinha sido campeã nos 400m livres. Foi O’Callaghan quem levou a melhor, com um novo recorde olímpico (1m53,27s), deixando Titmus, que parecia bem lançada para mais um ouro, a 0,54s e Sioban Haughney, de Hong Kong, a 1,28s.

Depois de uma carreira com múltiplas medalhas em Mundiais, o italiano Thomas Ceccon finalmente conseguiu a sua primeira medalha individual nos Jogos Olímpicos, triunfando na final dos 100m costas à frente do chinês Xu Jyau e do experiente norte-americano Ryan Murphy, campeão da distância no Rio 2016. E na final feminina dos 100m bruços, foi a sul-africana Tatjana Smith a ficar com o ouro, tal como tinha acontecido em Tóquio.

0,02s

A diferença de tempo entre o primeiro e o segundo classificado nos 200m estilos masculinos

Agenda dos portugueses



As horas estão no horário de Lisboa

Hoje

7h00	R. Batista e V. Vilaça	Triatlo	Final
8h00	Maria Inês	Tiro Fosso Olímpico	Qualificação
9h	Bárbara Timo	Judo	Qualificação
9h	João Fernando	Judo	Qualificação
10h	Fu Yu	Ténis de Mesa	Ronda 32
10h	Portugal	Dressage equipas	Dia 1
16h	Ténis	Pares M	Ronda 2
10h	Portugal	Dressage equipas	Dia 1
10h17	Diogo Ribeiro	Natação 100m M	Eliminatória

Finais

Hoje

Triatlo	Individual M	7h00
Tiro	Pistola 10m Equipas Mistas	8h30
Ténis de Mesa	Pares mistos	13h30
Tiro	Trap M	14h30
Judo	-81kg M	a partir das 15h
Judo	-63kg F	a partir das 15h
Ginástica	Equipas F	17h15
Esgrima	Espada M	18h30
Râguebi	F	18h45
Natação	100 Costas F	19h56
Natação	800m Livres M	20h02
Natação	Estafeta 4x200m M	21h01

Medalheiro

	●	●	●	Total
1. Japão	6	2	4	12
2. França	5	8	3	16
3. China	5	5	2	12
4. Austrália	5	4	0	9
5. Coreia do Sul	5	3	1	9
6. EUA	3	8	9	20
7. Grã-bretanha	2	5	3	10
8. Itália	2	3	3	8
9. Canadá	2	0	1	3
10. Hong Kong	2	0	1	3

FAZRY ISMAIL/EPA



Histórias e motores

FOTOGRAFIAS: DR



No “mundo da Volvo” viaja-se entre o passado e o futuro dos automóveis

No moderno edifício de madeira de Gotemburgo conta-se quase um século de história, através de mais de 50 automóveis, incluindo o apresentado como o mais seguro e o que tem mais quilómetros

Reportagem

Inês Duarte de Freitas, em Gotemburgo

É uma colisão entre o passado e o futuro, mas, como ambiciona a Volvo, sem consequências. No interior, estão expostos automóveis com quase um século de história a conviver com a mestria da arquitectura contemporânea, num edifício construído com 2800 toneladas de madeira, que veio mudar a paisagem de Gotemburgo, na Suécia. É o World of Volvo, que retrata os 97 anos de história da marca de origem sueca, e é também uma espécie de agradecimento à cidade-berço com espaço para espectáculos, jardins e restaurantes. “Este é novo centro da nossa marca para se viver a experiência do que é a Volvo”, declara o guia desta visita, Hans Hedberg, director de património da World of Volvo.

E a experiência começa ainda antes da chegada ao destino, com um passeio pela cidade. Não a

bordo de um Volvo, mas de um eléctrico, que parece encantar os sul-americanos do grupo, sem surpreender os lisboetas, que já estão habituados a esta modalidade de transporte. “Sabiam que a nossa rainha Silvia fala português?”, comenta a entusiasmada guia com os jornalistas portugueses.

Quando o eléctrico nos deixa à porta do enorme complexo da Volvo, que assemelha a uma arena de espectáculos ou a um estádio de futebol, a família real sueca volta a ser tema de conversa. Assim que se entra, está em destaque o Volvo PV60, um dos automóveis privados de Carlos XVI Gustavo, soberano daquele país desde 1973. A primeira edição do carro data de 1946 e foi a criação da Volvo que marcou o final da Segunda Guerra Mundial. No mesmo ano nasceu o rei sueco, que recebeu por presente do seu 50.º aniversário, em 1996, um PV60 do ano do seu nascimento.

O carro está aqui exposto, depois de Carlos Gustavo o ter cedido para o World of Volvo, inaugurado a 14 de Abril deste ano. Há só um dia do ano em que o automóvel não estará

no museu: 30 de Abril, quando se comemora o aniversário do rei.

Este é o único automóvel na entrada do edifício com um duplo pé direito de perder de vista. São 22.000m2, pensados para acolher eventos, com espaço para trabalhar, restauração e, claro, o museu, a ocupar mais de quatro mil metros quadrados no terceiro piso do complexo que demorou três anos a ser construído – questionado pelo PÚBLICO, o grupo Volvo não revela o valor do investimento. “A nossa colecção tem 280 carros, mas aqui temos 50”, detalha Hans Hedberg, alguns dos quais já não podem ser conduzidos, como é o caso do primogénito ÖV4, lançado em 1927.

O automóvel com mais quilómetros e o mais seguro

Foram produzidos dez protótipos antes do lançamento do automóvel idealizado para as estradas suecas (e dias de neve), apesar de o design em pouco ser diferente dos que então se faziam nos Estados Unidos.

“O carro não foi muito popular porque era demasiado caro aqui na

No espaço, não faltam clássicos nem protótipos, como o Vesc (foto de baixo), que prometia, em 1972, ser o mais seguro



invenção. “Porque havia de esconder o cinto de segurança de três pontos? Era importante para a segurança de todos”, lembra Hans Hedberg.

Outros automóveis tiveram uma vida menos agitada do que o Amazon detentor do recorde, como é caso do Vesc, um carro experimental de 1972 que prometia ser o mais seguro de sempre, com *airbag* para todos os passageiros, cintos de seguranças automáticos, apoios de cabeça ocultos nos bancos dianteiros, que se accionavam automaticamente em caso de colisão, volante que se afastava do condutor em caso de impacto e até uma câmara traseira transmitida num ecrã ao lado do condutor.

O modelo nunca chegou a ser produzido, mas serviu de

O World of Volvo, em Gotemburgo, é um edifício construído com 2800 toneladas de madeira

O recorde do automóvel com mais quilómetros percorridos é um Volvo Amazon/ /P1800S: 5.230.782, entre 1966 e 2018

inspiração para o Volvo 240, apresentado em 1974 e que havia de se tornar o modelo com maior longevidade na marca, com 2,9 milhões de unidades vendidas em 19 anos. E foi importante para todos os desenvolvimentos de segurança por que se tornou conhecida a marca.

A pouco mais de 18 quilómetros do World of Volvo, na fábrica de Torslanda, os avanços de segurança seguem a todo o vapor com testes diários (em todo o tipo de condições) aos novos automóveis como o EX30, o EX40 ou EX90. Aliás, cada automóvel tem de passar por 150 a 200 testes de colisão antes de ser lançado no mercado, detalha o engenheiro Thomas Broberg, responsável pelo centro de segurança inaugurado em 2000.

As instalações de teste não estão abertas a visitantes, mas parte do trabalho com a segurança está detalhado na exposição do World of Volvo, incluindo um pequeno túnel de vento como o que há em Torslanda, pensado para testar a aerodinâmica dos automóveis. Claro, aqui na exposição, o vento não atinge a mesma velocidade do que no túnel real, onde chega aos 250km/h – aos 80km/h já é difícil mantermo-nos de pé.

O World of Volvo almeja atingir os mais de cem mil visitantes por ano, com foco nas famílias – preços de entrada a partir de 15 euros.

O PÚBLICO viajou a convite da Volvo Cars

Góis volta a receber milhares em Agosto para festa de motos

Workshops, tasquinhas, bike show, área radical, além dos habituais encontros de Vespas (será o 18.º) e Honda Mini Trail e com uma segunda edição do Encontro Feminino, que, há um ano, se estreou com êxito.

Mas o sucesso de Góis também continua a passar pelo convívio entre visitantes e moradores do concelho, sem esquecer os mergulhos no rio Ceira.

A acção da 31.ª Concentração Internacional de Motos, que se realiza de 14 a 18 de Agosto, tem o seu palco principal na Quinta do Baião, transformada em Parque Natural de Mototurismo, mas não será incomum encontrar motos e respectivos adeptos por todos os cantos da vila, até pelos quintais dos habitantes, que, não raramente, abrem as suas portas para dar a provar o acolhimento beirão.

A banda sonora ao longo dos quatro dias terá, claro, os roncões das motos, mas também há cartaz musical para fugir aos rateres: Ugly Kid Joe, na quarta; Toy, na quinta; Jorge Palma e Hybrid Theory, na sexta; e Moonspell, no sábado, são cabeças de cartaz.

O bilhete geral para o evento custa 40€ e inclui, além de acesso ao acampamento, ao recinto de feira e aos espetáculos, *T-shirt* oficial, bordado e brinde comemorativo da 31.ª edição. Menores de 12 anos não pagam.

Para evitar dissabores, o Góis Moto Clube alerta para a apertada fiscalização na vila, mas também nas estradas que vão dar à localidade. **C.B.R.**



Suécia. Eram três mudanças com 28cv de potência”, reaviva Hans Hedberg, acrescentando que o mesmo motor era utilizado em autocarros e camiões da Volvo – hoje, continuam a produzir veículos pesados dentro do grupo.

Aliás, no museu estão dois camiões que serviram de sustento à Volvo durante a Segunda Guerra Mundial. A viagem pelo passado continua com o PV36, que se tornou conhecido por “Carioca” – não só numa homenagem aos habitantes do Rio de Janeiro, para onde começaram a exportar nessa época, mas também por ser o nome de uma dança popular na Suécia.

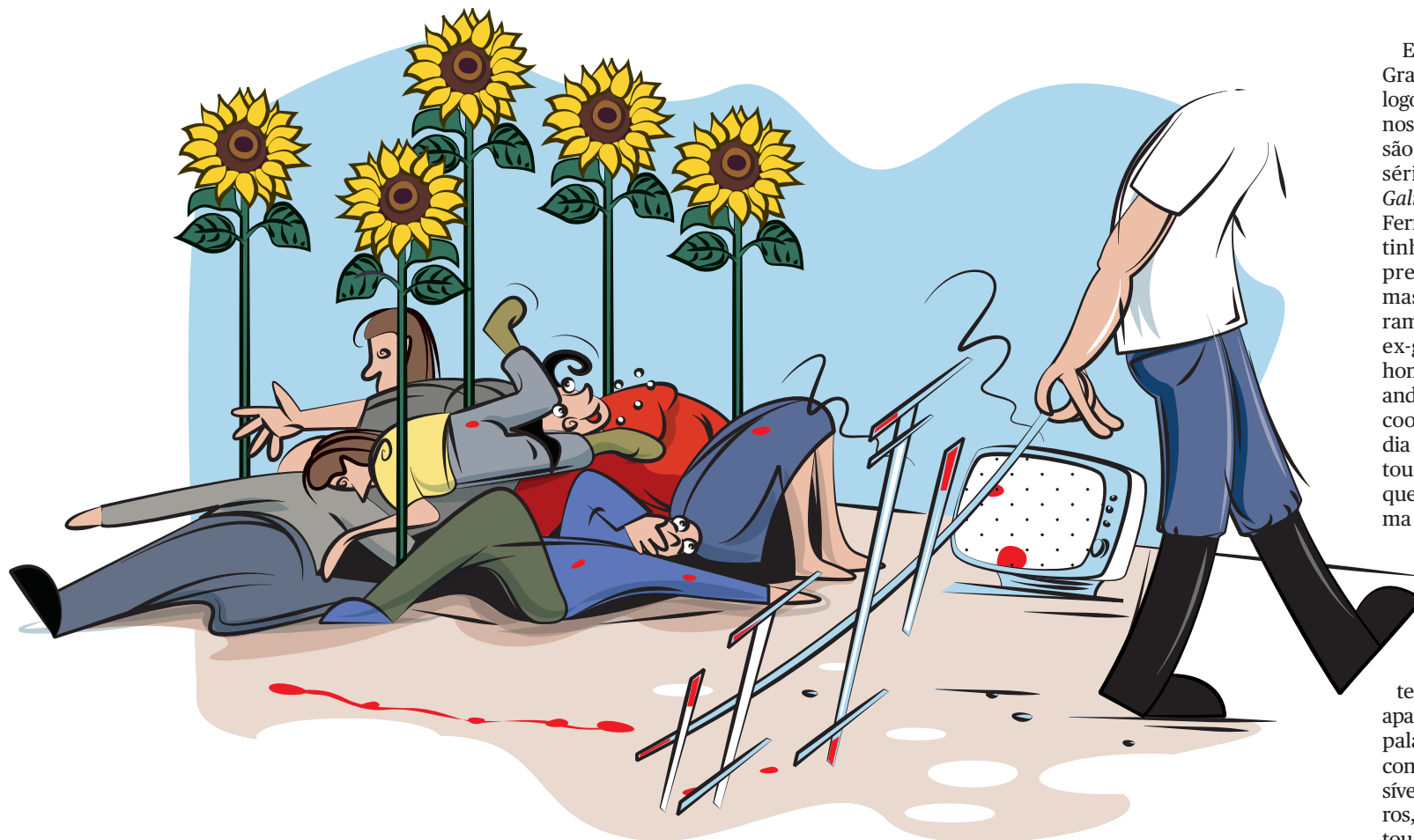
É impossível não encontrar semelhanças entre este “Carioca” e o seu contemporâneo “Carocha”, da Volkswagen; contudo, o PV36 já se distinguia pela segurança que havia de marcar o legado da Volvo nas próximas décadas. Seguiu-se o PV444, que marcou o arranque de uma popularidade crescente, consequência também dos preços mais competitivos. O corpo era mais largo do que nos modelos anteriores e, conseqüentemente, o vidro dianteiro também, o que permitia uma maior visibilidade e segurança.

Mas é no final dos anos 1950 que a Volvo atinge o apogeu da fama com o Amazon, um modelo familiar mais vistoso (e luxuoso) do que o PV444, inspirado nos carros norte-americanos. Não é, pois, de espantar que tenha sido nesse mercado que o Amazon se tornou célebre – no total, foram produzidos mais de 667 mil destes automóveis. “Corram para este aqui”, pede Hans Hedberg, que apresenta um Amazon vermelho como “o carro com o recorde mundial do Guinness de mais quilómetros”.

Trata-se do automóvel de Irvin Gordon, um professor norte-americano, que comprou o carro em 1966 e o conduziu ao longo de 5.230.782 quilómetros, até morrer em 2018. “Ainda temos o mesmo corpo, nunca o renovámos. Só foi renovado o motor por três vezes”, conta, orgulhoso, como se o carro tivesse sido seu e com uma confiança: “Conduzi-o em Janeiro deste ano.”

Agora, o Amazon de Irvin Gordon já não volta a ser conduzido e é uma peça de museu no World of Volvo, depois de uma vida na estrada. É, ainda, no Amazon que se pode encontrar o primeiro cinto de segurança inventado pelo engenheiro Nils Bohlin para a Volvo, que libertou a patente para o mercado logo após a

Mistérios por arquivar



O segredo de Los Galindos: crimes macabros na quinta do marquês

No estertor do franquismo, Espanha descobre em choque os homicídios de cinco pessoas numa herdade sevilhana. Quase meio século depois, não faltam teorias

João Pedro Pincha Texto
José Alves Ilustração

A uma hora de Sevilha, a pequena localidade de Paradas bem se esforça por promover a sua maior atracção turística. Carmen de los Arrayanes é um palácio construído a partir de meados dos anos 1990 por iniciativa de um comerciante local, que meteu em cabeça reproduzir o Alhambra na sua terra natal. Parece ter conseguido, a fazer fé nas imagens que estão no site do *ayuntamiento*.

Mas é acima de tudo por causa de eventos funestos ocorridos há 49 anos – feitos ontem – que Paradas é conhecida dos espanhóis. (A partir de agora, também dos portugueses, mas pelo menos falámos do palácio.) A 22 de Julho de 1975, quando Portugal atravessava o seu Verão Quente e o franquismo agonizava, cinco pessoas eram violentamente assassinadas. Tudo se passou numa quinta chama-

da Los Galindos, município de Paradas, e foi isso que deu à vila a má fama que persiste. Ainda em Maio deste ano, a estreia de uma série de televisão ficcional sobre o caso (*El marquês*) voltou a pôr a terra na berlinda.

Naquela tarde em que, segundo os relatos da época, os termómetros quase bateram nos 50°C, o capataz de Los Galindos e outros quatro trabalhadores foram mortos na própria herdade, que então pertencia ao marquês de Grañina – e que, segundo um filho, terá estado envolvido no crime. Mas estamos a saltar etapas. Los Galindos é uma vasta propriedade rural onde ainda hoje se cultivam girassóis, oliveiras e trigo. Embora proprietários, os marqueses não habitavam ali em permanência, cabendo ao capataz Manuel Zapata a gestão corrente. Os primeiros corpos a ser encontrados, com marcas de incineração, foram os de José González e da sua mulher, Asunción

Peralta. Um médico que os autopsiou dez anos depois do crime concluiu que já tinha havido uma tentativa de desmembramento antes de serem regados com combustível e queimados. O jornal *ABC*, que acompanhou o caso, relata que foi o fumo do incêndio que chamou a atenção da Guardia Civil, que foi à herdade para se deparar com um cenário muito inesperado.

Segundo um grande rasto de sangue, os guardas encontraram num quarto o cadáver de Juana Martín, mulher de Zapata, que terá morrido junto à porta de sua casa e arrastada. Por fim encontrou-se o corpo de Ramón Parrilla, o único que foi baleado – os restantes foram mortos com recurso a uma peça de ferro semelhante a uma antena de televisão.

Naqueles primeiros dias corria entre investigadores e o povo de Paradas, assustadíssimo com crime tão macabro e pouco comum, a teo-

ria de que fora Zapata o autor. Um desentendimento com González e Peralta tê-lo-ia levado a matar a mulher, depois o casal e, por fim, Parrilla, que teria sido uma mera testemunha dos homicídios anteriores. Havia mesmo quem garantisse que tinha visto Zapata enforcado numa oliveira.

A tese caiu por terra quando o corpo do capataz foi encontrado, dias depois, coberto de palha. E não com sinais de suicídio, mas de um homicídio tão violento como o dos restantes. A investigação policial concluiu até que Manuel Zapata fora o primeiro a morrer. Nos 20 anos seguintes surgiram as mais variadas teorias: de que tinha sido um crime passionnal, de que havia uma plantação clandestina de marijuana que levou a um desentendimento, de que foi uma simples tentativa de assalto que descambou... Os crimes prescreveram em 1995 sem qualquer conclusão.

Em 2019 foi o filho do marquês de Grañina a avançar com uma tese – e logo com estrondo, implicando o pai nos homicídios e contando uma versão que ombréia com muitos filmes série B. No livro *El Crimen de Los Galindos. Toda la Verdad*, Juan Mateo Fernández de Córdova, que à época tinha 15 anos, diz que não estava previsto que ninguém morresse, mas os acontecimentos precipitaram-se. Manuel Zapata, o capataz, ex-guarda civil e descrito como homem recto, teria descoberto que andavam a desviar dinheiro de uma cooperativa através da qual se vendia a azeitona de Los Galindos. Alertou a marquesa e a mãe desta, porque a família dela é que era a legítima proprietária da herdade.

Naquele dia de Julho, Zapata tinha planeado ir a Sevilha para falar com o pai da marquesa. Mas, segundo Juan Mateo, o marquês, o seu administrador de património e um terceiro homem não identificado apareceram na herdade para dar uma palavrinha ao capataz. “Quiseram convencê-lo [a não falar] e até é possível que quisessem dar-lhe uns muros, mas tudo se descontrolou”, contou Mateo ao *La Vanguardia*.

Durante a discussão, o tal terceiro homem terá agredido Zapata com a peça de ferro, matando-o imediatamente. A mulher, Juana Martín, assiste a tudo e é morta logo de seguida. Como ela estava doente, Zapata pediu a José González e a Asunción Peralta que viessem fazer-lhe companhia enquanto estivesse em Sevilha. Sabendo disso, os três homens escondem os corpos e tentam fingir que na herdade não está ninguém, para que o casal se vá embora.

Mas é então que aparece Ramón Parrilla, que conduzia um tractor que se tinha avariado. Ao entrar na oficina para ir buscar ferramentas, terá dado de caras com o misterioso terceiro homem, que lhe dispara um tiro de caçadeira. Depois aparecem González e Peralta e já não é possível fingir nada. São as últimas vítimas mortais daquele homem, segundo Juan Mateo. A história não convence e é considerada demasiado fantasiosa. Gonzalo Fernández de Córdova, o marquês de Grañina, morreu em 2015. À data dos crimes foi interrogado, mas nada se concluiu. Pode muito bem ter levado o segredo de Los Galindos para o túmulo. Ou não.

Mistérios por Arquivar é uma série de textos sobre crimes nunca resolvidos do P2 Verão 2024. Porque os casos até podem estar arquivados, mas o mistério não prescreve

Como lidar

Como Lidar, um podcast do P3 para ouvir às terças-feiras
Oiça em publico.pt



Hoje é sim, amanhã é não. Como lidar com uma relação “quente e fria”?

A oscilação entre comportamentos de amor e de frieza pode gerar sofrimento e ser sinónimo de abuso. Como identificar e lidar com o “quente e frio”?

Mariana Durães

“És quente e depois frio, és sim e depois não, estás dentro e depois fora, estás em cima e depois em baixo”: é mais ou menos isto que Katy Perry canta na música *Hot n Cold*, a referência necessária para falar deste tema. E fecha o refrão com um resumo da dinâmica de tantas relações: “Discutimos e acabamos, beijamo-nos e fazemos as pazes.”

Discussões são normais, saudáveis até, defendem muitos, mas isso não significa que qualquer discussão seja motivo para pôr em causa uma relação. Nem é saudável que num dia seja tudo amor e, no seguinte, nem uma palavra. São as dinâmicas “*hot and cold*”, quentes e frias, relações nas quais hoje está tudo (mesmo) muito bem e amanhã já está tudo (mesmo) muito mal.

Pode ser sem querer ou propositado, mas nenhum dos motivos significa que se deva aceitar esta dinâmica. A psicóloga Inês Melo ajuda a identificar este comportamento e explica como lidar com ele.

O que é uma dinâmica “quente e fria”?

Uma relação “*hot and cold*” caracteriza-se por “uma grande oscilação no comportamento emocional, afectivo, na forma como as pessoas se relacionam”, diz a psicóloga. Nestas dinâmicas, há dois “pólos opostos”: as fases quentes, “em que existem períodos intensos de proximidade, paixão, interesse, partilha”; e as fases frias, em que há “maior distância, frieza e desinteresse”.

O que pode provocar esta instabilidade?

Há causas intencionais e outras não intencionais. “Dentro das causas não intencionais, podemos incluir o medo do compromisso. Ou, outra coisa, cada vez mais típica com o crescimento das redes sociais e aplicações de encontros, é que se acaba por criar um medo do compromisso e uma dificuldade em lutar quando as coisas se tornam um pouco mais complicadas”, refere Inês Melo.

Além destas, podem estar em causa algumas “inseguranças pessoais e até procura de aprovação, seguidas de momentos de afastamento para uma protecção emocional”. Mas...

E se este comportamento for abusivo e intencional? Como perceber a diferença?

A resposta está “no grau de consciência” que tem quem o pratica em relação ao que está a fazer. É preciso ter atenção “à forma como a outra pessoa respeita ou não os limites que colocamos”. Como é que a outra pessoa reage quando impomos limites e dizemos que algo nos faz sentir desconfortáveis? É importante também perceber “que intenção é que a pessoa traz nestes comportamentos”: “Se a intenção é proteger-se emocionalmente, porque está com medo do compromisso, é uma coisa; se a intenção é manipular-me, fazer-me ceder em coisas que eu não quero ceder, fazer-me sentir falta deste bombardeamento de amor seguido de períodos de afastamento para que eu ceda e faça o que a outra pessoa quer que eu faça, então podemos estar perante uma relação mais tóxica.”

Pode relacionar-se com uma personalidade narcísica?

Sim. Pode haver uma “sensação de grandiosidade em relação aos outros”, um comportamento típico de pessoas algo narcísicas, que pretendem “diminuir a pessoa com quem estão, fazendo com que ela não se sinta tão segura na relação, para que depois possa moldá-la e manipulá-la”.

Como lidar?

A primeira coisa a fazer é “estabelecer limites claros”. E depois, fazer o que muitas vezes é difícil: cumpri-los. “Temos muita tendência de ir arrastando limites. Pensamos que, se calhar, foi sem intenção, que não vale a pena falar, ignoramos *red flags* e achamos que numa próxima talvez não vá acontecer”, afiança a psicóloga. E a outra pessoa vê isso. Assim, é preciso, depois de comunicar claramente os limites, sustentá-los e, em muitos casos, aplicar uma consequência caso o limite seja passado. “É também muito importante o autoconhecimento, o perceber quais são os meus próprios padrões de comportamento e de pensamento, e porque é que eles me influenciam a ficar neste tipo de relações. E também para conseguir identificar quando é que isto está a acontecer.” A terapia pode ajudar. Afinal, de que serve tirar o casaco se já vai arrefecer?



O Leituras tem o apoio da FNAC

Ler cultiva a diferença

Sugestões



A verdade e a mentira

Ficção e biografia quase sempre andaram juntas nas narrativas do escritor austríaco Thomas Bernhard (1931-1989), como se ambas se completassem e participassem do grande cenário da sua escrita enquanto arte. Essa relação íntima esteve sempre presente nos romances que se seguiram ao “ciclo autobiográfico”, publicado com o

título *Autobiografia* (Documenta, 2014). *Derrubar Árvores — Uma Irritação*, agora reeditado depois de esgotado há mais de duas décadas, é também um bom exemplo desse “casamento” entre ficção e biografia. Há em Bernhard sempre um regresso cíclico à memória, à lembrança dos acontecimentos (por vezes, com demasiada exactidão cronológica), regresso que surge sempre disfarçado de ficção e que assim lhe permite encenar magistralmente a sua arte. A ideia de desvendar uma existência, a própria, no caso presente, é para Bernhard um acto sempre condenado ao fracasso. A memória pode ser fiel à cronologia dos acontecimentos, aos exactos acontecimentos de acordo com a verdade, pode até corresponder ao desejo da verdade, às lembranças da noite antiga, mas aquilo que quem escreve (e julga que vai contar) é já por si, e de maneira sempre inevitável, algo completamente diferente daquilo que efectivamente aconteceu, e



Derrubar Árvores — Uma Irritação
Autoria: Thomas Bernhard
(Trad.: José A. Palma Caetano; editora: Documenta; 208 págs.; 16€.
Já nas livrarias)

por isso um “aglomerado de deturpações e de mentiras”. A vida inteira foi uma prolongada tentativa em que ele nunca desistiu de transmitir a verdade, mas a verdade, para Bernhard, é intransmissível, e somos no fim forçados a aceitar que as descrições que fazemos de objectos e de acontecimentos reais não são a verdade, não se diz tudo, não é possível dizer tudo. Como ficou já dito, também em *Derrubar Árvores — Uma Irritação* (originalmente publicado em 1984) acontece essa mistura de biografia e realidade, mas com

este romance passou-se algo de mais extraordinário que atingiu na Áustria proporções de grande escândalo (conta-o o tradutor José A. Palma Caetano, na introdução): o compositor Gerhard Lampersberg reconheceu-se na figura do personagem Auersberger e, sentindo a sua dignidade ofendida, apresentou uma queixa na Justiça, o que levou a que o livro (tinha acabado de ser distribuído pelas livrarias) fosse apreendido por ordem do tribunal e Thomas Bernhard notificado para comparecer em juízo — mas apenas seis semanas depois, escreveu Bernhard. Indignado e revoltado, o escritor austríaco proibiu a distribuição dos seus livros na Áustria. No entanto, um dia antes do julgamento, Lampersberg retirou a queixa encerrando o assunto, e Bernhard retirou a proibição de venda. Proibição que viria a repetir, no seu testamento, para todas as suas obras. Mas isso é outra história. **José Riço Direitinho**



Lugares Escondidos da Mente
Autoria: João Carlos Melo
(Editora: Bertrand; 208 págs.; 16,60€.
Já nas livrarias)

Livro do psiquiatra e psicoterapeuta João Carlos Melo fala-nos das motivações “invisíveis” escondidas por detrás dos (também nossos) comportamentos. Tem capítulos com títulos como “O lado negro das pessoas”, “As zonas cinzentas”, “E o lado luminoso”. Numa linguagem acessível ao leitor, e com exemplos da sua experiência clínica — bem como histórias de vida de figuras conhecidas —, o autor aborda “a dicotomia entre a aparência tranquila e socialmente aceite dos psicopatas e as motivações por detrás da agressividade, do ódio ou de atitudes monstruosas.” Mas não faltam também os lugares luminosos, nem sempre visíveis e valorizados, como a bondade, a gratidão e o amor.



Toda a Física Divertida
Autoria: Carlos Fiolhais
(Editora: Gradiva; 355 págs.; 19,50€.
Já nas livrarias)

Nos começos dos anos 1990, quando os livros de divulgação científica eram ainda uma raridade, o professor Carlos Fiolhais escreveu *Física Divertida* e o livro tornou-se um imediato sucesso, atraindo leitores de todas as idades e fazendo quase uma dezena de edições. Mais tarde, Fiolhais escreveu *Nova Física Divertida*, que vinha complementar o primeiro volume. Se o primeiro era dedicado à física clássica, este segundo tinha a física moderna como assunto. Os leitores voltaram a fascinar-se com uma ciência tantas vezes considerada obscura e difícil, ao “descobrirem” que afinal pode ser divertida. Agora, este volume, *Toda a Física Divertida*, junta os dois anteriores, que foram actualizados com os mais recentes avanços científicos.



Não Há Pássaros aqui
Autoria: Victor Vidal
(Editora: Leya; 245 págs.; 16,60€.
Já nas livrarias)

Vencedor do Prémio Leya em 2023, é o romance de estreia do brasileiro Victor Vidal, historiador de arte e doutorado em Estudos Críticos das Artes. Na declaração do júri do prémio, sublinha-se a “inserção de uma história invulgar de grande violência e de segredos escondidos na aparente banalidade do quotidiano”, e ainda o “acerto da análise psicológica” no resgate da memória da infância perante os acontecimentos brutais das relações familiares (em particular entre filha e mãe). *Não Há Pássaros Aqui*, com as seus personagens desconcertantes, é uma reflexão sobre a maneira como aquilo que vivemos na infância acaba por determinar a nossa vida adulta e como temos a tendência para reproduzirmos comportamentos.



Os Naufragos do Wager
Autoria: David Grann
(Trad.: Vasco Teles de Menezes; editora: Quetzal; 428 págs., 20,90€.
Já nas livrarias)

Em 1740, o navio britânico *Wager* parte de Inglaterra, incluído numa esquadra de navios de guerra. Leva dois mil tripulantes e tem uma missão secreta: perseguir e capturar um galeão espanhol repleto de tesouros. O *Wager* acabaria por naufragar na Patagónia. Mas, no início de 1742, uma embarcação rudimentar, com 30 homens quase moribundos, tripulantes do *Wager*, deu à costa no Sul do Brasil. Meses depois, outra embarcação ainda mais decrepita apareceu no Chile com três naufragos que contaram uma história muito diferente: os 30 marinheiros que tinham desembarcado no Brasil, eram amotinados. David Grann mostra como a cobiça e a ganância estão no gene da humanidade.



História da Palestina Moderna
Autoria: Ilan Pappé
(Trad.: Ana Saldanha; editora: Caminho; 415 págs., 20,90€.
Já nas livrarias)

Historiador e activista social israelita exilado em Inglaterra, é docente na Universidade de Exeter, na qual dirige o Centro Europeu de Estudos Palestinianos. Faz parte da geração de historiadores israelitas que recusam a interpretação unilateral e oficial da História do seu país. É um crítico da política de Israel em relação aos palestinianos. Neste livro, conta a História da Palestina, terra habitada por dois povos, duas identidades: a narrativa tem início nos primeiros anos do século XIX, ainda no período otomano, passa depois pela chegada dos primeiros sionistas, no final desse século, pelo mandato britânico, pela criação do Estado de Israel em 1948, e as guerras e conflitos que se lhe seguiram.

Lazer

MÚSICA

Fat Freddy's Drop

CASCAIS Hipódromo Manuel Possolo. Dia 30/7, às 20h. M/6. 30€ a 45€

Reggae, dub, jazz e soul estão entre as sonoridades exploradas, em regime de virtuosismo, pela banda neozelandesa que tem conquistado milhares de seguidores entre os seus antípodas (sendo um dos mais ilustres Gilles Peterson, que há muito se confessou fã). O colectivo lançou-se discograficamente em 2005, com *Based on a True Story*, embora a semente tivesse sido lançada ainda em finais dos anos 1990, em modo *jam*. O álbum de originais mais recente, *Wairunga*, data de 2021. Cabe à *Ressaca Bailada* do Expresso Transatlântico – Gaspar Varela (guitarra portuguesa), Sebastião Varela (guitarra eléctrica) e Rafael Matos (bateria) – fazer o aquecimento do palco neste concerto integrado no Ageas Cooljazz, festival que termina amanhã com Jamie Cullum.

TEATRO

Portátil

LEIRIA Teatro José Lúcio da Silva. Dia 30/7, às 19h e 21h30. M/16. 27,92€ a 32,21€
Depois de ter visitado Braga, Coimbra, Lisboa e Porto, o espectáculo da Porta do Fundos termina em Leiria mais uma volta às salas lusas, numa digressão que contou, novamente, com Inês Aires Pereira a contribuir para a equação improvisadora de sucesso. Repete-se essa parceria/química entre a trupe brasileira e a actriz portuguesa, mas o essencial é irrepetível: cada sessão fica à mercê da sua própria audiência, a quem cabe lançar os dados e, depois, ver como se safam daquela história os humoristas-actores Gregório Duvivier, João Vicente de Castro, Gustavo Miranda, o pianista Andrés Giraldo e sua cúmplice portuguesa. Para eles, “fazer com a Inês é um presente”, até porque “ela acaba fazendo graça em cima da nossa ignorância”, lembra Duvivier, citado pela nota de imprensa. Para ela, “é tão assustador e tremendamente difícil como compensador” isto de inventar algo para o público como se estivesse “a ver um momento guionado, uma imagem, um *timing*, uma entrega pensada”.

Jogos Jogue também online. Palavras-cruzadas, bridge e sudoku em publico.pt/jogos



EuroDreams 1 5 9 19 22 25 3
1.º Prémio 20.000€/mês x 30 anos
Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

Lotaria Clássica 5 1 7 2 2
1.º Prémio 600.000€
Esta informação não dispensa a consulta da lista oficial de prémios

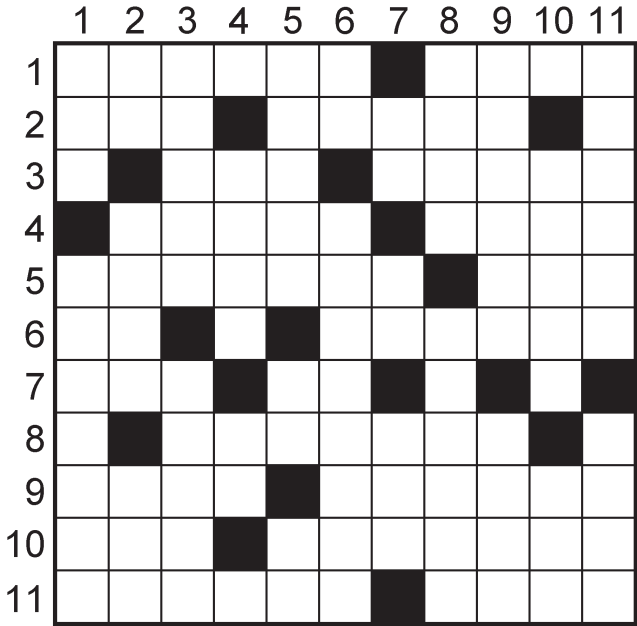
Cruzadas 12.507

Paulo Freixinho
palavascruzadas@publico.pt

HORIZONTAIS: 1. Na Venezuela, obteve 51% dos votos e foi reeleito para um terceiro mandato consecutivo. Pequeno falcão. 2. Sopé. Cidade japonesa. 3. Senão. Corda que serve para puxar uma embarcação ao longo da margem. 4. Cartel da (...), caso no qual tribunal europeu admite que troca de dados falseou a concorrência. Escavar. 5. Atrevimento. Terceiro. 6. Andar. Corrida de embarcações. 7. Autor (fig.). Oferece. 8. Na ponte 25 de Abril, faz 25 anos e já transportou 498 milhões de passageiros. 9. Nascimento de um astro. Inventar. 10. Diz estarem “encerradas” negociações salariais com GNR e PSP. Elogiara servilmente. 11. Ajuste. Levantou.

VERTICAIS: 1. Perverso. Texto legislativo. 2. Prefixo (afastamento). Que parece bom, mas não o é. Estilo musical. 3. Senhoras. Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de peixe. 4. Quadril. Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de ovo. 5. Volta em espiral. Símbolo de decímetro. Autoridade Tributária e Aduaneira. 6. Eles. A candidatura desta a Reserva da Biosfera da Unesco tem o apoio da ministra do Ambiente. 7. Artigo das revistas. Orçamento do Estado. Organização das Nações Unidas. 8. Folga. “(...) aberta, pássaro morto”. 9. João (...), o primeiro português a completar a escalada ao cume do monte Evereste. Do feito de ovo. 10. Instrumento de sopro. Argola. 11. Pane. Intensidade.

Solução do problema anterior
Horizontais: 1. Israel. Saga. 2. Grito. Votar. 3. Pé. Tálamo. 4. Uma. URL. Dom. 5. Oliveira. 6. ET. Cam. 7. Mono. Tombo. 8. Uraca. USB. 9. APA. Parente. 10. Tu. Colónias. 11. Estore. Erro.
Verticais: 1. Iglu. Embate. 2. Sr. Moto. Pus. 3. Ripal. Nua. 4. Até. Icor. Co. 5. Eo. Uva. Apor. 6. Trem. Cale. 7. Váli. Taró. 8. Sol. Rio. Ene. 9. Atada. Munir. 10. Gamo. Obstar. 11. Aroma. Obeso.



Bridge

João Fanha
fanhabridge.pt

Dador: Oeste
Vul: Ninguém

NORTE
♠72
♥K83
♦AKJ862
♣86

OESTE
♠KQJ98
♥Q76
♦75
♣KQ3

ESTE
♠543
♥J1095
♦Q93
♣975

SUL
♠A106
♥A42
♦104
♣AJ1042

Oeste 1♠ **Norte** i2♦ **Este** passo **Sul** 3ST
Todos passam

Leilão: Equipas ou partida livre (IMPs).

Carteio: Saída: K♠. Qual a melhor linha de jogo?
Solução: A intervenção ao nível de dois sem salto promete um belo naipe sexto numa mão de 11 a 16 pontos de honra. Com uma paragem no naipe de abertura e dois ases anexos, Sul anuncia 3ST, contrato que necessita de apenas nove vazas para obter o prémio de partida, enquanto a partida em ouros exige 11 vazas para o mesmo prémio. Privilegie a partida em sem trunfo comparando com a partida em naipe pobre!

No carteio, a prioridade é começar por contar as vazas garantidas. Uma espada, duas copas, um pau e cinco ou seis ouros, dependendo se a Dama resiste ou não. Com oito cartas no naipe, o melhor é efectuar a passagem à Dama; se essa passagem falhar, Este prenderá a mão e insistirá em espadas... salvo se não tiver mais!
É por essa razão que Sul deve imperativamente deixar passar as duas primeiras voltas de espadas e apenas na terceira volta do naipe faz o Ás, altura em que Este já não terá espadas na sua mão. Graças a esta estratégia, quando Este fizer a sua Raquel (Dama de ouros), não poderá retornar o naipe do parceiro...

Considere o seguinte leilão:
Oeste 1♣ **Norte** X **Este** passo **Sul** passo
passo ?

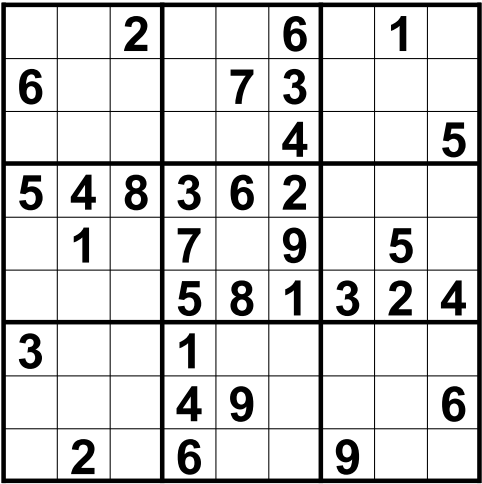
O que marca em Sul com a seguinte mão?
♠A96542 ♥Q73 ♦K8 ♣94

Resposta: Com uma mão média de oito a dez pontos de honra, a responder ao dobre de chamada, devemos saltar para o nível de dois com quatro cartas de um naipe rico, para o nível de três com cinco cartas e ao nível de quatro com seis! Vejamos, se contabilizarmos tudo em pormenor, temos: 9H + 2D dos dois doubletons + 2D do nono trunfo = 13 HD.

Sudoku

© Alastair Chisholm 2008
www.indigopuzzles.com

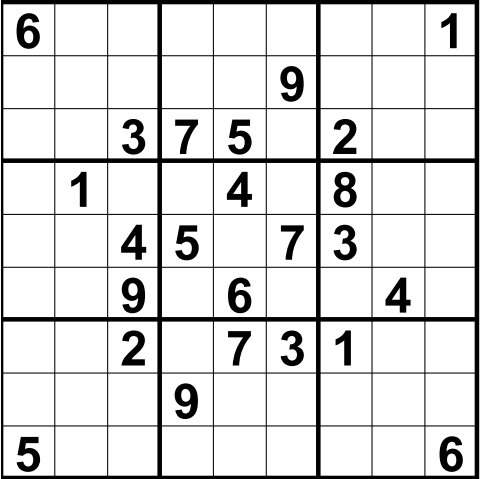
Problema 12.778 (Fácil)



Solução 12.776

8	2	7	3	4	1	6	9	5
5	1	4	9	6	8	2	3	7
9	3	6	5	2	7	8	4	1
2	4	8	1	9	6	7	5	3
6	7	1	2	3	5	4	8	9
3	9	5	7	8	4	1	2	6
7	8	3	4	1	9	5	6	2
4	5	9	6	7	2	3	1	8
1	6	2	8	5	3	9	7	4

Problema 12.779 (Difícil)



Solução 12.777

9	6	2	3	8	4	1	5	7
5	1	3	9	2	7	8	4	6
4	7	8	6	1	5	9	3	2
2	5	1	4	7	3	6	9	8
6	8	4	1	9	2	3	7	5
7	3	9	8	5	6	4	2	1
8	9	7	2	3	1	5	6	4
3	4	5	7	6	8	2	1	9
1	2	6	5	4	9	7	8	3

CINEMA

Melhor É Impossível Nos Studios, 21h15

Melvin Udall (Jack Nicholson) é um escritor de língua afiada que sofre de uma perturbação obsessivo-compulsiva. Incapaz de evitar confrontos, Melvin orgulha-se da sua capacidade de afrontar, ofender, provocar repulsa e magoar todas as pessoas com quem se cruza. Melvin é o tipo de homem que faz os amigos e vizinhos mudar de passeio ou sair do elevador onde ele se encontra. Mas algumas vítimas parecem não ter escapatória. Carol Connelly (Helen Hunt) é a única empregada de mesa do café da zona disposta a aturar as tiradas sarcásticas de Melvin e Simon Nye (Greg Kinnear) é o infeliz vizinho, que tem o azar de viver no apartamento em frente ao de Melvin, na Baixa de Manhattan. Estes três nova-iorquinos, que têm em comum o facto de não acreditarem na felicidade, vêm as suas vidas entrecruzarem-se por causa de uma quarta personagem: um cão feio e esquelético chamado Verdell. Esta comédia de James L. Brooks foi nomeada para sete Óscares, entre os quais o de melhor filme, e Helen Hunt e Jack Nicholson receberam as estatuetas para a melhor actriz e melhor actor principal.

A Colónia AMC, 22h10

Num futuro não muito distante, após várias calamidades assolarem a Terra, os seres humanos foram obrigados a fugir e estabelecer uma colónia no planeta Kepler 209. Mas, apesar de suportar vida, Kepler tem um nível de radiação tão elevado que torna os seus habitantes estéreis, frustrando todas as tentativas de reprodução. Duas gerações após a retirada, percebendo o quão ameaçada está a espécie humana, é criado um programa para avaliar o possível retorno à Terra. Um grupo de astronautas é então enviado para investigar as condições. Contudo, devido a uma falha de sistema, a aterragem corre mal e apenas Louise Blake sobrevive. Numa primeira avaliação, a cientista descobre que, apesar da aridez da paisagem, o planeta continua habitado por humanos, que se foram adaptando e sobrevivendo. E ao reflectir sobre as implicações da vinda dos habitantes de Kepler, ela depara-se com um conflito moral. Um filme de ficção científica do Tim Fehlbaum, com Nora Arnezeder, Iain Glen, Sarah-Sofie Boussnina e Joel Basman.

Televisão

Os mais vistos da TV

Domingo, 28

		%	Aud.	Share
Dilema	TVI	7,9	16,9	
Dilema...	TVI	7,4	18,8	
Jornal da Noite	SIC	7,0	15,7	
Primeiro Jornal	SIC	6,1	18,1	
Jornal Nacional	TVI	6,0	13,8	

FONTE: CAEM

RTP1

6.00 Bom Dia Portugal **10.00** Praça da Alegria **12.59** Jornal da Tarde **14.13** Escrava Mãe **15.00** 85.ª Volta a Portugal em Bicicleta **18.00** Portugal em Directo

18.56 O Preço Certo

19.53 Direito de Antena **19.59** Telejornal

21.01 Portugueses pelo Mundo - Comunidades

21.42 Joker **22.44** I Love Portugal

0.53 S.W.A.T.: Força de Intervenção

1.33 Terra Europa **1.58** A Vida Privada dos Livros **2.11** Escrava Mãe

SIC

6.00 Edição da Manhã **8.15** Alô Portugal **9.40** Casa Feliz **12.59** Primeiro Jornal **14.35** Querida Filha **16.00** Linha Aberta **16.45** Júlia

18.50 Terra e Paixão

19.30 Casados à Primeira Vista

19.57 Jornal da Noite

21.55 A Promessa

22.40 Senhora do Mar

0.00 Papel Principal - A Vingança **0.10** Casados à Primeira Vista **0.30** Travessia **0.55** Passadeira Vermelha **3.10** Terra Brava

RTP2

5.53 Repórter África **6.21** A Fé dos Homens **6.55** Jogos Olímpicos de Verão - Paris

21.30 Jornal 2

22.01 Hotel à Beira-Mar

22.51 Folha de Sala

22.59 Investigações de Lucy Worsley **23.56** Ferro Velho e Antiguidades **0.43** Eurodeputados **1.13** Excursões Air Lino **1.55** Lord of the Voices - Fernando Pereira **3.44** Sinfonia nº 3 Heroica de Beethoven **5.07** Raízes e Frutos

TVI

6.15 Diário da Manhã **9.55** Dois às 10 **12.58** TVI Jornal **14.00** TVI - Em Cima da Hora **14.35** A Sentença **15.35** A Herdeira **16.35** Goucha **17.45** Dilema

19.57 Jornal Nacional

21.10 Dilema

21.55 Cacau

22.40 Festa É Festa

0.00 Dilema

1.55 Autores **2.50** O Beijo do Escorpião **3.05** Deixa que te Leve

RTP1 8,1%

RTP2 5,7

SIC 12,4

TVI 12,9

Cabo 40,3

TVCINE TOP

18.10 Sniper: Missão Secreta **19.45** Sem Remorsos **21.30** NoWay Up - Sem Saída **23.00** DogMan **0.55** Sem Remorsos

STAR MOVIES

17.21 O Regresso da Múmia **19.25** Triplo Nove **21.15** Con Air - Fortaleza Voadora **23.13** Killerman - A Lei das Ruas **1.03** Upgrade: Máquina Assassina **2.35** Equipa de Assalto

HOLLYWOOD

18.00 Green Lantern - Lanterna Verde **19.55** Viagem ao Centro da Terra 2: A Ilha Misteriosa **21.30** Kingsman: O Círculo Dourado **23.55** Fogo Cerrado **1.40** Em Parte Incerta

AXN

16.19 S.W.A.T.: Força de Intervenção **17.53** The Rookie **21.05** Hudson & Rex **22.56** Meg: Tubarão Gigante **0.50** Hudson & Rex

STAR CHANNEL

17.01 Investigação Criminal: Los Angeles **18.44** Magnum P.I. **20.24** Hawai Força Especial **22.15** Tracker **23.00** Chicago P. D. **0.48** Magnum P.I.

DISNEY CHANNEL

17.15 A Maldição de Molly McGee **18.05** Vamos Lá, Hailey! **18.55** Monstros: Ao Trabalho! **19.15** Hamster & Gretel **20.00** Os Green na Cidade Grande **22.00** A Maldição de Molly McGee

DISCOVERY

16.15 Mestres do Restauro **19.06** Aventura à Flor da Pele XL **21.00** Maine Cabin Masters **22.51** Os Mestres do Restauro: o Workshop **0.44** Maine Cabin Masters **2.18** Em Busca do Pé Grande

HISTÓRIA

16.35 Mistérios no Gelo **18.42** Mistérios na Selva **20.05** Os Maiores Mistérios da História **22.16** Maias, os Segredos das Últimas Cidades **23.10** Incas: Uma História Revelada **0.43** Os Maiores Mistérios da História

ODISSEIA

17.23 A História Secreta da Nossa Evolução **19.09** A Grande Onda **20.18** Planeta Vulcânico **21.42** Clima Letal **0.59** Planeta Vulcânico **2.19** Clima Letal

SÉRIES

Hotel à Beira-Mar RTP2, 22h01

Estreia da nona temporada. A série dinamarquesa criada por Hanna Lundblad e Stig Thorsboe e passada num hotel de Verão que tem ocupado as noites da RTP2 desde Maio chega à nona temporada, que foi para o ar originalmente em 2022. Há um salto temporal: o hotel tem estado fechado desde o final da Segunda Guerra Mundial, quatro anos antes, e reabre para um novo Verão, com várias novas personagens e algumas caras conhecidas, e também para ser renovado.

Evil TVCine Emotion, 22h10

Estreia da quarta temporada. Esta é uma criação de Robert e Michelle King, os responsáveis por *The Good Wife* e respectivos *spin-offs*. É sobre uma unidade da Igreja Católica, com um padre, uma psicóloga forense e um especialista em tecnologia, todos com diferentes graus de fé, incluindo um ateu, a investigar ocorrências estranhas e possíveis fenómenos sobrenaturais. Um original da CBS que depois passou para o serviço de *streaming* Paramount+, a série foi cancelada. Esta leva de 14 episódios será depois seguida de quatro capítulos extra, uma quinta época mais curta para fechar as histórias, com estreia prevista logo a seguir.

DOCUMENTÁRIOS

As Vítimas Esquecidas do Nuclear RTP3, 20h

Como o nome deste documentário assinado por Suliane Favennec no ano passado dá a entender, há vítimas das bombas nucleares das quais não nos lembramos enquanto sociedade. Mais especificamente, as vítimas dos testes das bombas nucleares, que foram às centenas nas ilhas do Pacífico, detonadas pela França, os Estados Unidos e o Reino Unido, entre 1950 e 1990. Houve consequências graves para as populações locais e respectivos descendentes, algo que países como a França negaram durante muito tempo.

Maias, os Segredos das Últimas Cidades

História, 22h15

Estreia. O fim da civilização Maia aconteceu na península de Iucatán, no Sul do México, onde ficavam as três últimas cidades maias: Coba, Mayapan e Tulum. As ruínas delas são hoje alvo de grandes investigações.



JOGOS OLÍMPICOS PARIS 2024

COM O PÚBLICO TENHA ACESSO A MUITO MAIS QUE MEDALHAS E HERÓIS

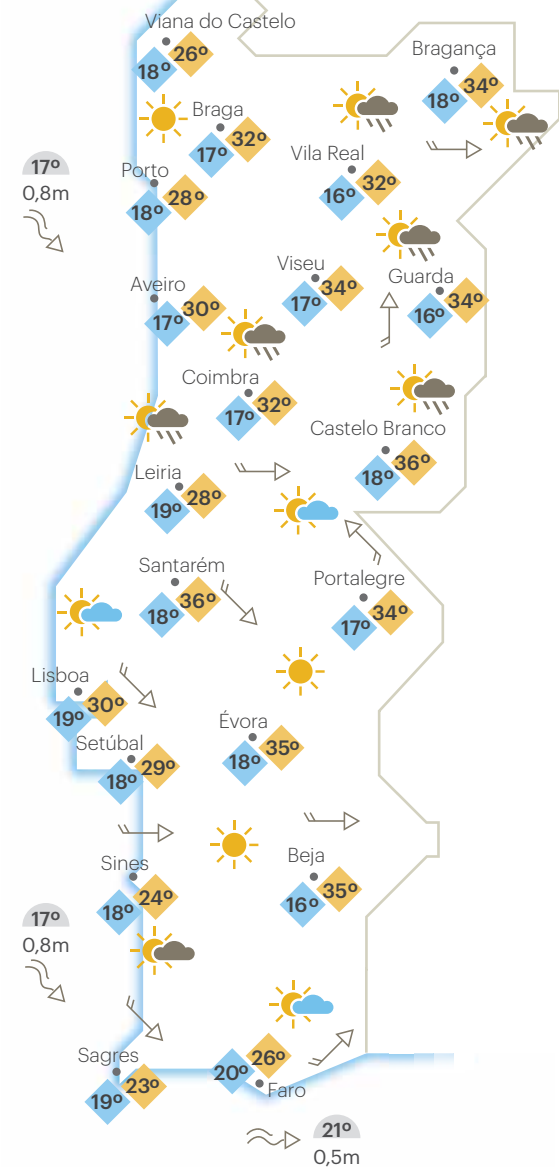
Marco Vaza e Diogo Cardoso Oliveira acompanham em Paris os eventos mais importantes e os feitos da equipa olímpica portuguesa. Consulte o calendário, as medalhas ganhas, os resultados e siga as reportagens dos enviados do PÚBLICO aos Jogos Olímpicos.

Todos os dias, no PÚBLICO e em publico.pt/paris-2024



Meteorologia

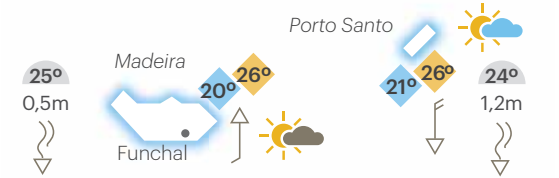
PORTUGAL



Açores



Madeira



MARÉS

Leixões		Cascais		Faro	
05h09	1,2	04h47	1,4	04h35	1,3
11h34	2,8	11h11	2,8	11h08	2,8
17h55	1,2	17h35	1,4	17h23	1,2
00h13*	2,7	23h51	2,8	23h48	2,7

PRÓXIMOS DIAS

Quarta-feira, 31	Quinta-feira, 1	Sexta-feira, 1
190	180	180
290	280	290
Índice UV	Índice UV	Índice UV
Vento	Vento	Vento
Humidade	Humidade	Humidade
M. Alto Fraco 55%	M. Alto Moderado 56%	M. Alto Moderado 56%

MEDIDOR DE CO2

Mauna Loa, Havaí	424,80
Partes por milhão (ppm) na atmosfera	421,28
Valores por semana	398,97
Semana de 21 Jul.	425,95
Há um ano	
Há dez anos	
Semana de 14 Jul.	
Nível de segurança	350
Nível pré-industrial	280

QUALIDADE DO AR

Portugal	
Excelente	Porto
Razoável	Coimbra
Mau	Lisboa
Não é saudável	Évora
Nada saudável	Faro
Perigoso	

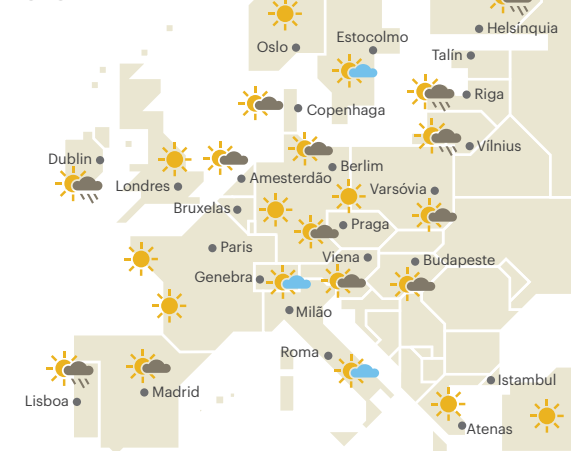
SOL

Nascente	Poente
06h37	20h49

LUA

04 Ago. 11h13	12 Ago. 15h19
19 Ago. 18h26	26 Ago. 11h28
01h34	17h07

EUROPA



TEMPERATURAS °C

	Min.	Máx.		Min.	Máx.
Amesterdão	17	28	Roma	22	37
Atenas	25	36	Viena	14	29
Berlim	15	27	Bissau	25	31
Bruxelas	20	31	Buenos Aires	10	14
Bucareste	17	33	Cairo	26	38
Budapeste	14	29	Caracas	20	30
Copenhaga	14	23	Cid. do Cabo	7	15
Dublin	11	20	Cid. do México	15	26
Estocolmo	15	25	Dili	23	32
Frankfurt	18	31	Hong Kong	26	29
Genebra	19	34	Jerusalém	21	32
Istambul	21	30	Los Angeles	16	28
Kiev	16	24	Luanda	19	25
Londres	18	31	Nova Deli	29	37
Madrid	23	38	Nova Iorque	23	29
Milão	23	33	Pequim	25	29
Moscovo	13	20	Praia	24	30
Oslo	14	25	Rio de Janeiro	19	22
Paris	22	35	Riga	13	22
Praga	15	29	Singapura	27	34

Fontes: AccuWeather; Instituto Hidrográfico; QualAR/Agência Portuguesa do Ambiente; NOAA-ESRL

Questionário Pós-Proustiano

Raquel Marinho
é jornalista e
autora do
podcast *O
Poema Ensina
a Cair*



Raquel Marinho
**O elogio de que
menos gosto é
‘És muito intensa’.**
**Já me foi dito
como elogio
e como crítica**



Que rede social mais usa? Já desistiu de alguma, e porquê?

Uso mais Instagram por motivos profissionais. Por motivos profissionais também, além de Instagram, tenho Facebook, LinkedIn e X, antigo Twitter.

Já se arrependeu de alguma coisa que escreveu numa rede social? O quê?

Já. Desabafos de estados de espírito.

Tem a noção de quantos ex-amigos tem? Cinco? Dez? Ou nunca se zangou com um amigo?

Já me zanguei, sim. Lembro-me de um caso em particular com muita nitidez porque foi muito decepcionante. Depois, há amigos que vão estando mais ou menos presentes, mas isso não é zanga, é a vida a acontecer.

Qual é o elogio que menos gosta que lhe façam?

“És muito intensa.” Já me foi dito como elogio e como crítica.

Se pudesse viver no cenário de um romance literário, qual escolheria?

Seria na Finlândia por causa de um livro que li recentemente chamado *A Lebre de Vatanen*, de Arto Paasilinna, edição Relógio d'Água. Mas seria para visitar e

ficar uns tempos, não para viver. Gosto muito de viver em Portugal.

Fora de Portugal, qual é o lugar onde se sente em casa? E porquê?

Roma, talvez. É simultaneamente próximo, belo, tem aquela luz e aquelas cores quentes, e faz-me sentir que faço parte de uma história comum.

Qual o melhor conselho que lhe deram na vida?

Para não referir conselhos pessoais, escolho um profissional que me foi dito pelo Fernando Alves quando, aos 19 anos, estagiei na TSF: “Muito respeito pelo microfone.”

Em que situações se considera uma “chata”?

Quando analiso uma situação ao detalhe e quero ver e discutir todos os ângulos e mais algum até compreender tudo direitinho.

Tem algum vício que gostaria de não ter? E um de que se orgulhe?

Sim, fumar. Quero deixar. Não me orgulho necessariamente disto mas sou viciada em notícias e em programas de comentário político. Vejo todos. Se não apanho em directo escuto, em *podcast*. Nas rádios, invariavelmente, uns minutos antes da hora certa,

escuto os títulos da TSF, Antena 1 e Observador, por esta ordem, e depois um dos noticiários.

Diga o nome de três portugueses vivos que admira (não vale a sua mãe nem o seu pai).

Jorge Palma, Helder Moura Pereira, Matilde Proença Luiz (não vale a mãe e o pai, mas vale a filha, certo?).

Já teve algum ataque de ansiedade? Em que circunstâncias?

Quase. Uma madrugada fiquei trancada na minha cozinha depois de, ao fechar a porta, a fechadura se desintegrar e cair no chão. Tentei de todas as maneiras abrir a porta por dentro para sair dali recorrendo a ferramentas que por acaso tinha na despensa, e não consegui durante mais de duas horas. Tudo isto estando sozinha em casa e sem telemóvel para pedir ajuda.

E já se sentiu profundamente exausta? Foi *burnout*?

Já. Não foi *burnout*, foi exaustão. Em 2017, depois de vir de Pedrógão, onde fiz a reportagem especial *Depois do Fogo* para a SIC. Foram vários dias seguidos de muito trabalho e enorme exigência emocional.

Se lhe pedissem conselhos para uma relação amorosa feliz, o que é que dizia?

Citaria a minha amiga Dulce Maria Cardoso: não peço mais do que aquilo que estou disposta a dar, mas também não aceito menos.

É vegetariana, *vegan*, faz alguma dieta especial? Porquê?

Não sou vegetariana. Tento evitar os hidratos de carbono, mas nem sempre resisto. Porquê? Porque estou a chegar aos 50 e o corpo está diferente.

Qual foi o último filme que viu? E qual foi o último de que gostou?

O último que vi foi o *Horizon*, de Kevin Costner, o último de que gostei foi o *Dias Perfeitos*, de Wim Wenders.

Qual o seu maior arrependimento?

Não ter terminado a licenciatura em Comunicação Social na Universidade Católica por ter começado a trabalhar no primeiro ano da faculdade. Ainda lá vou.

Qual foi a última vez em que se surpreendeu?

Quando o poeta brasileiro Eucanaã Ferraz me disse que quem lhe tinha falado pela primeira vez do meu *podcast* *O Poema Ensina a Cair* tinha sido a Maria Bethânia.

BARTOON LUÍS AFONSO



O PCP e a Venezuela: está a cair de podre, mas é o meu Maduro



O respeitinho não é bonito

João Miguel Tavares

O PCP nunca falha. Ao início da tarde desta segunda-feira lá veio a nota por que todos esperávamos: “O PCP saúda a eleição de Nicolás Maduro como Presidente da República Bolivariana da Venezuela, bem como o conjunto das forças progressistas, democráticas e patriotas venezuelanas. O PCP condena a reacção do Governo português, alinhada com a política de ingerência dos EUA e da UE e quantos procuram animar a campanha promovida pela extrema-direita golpista.” Quando digo que a direita e a esquerda radicais são iguazinhas no seu extremismo, e que a única coisa que vai mudando são os assuntos em relação aos quais assumem posições abjectas, não se esqueçam de vir com a conversa do “recuso equivalências entre o Chega e o PCP”. Vê-se. Convém que



quem adora defender os grandes pergaminhos democráticos do PCP não se esqueça de dias como este. É verdade que o Partido Comunista Português não é o PC soviético; mas os tempos também são outros, e desaconselham Nicolás Maduro a enfiar os opositores em valas comuns, como na época das antigas ditaduras latino-americanas. Os novos ditadores do século XXI têm uma grande vantagem e uma pequena desvantagem em relação aos velhos ditadores do século XX. A grande vantagem é mesmo grande: não assassinam como antigamente. Por muito detestável e opressivo que seja, por exemplo,

O PCP não aprende nada desde 1917. Nunca se esqueçam: só são fofinhos porque já não têm poder

o regime de Putin, nós não estamos no tempo de Estaline, nem sequer de Brejnev. A pequena desvantagem é de um outro tipo: os ditadores do século XXI são muito mais invios nos seus caminhos e na forma como se definem a si próprios, e nesse sentido perdeu-se uma dimensão de clareza na sua acção política. É por isso que o velho ditador tem hoje um novo nome – autocrata –, já que, tendo o mesmo objectivo de sempre – o poder absoluto e a eternização no poder –, ele não é posto em prática da mesma forma. Por um lado, porque as ideologias totalitárias de Hitler ou Estaline são historicamente indefensáveis. Por outro, porque a globalização remeteria qualquer ditadura isolacionista à moda antiga para o papel burlesco da Coreia do Norte. Putin ou Maduro não dispensam, como fonte de legitimidade, alguma encenação democrática nos seus países: realizam eleições regulares, permitem alguma dissensão interna, e convencem o PCP de que são espectaculares, mantendo um equilíbrio entre ter um vestígio de oposição e impedir que ela cresça até se tornar uma ameaça. Este tema deu origem a um livro muito badalado e premiado: *Spin*

Dictators – The changing face of tyranny in the 21st century, que em Portugal se chama *A Ditadura Adaptada ao Século XXI – Como os novos tiranos se reinventaram*. Sergei Guriev e Daniel Treisman estabelecem uma diferença entre ditaduras do medo e ditaduras do *spin*, sendo estas definidas assim: “a) o país é uma não democracia, e b) realizam-se eleições nacionais em que pelo menos um partido da oposição é autorizado a concorrer, e c) pelo menos alguns meios de comunicação todos os anos criticam o governo, e d) ocorrem em média menos de dez assassinatos políticos por ano, e e) menos de mil presos políticos são mantidos em qualquer ano.” A Venezuela de Maduro encaixa que nem uma luva nesta definição. E isso é quanto basta para o PCP engolir o seu *spin* ditatorial, celebrando a derrota do “projecto reacçãoário, antidemocrático e de abdicação nacional” protagonizado pela oposição venezuelana. O PCP não aprende nada desde 1917. Nunca se esqueçam: só são fofinhos porque já não têm poder.

Colunista
jmtavares@outlook.com

P PÚBLICO, Comunicação Social, SA. Todos os conteúdos do jornal estão protegidos por Direitos de Autor ao abrigo da legislação portuguesa, da União Europeia e dos Tratados Internacionais, não podendo ser utilizados fora das condições de uso livre permitidas por lei sem o consentimento expresso e escrito da PÚBLICO, Comunicação Social, S.A.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos

12507
5 601073 016032

Assine o PÚBLICO e receba 3 meses grátis de acesso à FILMIN

Assista ao cinema que muda tudo

CONTACTE-NOS: assinaturas.online@publico.pt • 808 200 095 (dias úteis das 9h às 18h)

publico.pt/assinaturas

ASSINE JÁ